UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELISANE PEREIRA DA SILVA

A AMAZÔNIA, O LUGAR E A VÁRZEA:
As experiências produtivas camponesas no Furo Cachoeiry, Oriximiná- Pará

Fonte: SILVA, 2018 – Imagem Propriedade na Comunidade São Luiz – Furo Cachoeiry-Oriximiná-PÁ.

Porto Velho
2020

ELISANE PEREIRA DA SILVA

A AMAZÔNIA, O LUGAR E A VÁRZEA:
As experiências produtivas camponesas no Furo Cachoeiry, Oriximiná- Pará

Dissertação apresentada como requisito avaliativo para obtenção de Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.
Área de concentração: Ambiente e Território na Pan-Amazônia
Linha de Pesquisa: Território e Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.
Orientador**:** Professor Doutor Ricardo Gilson da Costa Silva

Porto Velho
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Elisane Pereira da .

A Amazônia, o lugar e a várzea: as experiências produtivas camponesas no Furo Cachoeiry, Oriximiná- Pará / Elisane Pereira da Silva. -- Porto Velho, RO, 2020.

132 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Lugar. 2.Várzea Amazônica. 3.Produção Camponesa. 4.Furo Cachoeiry. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Título.

CDU 911.2(811)

Bibliotecário(a) Luã Silva Mendonça CRB 11/905

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DISSERTAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELISANE PEREIRA DA SILVA

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo Orientador e Presidente **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral** – Avaliador Externo/Universidade Federal do Pará, **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** – Avaliadora Interna/PPGG/UNIR e **Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva** - Avaliador Interno/PPGG/ UNIR, reuniram-se em **15 de dezembro de 2020**, às **14h**, através de **Videoconferência - Google Hangouts Meet** – Link: meet.google.com/ikk-cjby-dqq para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: **"A Amazônia, o Lugar e a Várzea: as experiências produtivas camponesas no Furo Cachoeiry - Oriximiná-PA"** da mestranda **Elisane Pereira da Silva - Matrícula: 20181000911**. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada **APROVADA**. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 15 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Presidente/Orientador - PPGG/UNIR

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Avaliador Externo
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Avaliadora Interna/PPGG/UNIR

EPÍGRAFE

Sou um caboclo de fé

Moro no Cachoeiry

Quando o bom tempo chegar

Vou armar meu tapiri

Saiu de casa bem cedo

De barco ou de remo

Mas venho sem medo

Vendo meu peixe primeiro

E no caldo bem grosso tu tens o meu cheiro

Vendo pimenta e alface

Mas também cultivo

Repolho e tomate

É meio dia e cansado

Retorno ao meu lar

Que pra mim é sagrado

Se não fosse eu não tinha tempero.

Tempero Verde

Erlon Silva

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Deus, fonte de Inteligência Suprema, que possibilitou o meu caminhar, não excluindo obstáculos, mas dando-me força para superar com resignação todas as intempéries que nos foram necessárias até o momento.

À minha família primeira: ao meu pai (Evilásio Santos da Silva), minha mãe (Raimunda Zélia Pereira da Silva), a quem não devo apenas a oportunidade de ser minha genitora, mas a fortaleza que ela foi para meu crescimento físico, psicológico e moral, ao lado do meu pai. Aos meus irmãos Elisângela Pereira da Silva, Ailton Pereira da Silva e Oscar Montes Pereira Neto, seus respectivos conjugues, meu cunhado e cunhadas e seus filhos Emanuella, Evelyn, Luiz Gustavo, Guilherme, Ayla e Murilo; meus amados sobrinhos.

Não poderia deixar de agradecer à essas duas pessoas: Tia Emilia e Tia Luisa e seus cônjuges, meus tios, que nunca deixaram de acreditar que eu poderia alcançar essa graça, dando-me a força que tanto recorri nos momentos difíceis durante todo o período do mestrado.

Mesmo não sendo de sangue, mas é parte de mim, por isso considero-os família também, as minhas amigas Elcivania Barreto, Alrenice Printes, Dulcinéa Ferreira, Patrícia Gemaque e Manuela Lobato. Nossa! Quantas vezes me ampararam com palavras motivadoras quando recorri à elas, nos momentos que o desespero do fracassar batia em meus ombros?

Aos primos que residem em Porto Velho, Sebastiana e Calisto Almeida e família, Marleti Silva e Luiz Gomes e família, Marli e João Silva e família, Manuel Silva; vocês foram fundamentais para essa minha conquista.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – PPGG, em especial à Patricia Cardoso, e aos professores pela confiança e o carinho com que fui acolhida.

Ao professor doutor Josué Silva e à professora doutora Maria das Graças Silva que, nos poucos momentos em que confraternizamos conhecimentos e entretenimentos, souberam efetuar provocações construtivas.

Ao professor doutor Ricardo Gilson da Costa Silva pela dedicação e compromisso com todo o processo de elaboração deste estudo. A vivência no Laboratório de Pesquisa em Gestão do Território (LAGET), vinculado ao Departamento de Geografia (DGEO) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e no Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA) foi de grande relevância para efetivação da pesquisa.

Aos meus colegas do mestrado, em especial aos que mais estreitaram relacionamento e afinidades: Edinilson Gomes, Viviane, Hellen e Luís Augusto.

Agradeço também à Coordenação de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que foi fundamental durante o processo do mestrado, auxiliando na estadia, alimentação, transporte, aquisição de livros e materiais necessários aos estudos e à pesquisa por meio do auxílio financeiro da bolsa de estudo.

E, para finalizar, às famílias que residem nas comunidades do Furo Cachoeiry, pois tiveram importância ímpar para a concretização desta pesquisa. Agradeço a receptividade e o acolhimento que todos empreenderam durante~~s~~ o trabalho de campo, nas entrevistas e nas conversas informais.

RESUMO

A Amazônia é caracterizada pela sua pluralidade socioambiental e paisagem que se expressa na diversidade social e cultural do seu povo. Essa particularidade garante à Amazônia a centralidade em muitos estudos e pesquisas. As evidências são inúmeras dessa diversidade de crenças, hábitos e mitos compartilhados entre os grupos sociais regionais, resultado das heranças que lhes foram dadas dos povos pioneiros no processo de ocupação da Amazônia: indígenas, europeus e negros africanos. Essa herança se expressa heterogeneamente nas manifestações socioculturais apresentadas pelos homens e mulheres amazônicos em sua vida cotidiana. Neste estudo, procurou-se destacar as particularidades da várzea amazônica e modo que o camponês amazônico utiliza os ambientes deste espaço; terra, floresta e água, para desenvolver suas atividades produtivas, refletidos no seu modo de vida e na configuração do lugar que ocupa. Isso posto, o objetivo desta pesquisa surge da perspectiva de compreender o lugar e a transformação da paisagem do Furo Cachoeiry-Oriximiná-PA, a partir da produção agrícola familiar no período entre 1980 e 2018. Sendo este estudo, uma pesquisa quali-quantitativa foram empregados os procedimentos metodológicos de trabalho de gabinete e de campo. A pesquisa de gabinete objetivou uma revisão teórica-conceitual, a análise de dados estatísticos e documentais. Por outro lado, o trabalho de campo, aplicou-se na técnica do formulário de campo nas comunidades que constituem o furo. A pesquisa aponta que a relação do camponês amazônico em suas comunidades do Furo Cachoeiry envolve diversas dimensões, como a total dependência entre os componentes da família no desenvolvimento das atividades agrícolas, com reflexos tanto na geração de renda quanto no lugar de cada família, bem como na maneira de reprodução social. Os dados secundários nortearam a orientação do que se deveria observar no lugar, partindo da perspectiva principal da agricultura familiar, em especial a produção de hortifrúti. Os dados de campo em concordância com os dados secundários evidenciaram a relevância da produção familiar na organização espacial e, consequentemente, na configuração da paisagem e do lugar para o camponês da várzea amazônica. Diferentemente da terra-firme que, no atual contexto econômico da Amazônia, recebe bastante atenção, no que se refere a políticas públicas para seu desenvolvimento produtivo, a área de várzea ocupa um lugar periférico quanto ao investimento efetivo. Os dois ambientes amazônicos – várzea e terra-firme – requerem, do poder público, políticas distintas que fomentem seus desenvolvimentos socioambientais regionais.

Palavras-chaves: Lugar, Várzea Amazônica, Produção Camponesa, Furo Cachoeiry.

ABSTRACT

The Amazon is characterized by a socio-biodiversity of environments and landscapes that is expressed in the social and cultural diversity of its people, they have the geographical space both in relation to their construction and reconstruction, as well as in the centrality in many studies and research. The evidence is innumerable of this diversity of beliefs, habits and myths shared among the regional social groups, the result of the inheritances given to them by the pioneer peoples in the process of occupation of the Amazon: Indians, Europeans and black Africans. This heritage is expressed in a heterogeneous way in the socio-cultural manifestations presented by the Amazonian man in his daily life. In this study, we sought to highlight the particularities of the Amazonian floodplain and the way the Amazon peasant uses the environments of this space, land, forest and water, to develop his productive activities, reflected in his way of life and in the configuration the place it occupies. In this way, the objective of this research arises from the perspective of understanding the place and the transformation of the landscape of the Cachoeiry-Oriximiná-PA hole, from family agricultural production in the period between 1980 to 2018. In addition, this is a result quali-quantitative research, where the methodological procedures of office and field work were used. Thus, the first aimed at a theoretical-conceptual review, the analysis of statistical and documentary data. On the other hand, fieldwork was applied in the field form technique in the communities that make up the hole. The research points out that the relationship of the Amazon peasant in his communities in the Furo Cachoeiry involves several dimensions, such as the total dependence among family members in the development of agricultural activities, with reflexes both in the generation of income and in the place of each family, as well as in the way of social reproduction. Secondary data guided the orientation of what should be observed in the place, starting from the main perspective of family farming, especially the production of fruit and vegetables. The field data showed the secondary data regarding the family production in the borehole and its relevance in the spatial organization and, consequently, in the configuration of the landscape and the place for the peasant in the Amazonian floodplain. Unlike the mainland, which, in the current economic context of the Amazon, receives a lot of attention, with regard to public policies for its productive development, the floodplain area occupies a peripheral place in terms of effective investment. The two Amazonian environments - lowland and mainland - require different policies from the public authorities to encourage their regional socio-environmental developments.

Keywords: Place, Amazon Rainforest, Peasant Production, Furo Cachoeiry

RESUMEN

La Amazonía se caracteriza por una sociobiodiversidad de ambientes y paisajes que se expresa en la diversidad social y cultural de sus gentes, estos tienen el espacio geográfico tanto en relación a su construcción y reconstrucción, como en la centralidad en muchos estudios e investigaciones. Son innumerables las pruebas de esta diversidad de creencias, hábitos y mitos compartidos entre los grupos sociales regionales, resultado de las herencias que les dieron los pueblos pioneros en el proceso de ocupación de la Amazonía: indios, europeos y negros africanos. Esta herencia se expresa de manera heterogénea en las manifestaciones socioculturales que presenta el hombre amazónico en su vida cotidiana. En este estudio, buscamos resaltar las particularidades de la llanura aluvial amazónica y la forma en que el campesino amazónico utiliza los ambientes de este espacio, tierra, bosque y agua, para desarrollar sus actividades productivas, reflejada en su forma de vida y en la configuración del lugar que ocupa. De esta manera, el objetivo de esta investigación surge desde la perspectiva de comprender el lugar y la transformación del paisaje del hoyo Cachoeiry-Oriximiná-PA, a partir de la producción agrícola familiar en el período comprendido entre 1980 y 2018. Además, este es el resultado de una cuali -Cuantitativo, donde se utilizaron los procedimientos metodológicos del trabajo de oficina y de campo. Así, el primero tuvo como objetivo una revisión teórico-conceptual, el análisis de datos estadísticos y documentales. Por otro lado, el trabajo de campo se aplicó en la técnica de forma de campo en las comunidades que componen el barreno. La investigación señala que la relación del campesino amazónico en sus comunidades del Furo Cachoeiry involucra varias dimensiones, como la dependencia total entre los miembros de la familia en el desarrollo de las actividades agrícolas, con reflejos tanto en la generación de ingresos como en el lugar de cada familia, así como en el camino de la reproducción social. Datos secundarios orientaron la orientación de lo que se debe observar en el lugar, partiendo de la perspectiva principal de la agricultura familiar, especialmente la producción de frutas y hortalizas. Los datos de campo mostraron los datos secundarios con respecto a la producción familiar en el pozo y su relevancia en la organización espacial y, en consecuencia, en la configuración del paisaje y el lugar para el campesino en la llanura aluvial amazónica. A diferencia de la tierra firme, que en el actual contexto económico de la Amazonía recibe mucha atención, en lo que respecta a las políticas públicas para su desarrollo productivo, la zona baja ocupa un lugar periférico en lo que respecta a la inversión efectiva. Los dos entornos amazónicos, várzea y terra-seca, requieren de las autoridades publicas políticas distintas que incentiven sus desarrollos socioambientales regionales.

Palabras clave: Lugar, Bajío Amazónico, Producción Campesina, Cachoeiry Hole.

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma Metodológica da Pesquisa. 35
Figura 2: Imagem dos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry – Comunidades São Luiz e Santo Antônio. 39
Figura 3: Imagem dos Camponeses Amazônicos do Furo Cachoeiry – Comunidades N. S. Aparecida e São José. 40
Figura 4: Imagem da Escola Sagrado Coração de Jesus – Furo Cachoeiry e de uma Reunião Pedagógica com os responsáveis dos alunos. 40
Figura 5: Mapa de localização do Furo Cachoeiry com o limite de cada comunidade Comunidades 43
Figura 6: Imagem do fenômeno de cheia e de seca das várzeas, caracterizando o leito maior e leito menos do rio. 47
Figura 7: Imagem das Tipologias das Várzeas Amazônicas. 49
Figura 8: Imagem do Perfil da Várzea Amazônica. 49
Figura 9: Imagem do Organograma da Representação Teórica do Ciclo das no Baixo Amazonas. 50
Figura 10: Imagem do processo de Erosão de Terra à Margem do Furo Cachoeiry..... 51
Figura 11: Imagem do transporte de cargas e passageiros que utilizam o Furo Cachoeiry como via de acesso. 52
Figura 12: Imagem do mapa da evolução da largura do Furo Cachoeiry – Entre 1985 a 2017 53
Figura 13: Imagem do camponês amazônico em diversas atividades do cotidiano varzeiro. . 59
Figura 14: Imagem do Lago Grande do Furo Cachoeiry no período de cheia. 67
Figura 15: Desenho Do Leito do Rio Trombetas – Da Foz as Cacheiras 72
Figura 16: Imagem do Documento Arquivado na Paroquia Santo Antônio, Sede Urbana de Oriximiná. 73
Figura 16a: Dona Doraci Lima colhendo sua produção de feijão de corda – Comunidade Santo Antônio. 737
Figura 16b: Dona Cristiane Leite colhendo sua produção de pimenta e fazendo, também a limpeza do seu canteiro suspenso – Comunidade São Luiz. 738
Figura 17: Seu Vicente Cuidado de sua Pequena Horta, para consumo da Família 739
Figura 18: Imagem do sistema de abastecimento de água e rede de eletrificação rural na Comunidade Nossa Senhora Aparecida – Furo Cachoeiry 84
Figura 19: Imagem do Trecho da Frente de Oriximiná, Destacando a Igreja e a Torre de Telefonia 89
Figura 20: Imagem Aérea da Cidade de Oriximiná 89
Figura 21: Imagem das embarcações aportadas em um dos portos improvisados, na Orla de Oriximiná 90
Figura 22: Imagem das áreas protegidas no Município de Oriximiná 91
Figura 23: Mapa de Uso e Aptidão da Agropecuária do Munícipio de Oriximiná..... 93
Figura 24: Imagem que mostra o moderno e o tradicional dos meios de transporte utilizados pelos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry..... 95
Figura 25: Imagem das terras mais baixas no período de cheia..... 98
Figura 26: Imagem de uma Família Camponesa Amazônica Produtora de Juta 101
Figura 27: Imagem do prédio da Usina Prensadora de Juta 103

Figura 28: Imagem do sítio ou quintal na Comunidade São José – Furo Cachoeiry 105
Figura 29: Imagem da formação de macrófiras aquáticas na cheia, Comunidade Santo Antônio 106
Figura 29a: Imagem de tronco de árvore na frente das casas e preso em uma embarcação na comunidade Santo Antônio 106
Figura 29b: Imagem da ponte que liga o porto a casa do camponês amazônico Comunidade Santo Antônio 107
Figura 30: Imagem da horta suspensa na forma de jirau na Comunidade São Luiz 107
Figura 31: Imagem dos populares esmoleiros da Comunidade Santo Antônio 109
Figura 32: Imagem dos populares da Comunidade Santa Antônio em abordagem constrangida a uma embarcação 110
Figura 33: Imagem do camponês amazônico agrupando a produção em maços, na Comunidade de Santo Antônio – Furo Cachoeiry 111
Figura 34: Imagem de uma embarcação de médio porte no Porto de Oriximiná, com a produção de hortaliças das comunidades do Furo Cachoeiry 112
Figura 35: Imagem do "gadinho" como forma de poupança e doação para os santos de devoção 113
Figura 36: Imagem do círio de Santo Antônio do Furo Cachoeiry 113
Figura 37: Imagem da criação de animais de pequeno porte nas Comunidade Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, respectivamente 114

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Principais cidades de destino migratório do camponês amazônico. 76
Gráfico 2: Principais Fontes e/ou Complementação de renda familiar. 77
Gráfico 3: Faixa etária do responsável pela família. 80
Gráfico 4: Procedência de Aquisição das Propriedades. Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019. 87
Gráfico 5: Mão de Obra Empregada na Atividade agrícola. 106
Gráfico 6: Distribuição das Famílias Produtoras por Comunidades. 110
Gráfico 7: Produtos utilizados na alimentação dos animais de pequeno porte nas comunidades do Furo Cachoeiry. 117

Lista de Quadros

Quadro 1: Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa. 36
Quadro 2: Estrutura do formulário de campo aplicado nas comunidades do Furo Cachoeiry 41
Quadro 3: Classificação da Paisagem/Uso/Área..... 42
Quadro 4: População de Oriximiná de 1950 a 2014.. 89
Quadro 5: Assentamentos no Município de Oriximiná. 93
Quadro 6: Quantidade de hortifrúti comercializados na Feira do Produtor Rural. 112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AASUD: Área Antropizada Sem Uso Definido

ADEPARA: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

Ater: Assistência Técnica de Extensão Rural.

BEC: Denominação de uma vicinal no município de Oriximiná.

CCU: Contrato de Concessão de Uso.

CP: Culturas Permanentes**.**

CTD: Cultivo Temporários Diversificados.

CT: Culturas temporárias.

EMATER/PA: Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará.

GPS: Global Position System.

G7: Grupo dos sete – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália Japão e Reino Unido.

HF: Hortícolas e Floríferas**.**

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria.

MRN: Mineração Rio do Norte.

PAC: Projetos de Assentamento Coletivo.

PAE: Projeto de Assentamentos Agroextrativista.

PAE'S: Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

PC: Pastagem – Caprino

PGAI: Projeto Alternativos - Áreas Piloto Para Gestão Ambiental Integrada nos Estados.

PGM: Pastagem – Gado Misto

PGL: Pastagem – Gado Leite

PIB: Produto Interno Bruto.

Provap: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural.

Pronaf: Programa Nacional da Agricultura Familiar.

PS: Pasto Sujo

PU: Plano de Utilização.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

SPU: Secretaria de Patrimônio da União

SPVEA: Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia.

TAU: Termo de Autorização de Uso.

TCP: Transporte – Cargas e Passageiros.

VIT: Vetor-Industrial

VTE: Vetor tecno-ecológico

VS: Vegetação Secundaria

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 17
INTRODUÇÃO 20
SEÇÃO I – A VÁRZEA AMAZÔNICA: O MUNDO DO CAMPONÊS AMAZÔNICO 45
1.1 Natureza da Várzea Amazônica 46
1.2 Os Camponeses e a Várzea Amazônica 54
1.3 Funções e usos dos Ambientes da Várzea Amazônica 59
1.4 O Ambiente de Terra 60
1.5 O Ambiente de Floresta 64
1.6 O Ambiente das Águas 66
SEÇÃO II – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESPAÇO DAS COMUNIDADES DO FURO CACHOEIRY 70
2. 1 Processo Histórico e de Formação das Comunidades do Furo Cachoeiry 70
2.2 As Famílias do Furo Cachoeiry e Sua Relação Com a Várzea Amazônica 74
2.3 Caracterização das Propriedades Rurais do Furo Cachoeiry 81
SEÇÃO III - ORIXIMINÁ: CIDADE RIBEIRINHA E A VÁRZEA AMAZÔNICA COMO LUGAR 88
3.1 A Geografia de Oriximiná 88
3.2 A Produção Camponesa no Furo Cachoeiry como Atividade Constituinte da Várzea como Lugar 95
3.2.1 O Extrativismo Animal (Pesca e Caça) no Furo Cachoeiry 99
3.2.2 A Juta no Furo Cachoeiry 102
3.2.3 A Agricultura e a Pecuária no Furo Cachoeiry 106
CONSIDERAÇÕES FINAIS 118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 122
ANEXOS 128

APRESENTAÇÃO

O texto final desta dissertação de Mestrado em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UNIR, intitulada "A AMAZÔNIA, O LUGAR E A VÁRZEA: as experiências produtivas camponesas no Furo Cachoeiry, Oriximiná- Pará" resulta de pesquisa junto aos camponeses amazônicos residentes nas comunidades que constituem o Furo Cachoeiry, no município de Oriximiná, estado do Pará.

A veemência e certa aproximação com o campo de estudo está fundamentada no fato de ter vivenciado a suntuosidade da produção de hortifrúti pelas comunidades do Furo Cachoeiry. Tal aproximação deveu-se ao fato de que meu avô, apesar de ter sido o último da família a migrar do furo e não mais trabalhar com esta produção para fins de comércio, possuía canteiros sempre bem sortidos em diversidade de produtos hortifrútis. Assim, essa foi uma inquietação minha, quando percebi que esta produção vinha diminuindo ao longo do tempo.

Em 2007, ingressei na vida acadêmica, no curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Pará. A tão sonhada graduação, cursada em meu domicílio logo apresentou obstáculos pertinentes da maioria dos acadêmicos que tendem a conciliar o estudo a atividade econômica desenvolvida, os problemas de logísticas e emocionais. Além desses, ainda enfrentamos entraves quanto à estrutura do curso ofertado pela Universidade Federal do Pará, no que se refere a sua funcionalidade. Acabamos cursando a graduação num sistema misto de ensino, com as disciplinas concentrada de 8 a 6 horas diárias de estudo num período de 5 a 10 dias.

Na graduação o que mais me chamou a atenção foi a licenciatura, pois enquanto professora da rede municipal de ensino, conciliava o mundo acadêmico com a narrativa profissional. No entanto, a partir de uma pesquisa de campo da disciplina Geografia Agrária, na comunidade São José do Furo Cachoeiry, aliada à motivação de alguns de meus professores da graduação, Maria Gorete e Genilton Rocha, resolvi dar seguimento à pesquisa científica, na temática da produção agrícola familiar.

Nesta perspectiva, desenvolver a proposta de pesquisa de dissertação, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, oportunizou a análise da várzea enquanto lugar do camponês amazônico, considerando as experiências produtivas das comunidades do Furo Cachoeiry, no período de 1980 a 2018.Para desenvolver esta tarefa e, consequentemente, alcançar esse objetivo. Durante o meu transitar no PPGG, cursei disciplinas que

possibilitaram a compreensão teórica no campo da geografia, dentre elas: Epistemologia da Geografia (Prof. Dr. Josué da Costa Silva, com participação especial da Profª. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva); Métodos e Técnicas de pesquisa em Geografia (Prof. Dr. Josué da Costa Silva, Profª Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e Prof. Dr. Anderson Volpato Scotti); Organização do Espaço Agrário (Prof. Dr. Ricardo Gilson Costa Silva) e Planejamento e Gestão do Território (Profª Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e Profª Dra. Josélia Fontenele Batista).

Além de cursar estas disciplinas, colaborei na organização do CEPIAL (Congresso para a Educação e Integração da América Latina), em 2018, realizado no prédio da Geografia Campus UNIR, e participei com a apresentação de um trabalho no IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em 2019, no Recife.

Um dos maiores enfrentamentos experimentados durante a pós-graduação; o deslocamento entre o meu domicílio de origem e a capital do Estado de Rondônia – Porto Velho - foi o mais significante e desgastante (físico e emocional). Essa distância de 1.181 km foi percorrida periodicamente por meio de transportes aquáticos e aéreos. Foram muitas madrugadas nos aeroportos; ora de Santarém, ora de Manaus e ora de Porto Velho, pois os vôos mais em conta economicamente ocorriam nos horários de 0h a 5h. Quanto ao translado pelos rios amazônicos; geralmente enfrentamos pernoites em embarcações lotadas, nas idas e voltas Oriximiná x Santarém ou Manaus x Oriximiná.

Logo no início da pós-graduação fui surpreendia pela negativa quanto à solicitação de licença estudo para cursar o mestrado. Nesse momento, a reação primeira foi desistir de tudo e voltar para a sala de aula. No entanto muitos colegas aproximaram-se e deram força para o enfrentamento deste obstáculo: se preciso, vamos solicitar essa licença judicialmente! Graças à Deus, não precisamos partir para esse procedimento. Em conversas com apoiadores do gestor municipal, solucionamos essa inconveniência.

No entanto, as despesas pessoais (deslocamento interestadual e intermunicipal, alimentação, hospedagem e transporte urbano) começaram a não caber no rendimento de professora. Neste momento, houve a necessidade de concorrer ao edital de bolsa de estudo, o qual contei com o auxílio de uma bolsa pela Coordenação de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O desenvolvimento desta pesquisa de dissertação através do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Rondônia possibilitou ampliar a compreensão da história e da vivência do camponês amazônico morador da várzea do

Cachoeiry, que contam com aproximadamente 190 famílias, nas quatro comunidades que constitui este furo.

Com o declínio e, consequentemente, o fim da produção da juta no Cachoeiry, as famílias camponesas se especializaram na produção de hortifrúti. As quatros comunidades do furo asseguravam a demanda desta produção para Oriximiná, a Company Town Porto Trombetas e algumas cidades vizinhas. No entanto, atualmente observa-se que as comunidades do Furo vêm diminuindo a sua função produtiva junto ao mercado local na produção de hortifrúti.

Deste modo, compreender as comunidades do Cachoeiry nos últimos anos, enquanto produtoras agrícolas, nos faz refletir esse campo de produção familiar, de possibilidade de desenvolvimento social e de construção de um espaço de experiências e narrativas.

Inúmeros são os desafios que a geografia nos possibilita discorrer com dedicação e comprometimento crescente sobre a sociedade e suas adversidades. O autor Yves Lacoste, em sua obra: ***A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra,*** faz uma reflexão que o primeiro objetivo da Geografia seria “a guerra”, no sentido conotativo, pois a guerra, a qual o autor se refere, seria no campo das ideias. Essa é a perspectiva que o autor trouxe para provocar a construção efetiva de uma sociedade menos desigual, na formação do cidadão. Assim, essa é a provocação que nos norteia, enquanto pesquisadores em nossos estudos.

INTRODUÇÃO

Uma vez que o espaço é produto do movimento da sociedade e da produção (SANTOS, 2014) a percepção de sua ordem e "desordem" escritas nos objetos geográficos da paisagem devem ser levadas em conta pelos futuros planejadores. Desse modo, o espaço geográfico pode ser repensado tanto em pequena quanto em grande escala, além de se revelar como base na compreensão dos lugares em sua atual conjuntura e tendência.

Na sociedade contemporânea é natural encontrar uma complexidade de acontecimentos que estão para além das fronteiras do local, uma vez que se trata de eventos que são globais, tendo sua repercussão materializada no lugar. Para Santos (2005), o lugar é o cenário de desfecho do evento, onde, ao se transformar espaço, por mais que o evento que permaneça com seus efeitos originais, recebe características locais. O evento é simultaneamente deformante e deformado.

Para Souza (2013), o lugar é o espaço percebido e vivido, constituído de significados que se desenvolvem e dos quais se extraem os "sentidos de lugares", bem como as "imagens de lugares". Segundo o autor, a dimensão cultural-simbólica é a base para o entendimento das identidades, da intersubjetividade e das trocas simbólicas que antecedem a construção de imagens e sentidos dos lugares, assim como a espacialidade vivida e percebida. Além disso, acrescenta que "o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como o território está para a dimensão política" (p. 115), elucidando a relevância da dimensão cultural-simbólica para a concepção de lugar.

Na perspectiva de um espaço dotado de significado e um espaço vivido, o lugar pode ser um espaço social, por ser um espaço produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, desconectado de significado e vivenciado em todos os espaços sociais podem ser um "lugar" (SOUSA, 2013). Por ser constituído nos espaços do cotidiano, o lugar "é a porção do espaço apropriado para a vida – apropriação através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça é a rua" (CARLOS, 2007a., p. 20).

Como consequência do processo de globalização e da internacionalização da produção e do consumo, os lugares se tornam cada vez mais especializados. No entanto, mesmo que circundados desses processos totalizantes, não apresentam prejuízo de sua identidade " (...) cada lugar, irrecusavelmente imenso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade corresponde uma maior individualidade" (SANTOS, 2014, p. 314).

O local e o global, mesmo que relacionados, revelam-se como um aspecto do período técnico-científico e informacional, decorrente da fugacidade da informação e da fluidez da comunicação. Mesmo não sendo um dos seus propósitos homogeneizar os lugares, a globalização da economia possibilitou a consolidação da diferença e da especificidade local, sem dissociar-se da ordem global. Os objetos geográficos revelados na paisagem, evidenciam os processos produtivos ao longo do tempo, passado e presente, adaptando-se às funcionalidades das demandas direcionadas pelos setores da economia (SANTOS, 2014).

Vinculadas ao mecanismo de funcionalidade ou refuncionalização, as adaptações do processo produtivo na Amazônia brasileira empreenderam-se com maior expressividade a partir da década de 1960, evidenciado pelo projeto do Estado de aproximar ou integrar os lugares. Ocorreu neste período o início da transformação na base do padrão de circulação alicerçado nos rios da região, pois, a partir deste período são as rodovias que passam a atrair a população e, consequentemente, as atividades produtivas para a terra-firme e para novas áreas. Por consequência da convergência na circulação regional, a Amazônia se urbanizou e industrializou com graves problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes espaços abertos na floresta, foco de atração da população. Com a abertura das rodovias, a várzea e a terra-firme passam a atuar como elemento coadjuvante na organização da vida regional (BECKER, 2007).

A contar de sua gênese, com a colonização europeia, o processo de construção do espaço amazônico, tal como espaço econômico, expressa tendência da produção para atender a demanda de matéria prima do mercado externo. Essa natureza se torna mais evidente no período de 1912-1945, quando a Amazônia é efetivamente inserida no mercado nacional e internacional. Assim, a região recebeu destaque por ocasião das duas guerras mundiais que ocorreram nesse período e que estimularam a produção artesanal da borracha, para atender a demanda do mercado internacional. Após esse período, a borracha sofre com a concorrência internacional ocasionando um retrocesso na exploração do látex e, consequentemente, o abandono dos atores sociais diretamente ligados a este espaço produtivo (seringais), contribuindo para o descaso com o desenvolvimento regional.

Com a expressiva desvalorização da borracha frente à sua concorrente internacional, observou-se que o extrativismo não mais proporcionaria os níveis econômicos esperados para a Amazônia. Dessa forma, ocorreu a necessidade de modificar a estratégia de inserir a região novamente ao mercado mundial com o direcionamento dos fluxos de pessoas e, consequentemente, de produção. Nesta perspectiva, os produtos agrícolas ganham relevância e substituem a produção extrativista, absorvendo a mão de obra de colonos do centro-sul, que

ficou ociosa em decorrência das transformações estruturais na produção que ocorreram nessa região.

Para a Amazônia voltar a ser inserida, consecutivamente, na economia nacional e mundial ocorreram em seu espaço complexos projetos inter-relacionados propostos sob o discurso de “integração nacional” negligenciando a possível desestruturação social que resultaria, assim, como a desarticulação da ordem ecológica presente na floresta. Segundo Becker (2007), o processo de ocupação da Amazônia, norteado pelo planejamento governamental, por meio da criação do moderno sistema de Estado e atuação crescente na economia e no território, tem início no período de 1930-1966 com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas.

A administração de Vargas ficou mais no campo do discurso, o que evidenciou apenas uma preocupação regional sem ações efetivas. Dentre as medidas tomadas por Vargas, as que marcaram essa fase foram: a “Marcha para o Oeste” e a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção de um Programa de Desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946, a delimitação oficial da região por critérios científicos e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

As ações efetivas que acometeram a região decorreram no governo de Juscelino Kubitschek, estruturadas em políticas como “Energia e Transporte” e em “Cinquenta Anos em Cinco”. Nesse período foram implantadas na Amazônia as rodovias articuladas que contornam a extremidade da floresta, a Belém-Brasília e Brasília-Acre. A partir da implementação dessas duas rodovias na região, o movimento migratório, já efetivo em direção à Amazônia, se acentuou. Dessa forma, promovendo o crescimento populacional regional de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960 e, consequentemente, acelerando a partir dessa abertura (BECKER, 2007).

No entanto, a efetivação do planejamento regional se inicia, exclusivamente, entre 1966 e 1985 da Amazônia. Nesse período, o Estado assume a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de abertura da Amazônia com um projeto geopolítico que objetiva intensificar tanto a modernização da sociedade quanto do território nacional. Becker (2007) aponta três processos relevantes de estruturação da integração da Amazônia, marcados pelo privilégio dos grandes grupos e a violência da acelerada implantação da malha tecno-política e são:

- Entre 1968 e 1974: Objetivando completar a apropriação física e o controle do território, o Estado implantou redes de circulação rodoviárias, de telecomunicações urbanas, entre outras, subsidiou o fluxo de capital por meio de incentivos fiscais e creditícios, criação de projetos de colonização e superposicionou territórios federais

sobre os estaduais, fomentou o fluxo migratório, tanto para povoar a Amazônia quanto para formar um mercado de trabalho regional.

- Entre 1985 e 1996: A pressão ambientalista internacional e nacional para a criação de um vetor tecno-ecológico (VTE) na dinâmica regional, juntamente com a crise do Estado e a resistência social, caracterizou na Amazônia uma fronteira socioambiental. Na qual o vetor é entendido como resultado potencial da relação de múltiplos projetos e a tridimensionalidade do território: o físico, o social e o político. Na esfera global, atores interessados na preservação da natureza unem-se aos projetos coletivos e seus parceiros na questão ambiental do vetor-ecológico na Amazônia, entre eles estão: G7, o Banco Mundial e o governo brasileiro. A partir desta perspectiva, cria-se na Amazônia uma malha socioambiental formada pelos projetos alternativos, áreas piloto para gestão ambiental integrada nos estados (PGAI) e a criação de novas unidades de conservação e da demarcação de terras indígenas.
- Final da década de 1990: Uma nova etapa no processo de ocupação regional se inicia a partir de 1996, marcada por políticas paralelas e conflitantes que respaldam a denominação da Amazônia como "a incógnita do *heartland*". Neste momento, há a retomada do planejamento territorial da União, fortalecendo, com isso, o vetor-industrial (VTI) outrora se manteve em inércia. Neste vetor estão inseridos projetos de atores interessados na mobilização dos recursos naturais e de negócios, a citar: empresários, bancos, segmentos dos governos estaduais e federais e das Forças Armadas Brasileira. Norteada pelos Programas "Brasil em Ação" (1996) e "Avança Brasil" (1999) e ordenada nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - ENID, a ocupação regional favoreceu a retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para a exportação, divergindo com a fronteira socioambiental.

O processo de desenvolvimento socioeconômico na Amazônia, implementado sob essa perspectiva geopolítica, promoveu divergências significativas no desenvolvimento regional. Para Witkoski (2007), a Amazônia Oriental permaneceu utilizando os rios "estradas que andam" como principal eixo de circulação dos bens materiais, não alterando significativamente o modo relativo dos núcleos urbanos. Enquanto as estradas, assim como a mobilidade de pessoas atraídas por elas, e a criação de uma nova vida urbana mais dinâmica passaram a configurar a Amazônia Ocidental.

Com relação às atividades econômicas desenvolvidas no Baixo do Amazonas[1], suas características históricas alicerçadas na pesca e na agricultura de várzea, bem como na influência de Santarém e Óbidos, cidades que concentraram a dinâmica regional, em especial, no período da colonização europeia. Por sua vez, a cidade de Santarém pouco sofrera alteração até a chegada da Cargill e seu porto de exportação neste município. Este estimulou a produção de soja que passou a ser desenvolvida pelos produtores, em especial os que migraram para a região após o estabelecimento da empresa (COSTA SILVA; CONCEICAO, 2017). Quanto à várzea, essa permaneceu com as atividades tradicionais de pesca e a agricultura familiar ribeirinha (BECKER, 2007; CANTO, 2007; LOUREIRO, 2009).

Assim sendo, a ação das políticas desenvolvimentistas, em especial as implementadas a partir da década de 1960, alteraram consideravelmente o "modo de vida da população da Amazônia", ocasionando transformações na cultura, na tradição, na memória social, na forma de articulação com a natureza, nas práticas de sobrevivência social, entre outras mais. O interesse de grandes grupos econômicos, corroborado pelo Estado e atrelado ao grande capital, associado ao isolamento regional e à organização social possibilitaram a inserção de forma violenta e excludente na Amazônia (LOUREIRO, 2014).

Vale ressaltar que essa inserção violenta do capital na Amazônia, deu-se com maior ênfase nos estados de Mato Grosso, na região do bico do papagaio, no centro sul do estado de Rondônia, entre outros (COSTA SILVA, 2014). Nos ambientes de várzea, em especial no Baixo Amazonas paraense, onde os camponeses amazônicos vêm produzindo e reproduzindo suas vidas, não sofreram diretamente os efeitos destas políticas públicas. Melhor dizendo, nas várzeas os conflitos pela terra e todas as suas consequências, incluindo o fato de que as mortes no campo ocorrem em escala menor nessas áreas de ocupação mais antiga em relação às áreas de ocupação mais recente (CRUZ, 2007).

Nesta pesquisa, considera-se o conceito de camponês elaborado por Shanin que disserta:

> A exploração camponesa forma uma pequena unidade de produção-consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e apoiada, principalmente no trabalho familiar. As necessidades de consumo familiar e as dívidas contraídas com os detentores do poder político-econômico definem em grau maior o caráter da produção (SHANIN, 1980, p. 70).

[1]Classificação do IBGE para o Censo Demográfico de 1960 – VII Recenciamento Geral do Brasil. Fazem parte do Baixo Amazonas as áreas de margem e as adjacências do rio Amazonas nos municípios de (sentido Leste-Oeste do Pará) Porto de Moz, Almeirim, Prainha, Monte alegra, Santarém, Óbidos, Oriximiná, Juruti, Terra Santa e Faro. Entretanto, o censo das décadas de 1970 e 1980 considerou como Baixo Amazonas, somente os municípios de Porto de Moz, Almeirim e Prainha; os demais passaram a constituir o Médio Amazonas.

Os diversos autores que se propuseram a pesquisar a Amazônia, com base no conceito de camponês, qualificaram diversos termos para os moradores que habitam asvárzeas amazônicas. Entre esses autores, destacamos Fraxe (2000) que, buscando representar o modo de vida dos moradores da área das várzeas amazônicas, ressaltando os ambientes terrestres e aquáticos, empregou o termo “homens anfíbios”. Outro autor relevante é Oliveira Jr (1991) que, estudando a região das ilhas, município de Gurupá-PA, próximo à foz do Amazonas, identificou dois tipos distintos de habitantes: os que ocupam a várzea foram qualificados de “ribeirinhos” e os que ocupam a terra firme, de “roceiros”.

Contrapondo essas concepções, Cruz (1999) em seu estudo desenvolvido no Careiro da Várzea, estado do Amazonas, denomina de “caboclo-ribeirinho” os habitantes dessas áreas. Segundo esse pensamento, Witkoski (2007), em seu estudo na calha do rio Solimões-Amazonas, qualificou os moradores da várzea de “camponês amazônico” e Castro (1997) utiliza a denominação de “ribeirinho” evidenciando a relação intima dos moradores das margens dos rios, lagos, paranás e igarapés com a natureza na Amazônia.

No presente estudo optou-se pelo conceito desenvolvido pelo autor Witkoski (2007) “camponês amazônico” por entender que, para além da relação íntima dos moradores das áreas de várzea com a natureza, essas populações se reproduzem explorando uma rica multiplicidade de ambientes: a terra, a floresta e a água. Todavia, a exploração desses ambientes parte, não somente de um etnoconhecimento dos recursos naturais, da sazonalidade das águas, dos períodos de reprodução das espécies da flora e da fauna, mas associando estes às explicações mítico/religiosas que ocasionam, no campo da subjetividade humana, restrições para melhor zelar pelo meio ambiente.

Além desta introdução, a dissertação está organizada em três (03) seções e conclusão. Na primeira seção “A várzea amazônica: o mundo do camponês amazônico” abordaremos a natureza da várzea amazônica quanto à definição da área que corresponde a esse espaço geográfico, a relação que os camponeses estabelecem com a várzea, bem como as funções e usos dos diferentes ambientes da várzea amazônica – o ambiente de terra, o ambiente da água e o ambiente de floresta.

Na segunda seção discorrerá a respeito da “Formação socioeconômica do espaço das comunidades do Furo Cachoeiry?”. Será apresentado o contexto histórico da formação das comunidades que constituem o Furo. Assim como, serão apresentados alguns resultados da pesquisa com os camponeses, relativas à relação das famílias com as atividades produtivas desenvolvidas, para fins comerciais ou não e, a caracterização das propriedades do Furo.

Na terceira seção “Oriximiná: cidade ribeirinha e a várzea amazônica como lugar 1980-2018” trará uma abordagem da cidade de Oriximiná enquanto cidade ribeirinha da Amazônia e a relação que os habitantes desta estabelecem com os camponeses amazônicos residentes no Furo Cachoeiry. Além disso, desenvolvemos um estudo teórico a respeito do conceito de lugar como base da discussão e da análise geográfica pesquisada. Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida com os camponeses, a respeito da produção familiar como geradora de renda, das relações sociais dos camponeses e da relação destes com os agentes externos do furo, frente aos desafios de acesso às políticas públicas.

Por fim, apresentamos algumas conclusões alcançadas nesta dissertação.

1. Problemática e Justificativa

A colonização da Amazônia, em especial a partir da década de 1950, é resultado da prática contínua de concessões de privilégios a grandes grupos econômicos, ora por ações do Estado que beneficiam esses grupos, ora por omissão do Estado quando ocorre a apropriação de grandes extensões da floresta por eles. Para o pequeno produtor, devido à sua extensão territorial, a região é entendida com uma área propícia à reforma agrária, desconsiderando as particularidades regionais que limitam a produção agrícola na Amazônia, a citar: a baixa fertilidade do solo e a biodiversidade da floresta nativa (LOUREIRO, 2009).

A reforma agrária instituída na Amazônia, em princípio, destinou-se à colonização das rodovias Transamazônica e Brasília-Acre, para minimizar a demanda de conflitos agrários ocasionadas pelos pequenos produtores do Nordeste e Sudeste que migraram para a região. Esse fato ressalta, em concordância com a abertura das rodovias, o “padrão linear” que caracteriza a ocupação da Amazônia a partir da década de 1960. A integração terrestre e fluvial do território possibilitou a criação de eixos de transportes e infraestrutura, com a concentração de investimentos privados e públicos e que, a posteriori, definiram o macrozoneamento da região (BECKER, 2007).

Esses eixos impulsionaram os fluxos populacionais para o interior da floresta ocasionando intensa pressão sobre o meio ambiente em relação ao desmatamento, às queimadas e aos conflitos fundiários. O macrozoneamento acordado para a Amazônia, além de delimitar os domínios das terras indígenas e das Unidades de Conservação, dispõe das populações extrativas e ribeirinhas isoladas que, até pouco tempo, foram desassistidas de políticas públicas consistentes e articuladas.

Tais transformações na configuração da ocupação na Amazônia produziram mudanças na economia de várzea, fundamenta no extrativismo vegetal e animal, na agricultura e na pecuária. Uma dessas mudanças está relacionada às relações comerciais na economia extrativa tradicional que ocorriam através do sistema de aviamento, segundo o qual os comerciantes locais forneciam mantimentos para os extrativistas em pagamento da sua produção, a citar: o peixe seco, a borracha, o cacau, peles de animais silvestres, a madeira, entre outros produtos florestais e agrícolas. Na década de 1960, esse sistema econômico é suspenso, embora representasse um elemento relevante das relações sociais e econômicas da região.

Outra mudança, agora não mais somente econômica, mas também social, foi a inserção de uma nova atividade produtiva na várzea, a juticultura, em 1930. Trazida para a Amazônia pelos colonos japoneses, a juta começou a ser praticada em Parintins e logo se expandiu por quase toda a extensão de várzea do rio Amazonas, no pós-guerra. A juticultura, pelo menos no início, estimulou a economia da várzea, aumentando significativamente a renda de sua população. Esse estímulo fomentou expressivo crescimento da população "varzeira"[2], decorrente da reprodução e não da colonização, uma vez que houve o crescimento de muitas comunidades que antes contava apenas com algumas famílias (BENATTI, 2005).

Esse arranjo, a partir da década de 1970, entra em declínio quando a juta passa a enfrentar forte concorrência da fibra sintética, sendo extinta a juticultura na primeira metade da década de 1980. Com o fim da produção da juta, a atividade pesqueira passa a ser intensa e ampliada. O que antes era praticado com instrumentos tradicionais, começa a utilizar de modernos equipamentos com maior impacto na fauna aquática da região. A pesca comercial, que passou a ser desenvolvida, era praticada por pescadores profissionais, que não residiam nas várzeas e não respeitavam o período de reprodução dos peixes. Essa atividade levou as comunidades ribeirinhas a se organizarem para expulsarem os pescadores comerciais e definirem regras para a exploração dos recursos locais.

Outra atividade econômica e social relevante no Baixo e Médio Amazonas e que ocasionou significativos impactos no meio socioambiental da várzea foi a expansão da pecuária bovina e, bem recente, da bubalina. Para Benatti (2005), ao contrário da pesca comercial, a expansão da pecuária está diretamente ligada ao controle da terra, causando frequentemente conflito com pescadores e comunidades. Quanto à pecuária bubalina, esta

[2] População que tradicionalmente se concentra nas várzeas amazônicas em decorrência da riqueza de recursos naturais e utilizam o rio principal via de transporte. Essas populações ocupam essas áreas há várias gerações.

atividade contribuiu para intensificar conflitos entre criadores de gado, pescadores e agricultores nas áreas de várzea.

Entre os impactos socioambientais acarretados pela expansão da pecuária, estão os danos expressivos ao ecossistema de várzea. Estes contribuem para aumentar os riscos relacionados à agricultura e à migração sazonal do rebanho, alternam área de pastagem do rebanho (no período de estiagem na várzea, no período de cheia na terra firme), que integra as economias da várzea com a da terra firme com um novo formato. A alternância entre as duas regiões propicia aos criadores de gado o aumento dos seus rebanhos, contribuindo para o desmatamento na terra firme e para o aumento de conflitos relacionados ao acesso e ao uso dos campos naturais nas áreas de várzeas.

No que se refere às experiências produtivas no Furo Cachoeiry, área de várzea localizada no Baixo Amazonas, a expansão da pecuária é contemporânea. O gado tem sido criado pelos ribeirinhos, mas como um tipo poupança, não como atividade principal. Com o fim da produção da juta, as famílias ribeirinhas do referido furo, se especializaram na produção de hortifrúti[3]. Essa atividade agrícola segue a sazonalidade do regime fluvial para a maioria dos produtos cultivados, contando com a participação de todos os membros da família (esposa, filhos e agregados – quando dispõem), além de contar, por vezes, com ajuda de outros parentes e/ou vizinhos.

A Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu artigo 3º (BRASIL, 2006) estabelece elementos importantes para o enquadramento na categoria de agricultor familiar: (I) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais[4]; (II) a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (III) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento. Como agricultura familiar tradicional, o estudo estabelece os agricultores determinados na Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006, pertencentes à reforma agrária. A inclusão do entendimento de agricultura familiar tradicional em acordo com a referida lei e pertencente à reforma agrária, justifica-se pelo fato da área do Furo estar atravessando o processo de criação do PAE Cachoeiry.

Abordar o espaço produtivo na várzea amazônica torna-se relevante ao observarmos que, na região, até a década de 1970, quando iniciou a construção da malha rodoviária, as várzeas e as margens dos rios concentravam a população amazônica (SILVA, 2000). Para o governo brasileiro, a várzea amazônica era considerada patrimônio da União, não podendo

---

[3] Os principais produtos hortifrútis cultivados pelos camponeses amazônicos são: Cebolinha, alface, couve, feijãozinho, berinjela, jerimum, quiabo, chicória, melão regional, abobora, jambu, banana, pepino, maxixe, melancia.

[4] Segundo a Embrapa-PÁ, um módulo fiscal no município de Oriximiná equivale a 75ha.

haver propriedade privada. No entanto, as populações que ocupam essas áreas há décadas, desenvolveram arranjos institucionais para garantir o acesso à terra e aos recursos naturais desse ecossistema (BENATTI, 2005).

Esses arranjos institucionais garantem o reconhecimento da população local, na delimitação das propriedades privadas, possibilitando um mercado de terras de várzea - compra e venda de propriedade - sem a legalização de títulos. Tal contradição jurídica ocasionou insegurança legal e conflitos de terra, intensificando a insegurança ambiental gerada pela própria característica da várzea, a sazonalidade das águas (cheia e vazante dos rios).

Na atualidade, existe por parte do Governo Federal, o interesse em conciliar a ocupação da várzea com a legislação vigente. Além de minimizar os conflitos de terra nas áreas, esse interesse visa regularizar a propriedade privada para que os ribeirinhos possam obter benefícios normativos aos proprietários de terra, a exemplo, o crédito rural. Essa regularização está ocorrendo com a implantação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas – Paes, nas várzeas amazônicas.

A política de crédito para a agricultura familiar teve início na década de 1990, primeiro com o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), em 1994 e que, dois anos depois, em 1996, foi substituído pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa política foi sem dúvida a mais importante das políticas voltadas para a agricultura familiar, uma vez que propiciou “autonomia” e regularidade no fluxo de recursos, tanto para custeio como para investimento, a esta categoria.

A sazonalidades das águas na Amazônia fez com que o “camponês amazônico” desenvolvesse habilidades para explorar e produzir na multiplicidade de habitat, a terra, a floresta e a água, o que estabelece uma relação de respeito com a natureza. Nessa relação, o espaço de reprodução econômica, social e religiosa da população ribeirinha é intervalado e caracterizado por vazios ilusórios: terra de descanso, lagos de pesca e para procriação, lugares de caça, entre outros (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 2007; CANTO, 2007).

Esse entendimento, no modo de produção do camponês ribeirinho, englobando a terra, a água e a floresta de trabalho, sob o controle familiar, fundamentam a economia camponesa ribeirinha estabelecida num sistema que combina as práticas de produção com a terra, a floresta, a água e o trabalho, segundo o processo natural de desenvolvimento familiar.

Witkoski, 2007, expõe que a conexão entre produção, circulação e consumo de bens materiais produzidos pelo homem é a essência para compreender a história da humanidade. Nesse processo, atualmente o trabalho pretérito, desenvolvido com forças produtivas cada vez

mais automatizadas e poderosas (consumo produtivo) e baseado em valores de uso para o consumo humano (consumo improdutivo) parece prevalecer sob a fundamental necessidade do trabalho vivo. No entanto, essa prevalência não ocorre onde habitam e trabalham o camponês amazônico e sua família, nas várzeas (CRUZ, 1999; CRUZ, 2007).

Essa característica determina o reconhecimento deste ator social, de modo prévio e norteador para a reconstrução das experiências produtivas gerando novos significados e, consequentemente, novos conhecimentos. A pretensão não é buscar uma explicação prática, mas sim a elaboração firmada na teoria, contribuindo para explicar a prática e, assim, a prática realimentar a teoria (OLIVEIRA, 2009).

Nesta perspectiva, a questão principal desse debate é: como a várzea tem se constituído como lugar, diante das experiências produtivas camponesas na Amazônia?

Diante da problemática exposta, a pesquisa se justifica por sua relevância para estudos regionais da ciência geográfica e por ampliar o conhecimento da influência da produção camponesa sobre a construção do lugar da várzea amazônica. Consequentemente, busca compreender a participação de atores externos na produção do espaço, partindo das experiências produtivas desenvolvidas no Furo Cachoeiry.

A produção camponesa desenvolvida pelo nas comunidades do Furo Cachoeiry tem se baseado nos sistemas agroflorestais dos modos de produção e consumo de bens necessários à sua sobrevivência. Assim sendo, os camponeses amazônicos utilizavam-se de mecanismos, de técnicas e de habilidades essenciais para a utilização e manuseio da diversidade dos recursos ecológicos que a várzea dispõe para sua reprodução social.

Os camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry destinavam sua produção de hortifrúti para o consumo da família e para a venda do excedente na sede urbana municipal. Na segunda metade da década de 1970, esta produção voltou a estimular a economia do furo, com grande parte dos produtores se especializando na produção de cebolinha, alface, quiabo, coentro, jambu, chicória, feijãozinho, couve, abóbora, entre outros. Esse novo fomento econômico é resultado da relação harmônica estabelecida entre o Senhor Gilberto Sarubi, natural do Furo, primeiro atravessador a comprar a produção de grande parte/ou maioria dos produtores do Furo. A produção comercializada com o Sarubi atendia à demanda que a Empresa Andrade Gutierrez para a alimentação dos funcionários empregados na construção da Company Town Porto Trombetas, da Mineração Rio do Norte (MRN).

Além do quantitativo dos produtos comercializados com o senhor Gilberto Sarubi e, posteriormente, com os mesmos fins, com o senhor José Lima, também natural do Furo, os produtores ainda comercializavam parte de sua produção em uma feira-livre improvisada nos

arredores do prédio do antigo Mercado Municipal de Carne, na sede municipal. Alguns produtores relataram que também escoavam suas produções para municípios vizinhos como: Juruti, Terra Santa e até mesmo, para Santarém.

No ano de 2008, no então governo do Dr. Argemiro Diniz, foi inaugurado o prédio da feira do produtor rural do município de Oriximiná. Para este foram transferidos os produtores rurais, tanto do planalto quanto da área de várzea, que comercializavam suas produções na área do entorno do antigo Mercado Municipal de Carne. No ano seguinte, em 2009, todos os prédios públicos destinados ao serviço de comercialização de produtos entraram em processo de licitação para permissão de uso de bem público. Na ausência de uma organização social estruturada, os produtores ribeirinhos não participaram do processo licitatório que concedeu autorização de uso dos boxes com melhor localização no prédio da feira do produtor rural.

A relação estabelecida entre a maioria dos produtores e os atuais atravessadores que utilizam o prédio da feira do produtor rural para comercialização ocorreu de forma desarmônica, desestimulando os camponeses do Furo a continuarem a desenvolver a produção de hortifrúti. Sem a renda proveniente da agricultura familiar, muitos ribeirinhos migraram para os pequenos, médios e grandes núcleos urbanos mais próximos, em especial Oriximiná, Juruti, Santarém e Manaus. Nesses locais, empregaram-se em atividades informais e no setor de serviços, em especial no comércio. Os moradores que permanece no Furo são os de idade mais avançada e que resistem em migrar.

Atualmente, das quatro comunidades que constituem o Furo Cachoeiry, apenas duas concentram um número significativo de famílias que ainda produzem hortifrúti como principal fonte de renda ou apenas para complementação desta. Vale ressaltar que as duas comunidades com menor quantitativo de famílias produtoras e de famílias residentes são as mais próximas do núcleo urbano do município. Segundo as palavras da diretora da escola Sagrado Coração de Jesus, localizada na comunidade Santo Antônio, Furo Cachoeiry, a principal renda das famílias que moram no furo, atualmente, é aposentadoria ou benefícios do Governo Federal, como o Bolsa Família. Esta fecha sua fala com a expressão “o Cachoeiry está se acabando”, denotando tristeza em seu timbre e em sua expressão facial.

Ainda nesse contexto, é recente o comportamento de alguns moradores do Furo que, em pequenas embarcações (canoas), passaram a pedir auxílios aos passageiros das embarcações que utilizam o Furo em sua rota Oriximiná/Manaus, que reproduz os pedintes praticantes no Estreito de Breve. Essa ação é criticada pela maioria dos camponeses amazônicos do Furo e de muitos moradores do núcleo urbano do município, que possuem, como particularidade de seus moradores, a qualidade de gente trabalhadora. Sob essa

percepção, a pesquisa teve como hipótese: a produção camponesa é um dos principais agentes constituintes da várzea como lugar na Amazônia.

Diante desse contexto, apontamos as seguintes questões que nortearam a problemática do tema, propiciando subsídio para o desenvolvimento da pesquisa:

1. Quais os reflexos da produção agrícola familiar sobre o lugar e no Furo Cachoeiry no período entre o final da década de 1970 e o ano de 2018?
2. Como ocorreu a espacialização da produção agrícola familiar no Furo Cachoeiry?
3. Como os agentes externos interferem nas experiências produtivas dos ribeirinhos que, consequentemente, influenciam na construção do lugar no Furo Cachoeiry?

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar a várzea enquanto lugar do camponês amazônico, considerando as experiências produtivas das comunidades do Furo Cachoeiry, no período de 1980-2018.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a várzea como o mundo do camponês amazônico;
- Constatar o modo organização social nas comunidades do furo como mecanismo de produção e reprodução dos seus espaços sociais;
- Distinguir as interferências positivas e negativas dos agentes externos na configuração do lugar dos camponeses no Cachoeiry.

3. Método de Análise

O conhecimento é a ação que se utiliza de instrumentos ideais (teórico, conceitual, científico) para a leitura, a interpretação e a análise de um fato. Assim, esse processo sobre o fato é levado a aprimorar, elaborar e aperfeiçoar os instrumentos ideais existentes (BEAUD, 1997).

Essa perspectiva, a pesquisa é o caminho científico para obter o conhecimento, pois utiliza-se do estudo de um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, bem como de técnicas e metodologias para cumprir os objetivos propostos. Nesse processo, o método de análise é de fundamental importância, pois é ele que direciona as

técnicas e a metodologia a serem aplicadas na pesquisa para obter as respostas dos questionamentos apontados sobre o objeto a ser estudado.

Com o objetivo de analisar as experiências produtivas desenvolvidas no Furo Cachoeiry, a pesquisa fundamentou-se no método do materialismo histórico dialético. A opção por esse método apoia-se no fato de que o mesmo está fundamentado na argumentação, na discussão, e no confronto de ideias.

Ainda de acordo com ele, tudo o que existe se relaciona, uma vez que há uma reação correspondente para a ação. Neste sentido, nada é imudável, pois tudo está em constante transformação. O método dialético ainda baseia no princípio da alternância quantitativa das coisas para qualitativa, afirmando que esta perspectiva da realidade necessita da interpretação dos contrários, quer dizer, da luta entre opostos. A interpretação da realidade de maneira dinâmica e totalizante, na qual o entendimento dos fatos sociais carece de um conjunto de variáveis inter-relacionadas, seja na política, na economia, na cultura ou em qualquer outro tema. É por meio da dialética que os pesquisadores conferem suas opiniões, conceitos, diferentes dados dos problemas e contradições na tentativa de ampliar o entendimento (LEFÈBVER, 1983; SPOSITO, 2004).

Assim, Gil narra que:

> O materialismo dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios: A) unidade dos postos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, se são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos postos. Os postos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. B) Qualidade e quantidade. Qualidade são característica imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. C) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz ao desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes (GIL, 1987, p. 32).

Sendo o aspecto visível da relação entre sociedade e natureza, a paisagem reflete como essa relação é intercedida por suas técnicas, uma vez que a relação entre paisagem e produção está diretamente ligada à necessidade de instrumento próprio de trabalho da forma produtiva. Assim sendo, a produção, a circulação e o consumo recebem organizações particulares a cada atividade, dentro de um processo de evolução histórica, o que configura a paisagem como objeto de mudança.

Para Santo (2014b), à medida que há alteração na produção, a paisagem recebe novos objetos que a reconfiguram com novas técnicas para atender outras demandas, originando

mutações e refuncionalizações. As mutações da paisagem são tanto estruturais quanto funcionais, pois mudança na estrutura ocorre quando há alteração nas formas espaciais perceptíveis na paisagem, ao passo que a mudança na funcionalidade ocorre quando a intencionalidade de sua utilização é alterada, quando assume função social diferente.

Não sendo a paisagem um todo, apenas um fragmento, a percepção pode ser enganosa. Tanto o Planeta quanto a História são uma totalidade. Logo ambas constituiriam fatos em permanente transformação que os levariam outra vez para a origem, Planeta e História "totalidades em permanente processo de totalização". A distinção entre unidade e diversidade parte do entendimento de que a unidade é própria do Planeta e da História, enquanto a diversidade é própria dos lugares, o que leva a mudança do mundo implicar diretamente na mudança nos lugares. Logo, "o lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente" (SANTOS, 2014b, p.158).

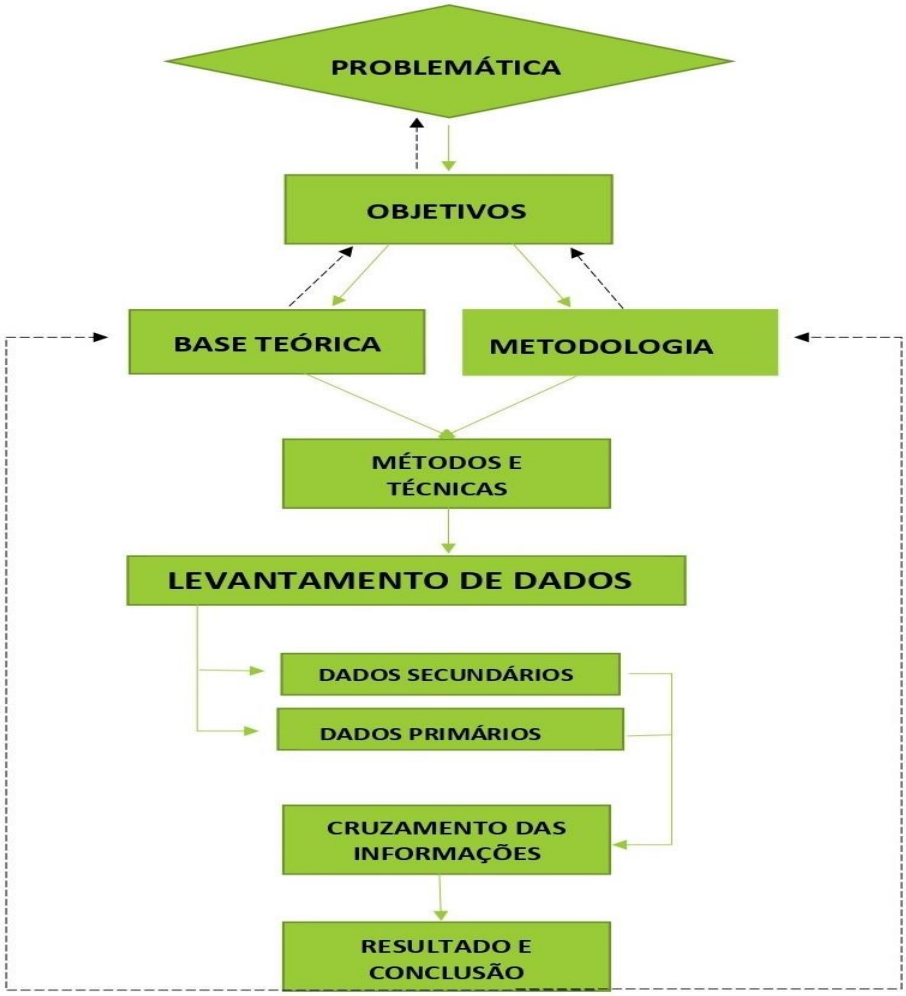
Para auxiliar o método, a técnica empregada foi o formulário de campo, objetivando colher e registrar, ordenadamente, os dados sobre o tema em estudo. Sua aplicação subsidiou a comparação do espaço pesquisado, resultado da aproximação dos dados bibliográficos (base teórica-conceitual) com os dados coletados em campo. A técnica utilizada é um dos mais importantes instrumentos para a investigação, uma vez que se fundamenta na coleta de dados por meio das informações obtidas diretamente do entrevistado.

Sendo a pesquisa do tipo quali-quantitativa, para coletar as informações no campo, o formulário foi elaborado tanto para obter informações de natureza qualitativa quanto de natureza quantitativa, na perspectiva de compreender, da maneira mais próxima possível, a realidade dos camponeses ribeirinhos. A coleta de dados é considerada, por alguns autores, o momento ímpar de uma pesquisa, pois é quando as informações necessárias para responder os objetivos do estudo são coletadas. Isso posto, o sucesso da pesquisa está diretamente ligado à maneira com a qual aplicamos o formulário de campo, o que torna essa técnica um desafio para o pesquisador.

Para Gobbi e Pessôa (2009) o trabalho de campo, em uma pesquisa geográfica, não deve objetivar a coleta de dados apenas para construir gráficos, tabelas e valores percentuais. Faz-se necessário extrair desses dados elementos relacionados às suas leituras de mundo, seus hábitos, tabus, experiências e temores. Assim sendo, é importante que o formulário de pesquisa contemple perguntas "abertas" e "fechadas" (GOLDENBERG, 2007, p. 86), para que se alcancem generalizações, ideias predominantes e tendências mais definidas entre as pessoas que colaboraram no estudo.

Neste contexto, a metodologia adotada nesta pesquisa seguiu o organograma metodológico expresso na figura1.

Figura 1: Organograma Metodológica da Pesquisa.



Fonte: SILVA, 2020.

4. Procedimentos Metodológicos

Na busca por compreender as relações sociais entre os camponeses ribeirinhos e os atores externos do Furo Cachoeiry, a partir das experiências produtivas, comercialização, organização social, assistência técnica, acesso à política pública e ao uso do furo, o trabalho desenvolveu-se sistematizando as atividades por meio das seguintes orientações: trabalho de gabinete e de campo (Quadro1).

Quadro 1: Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa.

ETAPAS	Atividades
TRABALHO DE GABINETE	✓ Levantamento bibliográfico;
	✓ Levantamento documental;
	✓ Análise dos dados de campo;
TRABALHO DE CAMPO	✓ Identificação dos representantes das comunidades;
	✓ Autorização de uso dos dados coletados e das imagens dos camponeses amazônicos;
	✓ Escolha das propriedades rurais;
	✓ Aplicação do modelo final do formulário de campo.

Fonte: SILVA, 2020.

Essa divisão metodológica nas atividades desenvolvidas possibilitou relacionar os dados levantados empiricamente às bases teóricas que nortearam a pesquisa, propiciando a compreensão das relações sociais presentes no Furo Cachoeiry. Nesta perspectiva, resumidamente, o desenvolvimento de cada atividade ocorreu da seguinte maneira:

Trabalho de Gabinete

➢ **Levantamento Bibliográfico:** nesta etapa, de tamanha relevância, efetivou-se consultas de fontes sobre o tema da pesquisa. Após esse momento, partiu-se para a leitura da bibliografia encontrada (fichamentos bibliográficos, de documentos e de sínteses pessoais) e análise dos dados de campo. A seleção das fontes possibilitou a revisão teórico-metodológica da pesquisa, fundamentada no conceito de lugar, tendo como base central as experiências produtivas camponesas, as relações entre os atores sociais, políticos e econômicos que interferem na produção do espaço.

Para efeito de uma pesquisa singular, a bibliografia levantada fundamentou-se no que já havia sido pesquisado sobre a produção camponesa na várzea amazônica, em livros, artigos, teses e dissertações, tanto na Geografia como nas demais ciências humanas. Esse exercício proporcionou um olhar cuidadoso para o objeto a ser pesquisado.

➢ **Levantamento Documental:** nesta etapa, realizou-se coleta de dados junto ao Instinto Nacional de Colonização e Reforma agrária – Incra, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, à Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER/PA e à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Oriximiná-PA – SEMAGRE/PA, para contribuir com a efetivação do assentamento e dados

rurais das comunidades do Cachoeiry, para a compreensão da produção camponesa praticada pelas família do Furo para fins comerciais ou não.

- **Análise dos dados de campo:** o formulário de campo foi estruturado, de acordo com Goldenberg (2007), em dois momentos contemplando perguntas abertas e fechadas. Para a produção desse formulário, utilizou-se o Software Excel 2010, que também assistiu à elaboração de quadros e gráficos.

Os procedimentos adotados no campo foram os seguintes:

- ✓ Visitação às famílias das quatro comunidades que constituem o furo e aplicação do questionário com os chefes da família;
- ✓ Visitação à escola Sagrado Coração de Jesus para observação e aplicação de questionários com a diretora do educandário e com os barqueiros que fazem o transporte das crianças moradoras do furo;
- ✓ Visitação ao flutuante de apoio à fiscalização da pesca no lago maior e aplicação de questionário;
- ✓ Tabulação dos dados quantitativos e organização das tabelas;
- ✓ Análise dos dados qualitativos e disposições dos resultados em tabelas.

A análise destes dados foi realizada em duas etapas. A primeira etapa se estabeleceu na observação das frequências dos dados quantitativos das respostas, os quais foram tabulados e dispostos em tabelas objetivando caracterizar os sujeitos da pesquisa: camponês amazônico. Deu-se nesse momento, portanto, a pesquisa quantitativa, onde traçou-se o perfil dos camponeses amazônicos das quatro comunidades estudadas que constituem o Furo Cachoeiry. A partir dessa análise obteve-se uma caracterização sócio-econômica-cultural dos camponeses.

No segundo momento, os dados qualitativos obtidos nas perguntas abertas dos questionários foram analisados por meio da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2007), com o objetivo de identificar elementos relevantes que respondam nossos questionamentos e estabeleçam categorias de análise acerca das atividades produtivas desenvolvidas e sua relação com as vivências sócioespaciais dos camponeses amazônicos. Desse modo, foi possível identificar como o lugar e as atividades produtivas dos camponeses amazônicos se tornam elementos norteadores na transformação da paisagem da várzea amazônica.

Trabalho de Campo

- **Identificação dos representantes das comunidades:** os representantes das comunidades, devido à atuação como ponte na comunicação com os demais camponeses

ribeirinhos, possibilitam a compreensão das dinâmicas nas comunidades e a localização os moradores mais antigos das suas referidas comunidades do Furo.

Após essa etapa, a próxima ação foi estabelecer contato, que, devido à extensão do Furo, ocorreu individualmente com cada representante das quatro comunidades. Nesse momento, a proposta de pesquisa foi apresentada e, consequentemente, foi aplicado o formulário piloto com a finalidade de que os representantes das comunidades contribuíssem para os devidos ajustes nos questionamentos dos formulários de campo.

- **Diálogo intersubjetivo:** possibilitou uma maior aproximação com os camponeses ribeirinhos. Primeiramente foi apresentada a proposta de pesquisa (objetivos e principais resultados esperados), o que contribuiu para estabelecer uma relação de confiança entre a pesquisadora e os comunitários, além do estabelecimento de acordos para o desenvolvimento do estudo. Para os formulários de campo, foi acordada a aplicação direta entre o entrevistado e o entrevistador, na qual as perguntas eram feitas e as respostas gravadas para posteriormente serem anotadas.
- **Autorização de uso dos dados coletados e da imagem pelos camponeses ribeirinhos:** esse procedimento é de fundamental importância, uma vez que os dados e as imagens serão divulgados em diferentes meios de informação. O pedido de autorização aos camponeses ribeirinhos evita possíveis transtornos futuros. Na realização do trabalho de campo, não houve caso da não aceitação da divulgação dos dados; no entanto, no caso das imagens ocorreram certas restrições, que foram atendidas sem grande detrimento para o desenvolvimento da pesquisa.
- **Escolha das propriedades rurais:** essa atividade ocorreu com o apoio dos representantes comunitários. Não houve critério específico para a seleção das propriedades, apenas uma preocupação em balancear o número de propriedades que ainda desenvolvem a agricultura familiar para geração total ou parcial da renda, com o número de propriedade que não desenvolvem mais essa atividade para esses fins.
- **As Famílias:** dentre as 180 famílias que residem no furo, segundo a Secretaria Municipal do Interior de Oriximiná, foram coletados dados junto a 60 famílias nas quatro comunidades que compõe o furo. Procurou-se selecionar tanto famílias que ainda desenvolvem a produção de hortifrúti, como principal fonte de renda ou complementação dessa, quanto famílias com outras fontes principais de geração de renda e que não desenvolvem mais essa atividade.

Devido à extensão do Furo, assim como a distribuição das propriedades entre as comunidades, a realização do trabalho de campo ocorreu em meses alternados, tanto no

primeiro semestre quanto no segundo semestre de 2018. Com exceção da escola, priorizou-se os sábados e domingos para a visitação e aplicação de questionário. A justificativa de se priorizar o final de semana partiu do cuidado de não interferir bruscamente nas atividades cotidianas dos camponeses e, com isso, ocasionar inconveniência para as partes.

A extensão do Furo ocasionou a necessidade de pernoitar nas casas de alguns camponeses amazônico, como no caso do senhor Vicente Batista, morador de 86 anos da comunidade São Luiz, e da dona Doraci Lima, moradora da comunidade Santo Antônio (Figura 2), entre outros. Essa necessidade partiu também da rotina dos camponeses, que desenvolvem muitas atividades durante o dia, então o questionário só podia ser aplicado no período da noite, momento que os camponeses têm para o descanso.

Figura 2: Imagem dos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry – Comunidades São Luiz e Santo Antônio.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Para as duas comunidades mais próximas da cidade (Comunidade Nossa Senhora Aparecida e São José), as idas a campo ocorreram nos finais de semana (sábado e domingo), visto que o barqueiro que fez o transporte do campo trabalha no transporte dos professores que residem em Oriximiná e trabalham na escola Sagrado Coração de Jesus, no furo.

Nessas comunidades, os trabalhos de campo iniciavam, geralmente às 7h. Assim, saíamos da cidade e aplicávamos o questionário, em média, de cinco casas de camponeses por dia. Esse número está relacionado à distância entre uma casa e outra, pois, para esse deslocamento, havia a necessidade de percorrer a distância de barco. Tal fato ocorreu no caso do senhor Francisco Gualberto, morador da comunidade Nossa Senhora Aparecida e do senhor Raimundo Gomes, morador da comunidade São José (Figura 3).

Figura 3: Imagem dos Camponeses Amazônicos do Furo Cachoeiry – Comunidades N. S. Aparecida e São José.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Para chegar ao quantitativo de questionários aplicados (60 famílias), foram necessárias sete idas a campo em finais de semana alternados, entre setembro de 2018 e março de 2019. Além da necessidade de se realizarem várias idas no barco que faz o transporte dos professores para a escola do furo e alguns pernoites em casas de camponeses amazônicos.

Os transpasses até a escolas foram relevantes, pois foram aplicados formulários aos camponeses que participavam de reuniões pedagógicas na escola de seus filhos, principalmente, a moradores das duas comunidades mais distantes, onde o acesso era mais difícil. Isso foi necessário para a redução dos gastos com os pernoites, uma vez que fazia o transpasse da cidade até a escola no barco que faz o transporte dos professores e da escola para as casas dos camponeses usou-se os barcos que faziam o transporte dos alunos de suas casas para a escola e vice-versa (Figura 4).

Figura 4: Imagem da Escola Sagrado Coração de Jesus – Furo Cachoeiry e de uma Reunião Pedagógica com os responsáveis dos alunos.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2010 e 2018.

Os momentos de socialização com os camponeses das comunidades do furo, para coleta de dados, duraram em média 45 minutos, com aplicação do formulário de campo e conversas informais. Deste modo, a pesquisadora adotou, além do questionário impresso, gravador de voz para que não houvesse perda de informações relevantes neste momento.

O formulário de campo foi dividido em quatro etapas, atendendo as finalidades dos dados que se pretendia obter. No primeiro momento, foram levantados dados de caracterização dos sujeitos envolvidos na pesquisa e de suas famílias. No segundo momento, envolveu um procedimento que teve como objetivo identificar as atividades produtivas relevantes para promoção de renda ou complementação desta. O terceiro momento do formulário foi constituído de perguntas direcionadas para evidenciar informações sobre a organização social desses sujeitos. Finalizando o formulário de campo, este momento objetivou identificar as Ater e as políticas públicas que assistem esses camponeses (Quadro 2).

Quadro 2: Estrutura do formulário de campo aplicado nas comunidades do Furo Cachoeiry.

IDENTIFICAÇÃO	✓ Idade;
	✓ Estado Civil;
	✓ Renda da Família;
	✓ Principal Renda;
	✓ Atuação na Atividade Rural;
	✓ Fluxo Migratório;
	✓ Composição Familiar.
ATIVIDADES PRODUTIVAS, TECNOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO	✓ Tipo de Uso;
	✓ Manejo do Solo;
	✓ Área Ocupada;
	✓ Produção/Safra;
	✓ Principais Compradores;
	✓ Tipo de Venda;
	✓ Transporte;
	✓ Defensivo Agrícola;
	✓ Insumos da Produção.
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	✓ Participação em Cooperativa, Associação;
	✓ Área Social da Comunidade;
	✓ Evento Cultural.
ATER E POLÍTICAS PÚBLICAS	✓ Problemas Para Produzir na Propriedade;
	✓ Financiamento;
	✓ Programas do Governo;
	✓ Assistência Técnica.

Fonte: a própria autora. SILVA, 2018.

Durante o trabalho de campo foi possível observar as principais formas espaciais que compõem a várzea amazônica e sua estrutura. Além disso, paisagem foi registrada com fotos, sua localização indicada com uso de Global Position System – GPS, para elaboração de mapas. Também foi feita a análise segundo a adaptação do Sistema de Classificação da

Cobertura e Uso da Terra do IBGE (2013) e se adequa ao uso para a paisagem, uma vez que cada uso impõe sua própria paisagem. A partir das paisagens presente no Furo Cachoeiry a classificação realizada se estabelece de acordo com o Quadro 4.

Quadro 3: Classificação da Paisagem/Uso/Área

PAISAGEM	SIGLA
Culturas temporárias	CT
Hortícolas e Floríferas	HF
Cultivo Temporários Diversificados	CTD
Culturas Permanentes	CP
Pastagem – Gado Misto	PGM
Pastagem – Gado Leite	PGL
Pastagem – Caprino	PC
Vegetação Secundaria	VS
Pasto Sujo	PS
Área Antropizada Sem Uso Definido	AASUD
Transporte – Cargas e Passageiros	TCP

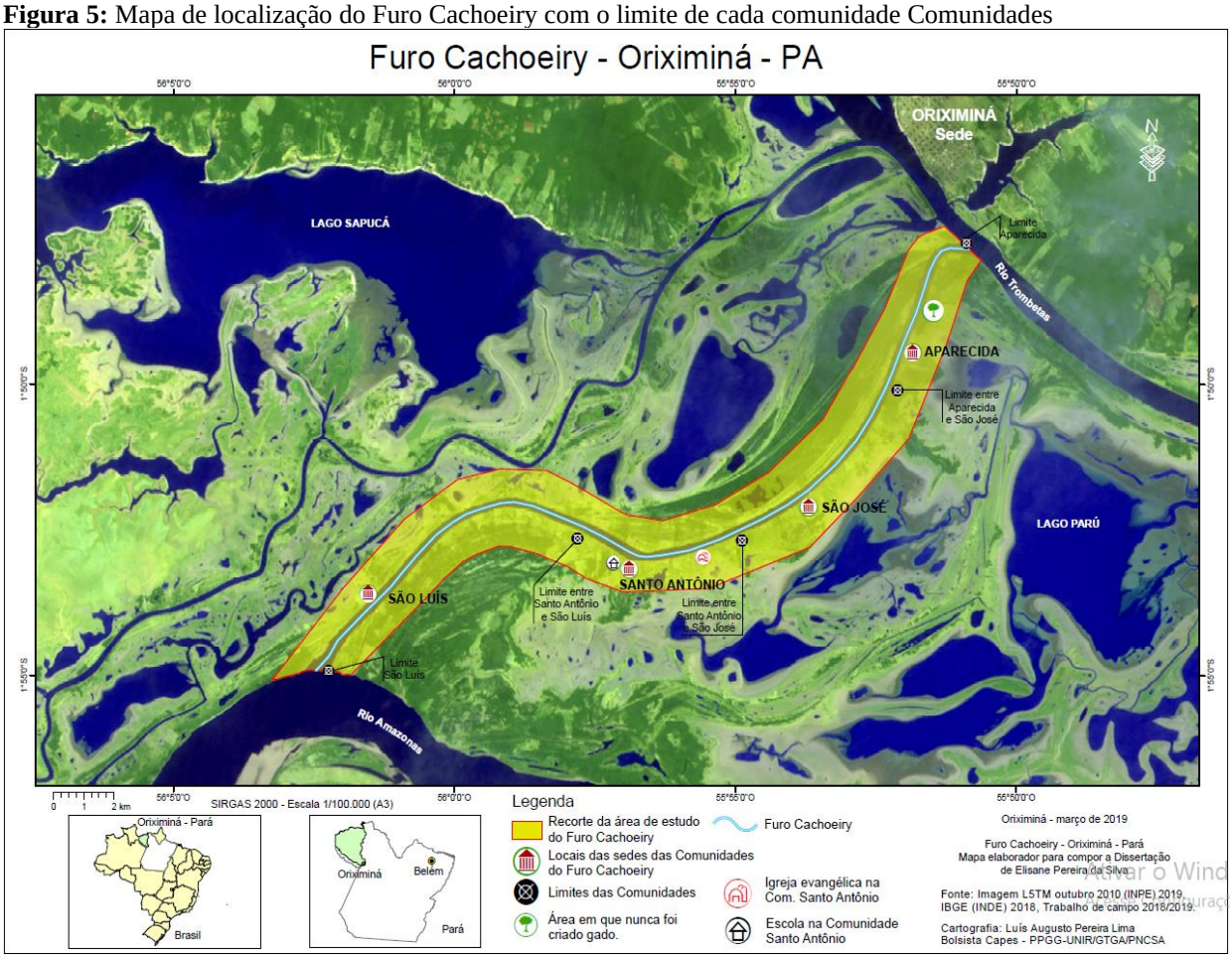
Fonte: SILVA, 2019, com base em IBGE, 2013.

5. Localização da Área de Estudo

O município de Oriximiná está situado no Oeste do Estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos. Os limites do município são: a Oeste, com Faro e o Estado de Roraima; a Leste, com Óbidos; ao Norte, com a Guiana Francesa e Suriname; e ao Sul, com Juruti e Terra Santa.

A área de estudo o Furo Cachoeiry, trata-se de um canal que liga o Rio Amazonas ao Rio Trombetas, principal rio do município de Oriximiná. Sua localização encontra-se entre as coordenadas geográficas: 1º55’0” S (latitude) e 55º50’0” O (longitude) neste município (Figura 2). Em toda sua extensão do furo estão distribuídas quatro comunidades: Nossa Senhora Aparecida, São José, Santo Antônio e São Luiz.

Figura 5: Mapa de localização do Furo Cachoeiry com o limite de cada comunidade Comunidades



O município de Oriximiná foi fundado por Padre José Nicolino de Souza, natural de Faro (município amazônico) e que desbravou a região, fundou o povoado denominado Uruá-Tapera ou Mura-Tapera, em 1877, à margem esquerda do rio Trombetas. Em seu processo de emancipação política, o município enfrentou duras batalhas, em especial, com o município de Óbidos. Elevado à categoria de Vila e Município, passou a ser denominado Oriximiná, perdeu parte de seu território, foi extinto e dividido entre os municípios de Óbidos e Faro. Até que o Major Magalhães Barata, então Interventor Federal do Pará, em 24 de dezembro de 1930, com a Lei nº 1.442, reestabeleceu o município com a atual configuração territorial (TAVARES, 2006).

Oriximiná é o segundo município do Estado em importância para o setor mineral do país. Segundo o IBGE, a atividade econômica predominante é o setor industrial, com a empresa Mineração Rio do Norte (MRN) praticando a atividade industrial de extração natural, exploração da bauxita. Além disso, o município conta com a pecuária, a agricultura familiar, o

extrativismo vegetal e animal, a indústria de transporte, o comércio, bem como o serviço e a administração pública.

Após o trabalho de campo, foi elaborado tanto o mapa de localização quanto de evolução do furo. Após a retirada dos pontos com uso de Global Position System – GPS, em campo para o mapa de localização utilizou-se imagens de outubro de 2010 do satélite Landsat 5 e o mapa de evolução do furo, dos anos de 1985 a 2005 utilizou-se imagens do satélite Landsat 5, e dos anos de 2015 e 2017 as imagens foram do satélite Landsat 8 (Figura 5).

SEÇÃO I – A VÁRZEA AMAZÔNICA: O MUNDO DO CAMPONÊS AMAZÔNICO

"Sou caboclo valente
Morador das barrancas desse rio barrento
Razão de vida e sustento das vidas deste lugar
Sou agricultor diferente, só planto quando rio seca
E vivo da pesca quando o rio enche"
(Paulo Medeiros/ Tony Medeiros)

O rio Amazonas experimenta o princípio de sua saga invasora, com a exploração de sua navegabilidade pela expedição de Francisco Orellana (1541-1542), ato que propiciou o contato entre os conquistadores europeus e as civilizações autóctones que habitavam as suas margens. Servindo como primeira via de acesso à conquista da Amazônia pelos europeus, as civilizações que ocupavam as margens do grande rio Amazonas, a várzea, foram as primeiras a experienciarem o impacto da ação invasora na região (BOLLE,2010). Deste modo, a várzea foi a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na Amazônia.

No entanto, a exploração da várzea pelos europeus iniciou-se de fato com a viagem do Capitão-Mor Pedro Teixeira (1637-1639), tanto pelo lado espanhol quanto a partir da foz, com a construção do Forte do Presépio, em Belém. Essa construção passa a ter duas funções específicas: a de servir de defesa do território frente às investidas dos holandeses, franceses e ingleses que penetravam na região pelo braço norte do rio Amazonas, a fim de realizar trocas comerciais com os índios, e, também, servir de modelo para os novos povoados que se formaram na região.

Tanto os imensos povoados, com verdadeiras cidades as margens do Amazonas, como a "fartura" de alimentos e uma complexa organização social e política estão presentes nos relatos dos primeiros viajantes que adentraram a região até meados do século XVI. Sendo a várzea a primeira fronteira de expansão da colonização europeia, segundo Porro (2017) em seu estudo sobre etno-história, pouquíssimos agrupamentos ameríndios das várzeas dos rios Negro, Solimões e Amazonas sobreviveram às grandiosas investidas materiais e espirituais dos conquistadores europeus.

Diferente dos agrupamentos em ferra-firme, onde a imensidão impossibilitou a lógica de conquista dos europeus nessas áreas, a população da várzea, pelo fato de ser compacta e densamente localizada nas margens dos rios, primeira via de reconhecimento do território amazônico, serviu ao processo de colonização europeia até a sua total extinção. Os habitantes da várzea que não formam extintos, foram destribalizados num processo tão acelerado que sua história natural/social não foi devidamente descrita (WITKOSKI, 2007).

A sazonalidade das águas do rio Amazonas: a enchente, a cheia e a vazante, seca (Pereira, 2007) é um fator ecológico limitante para a vida nos ambientes de várzea amazônica. A alternância entre a fase terrestre e aquática está diretamente relacionada à forma da vegetação e a distribuição das espécies neste ecossistema. Tanto nas formações totalmente aquáticas quanto nos vegetais florestais, o que determina a fixação das espécies é o tipo de habitat, a idade dos solos, sua taxa de sedimentação, a força da corrente e o período de inundação (CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007).

A complexidade da várzea estimulou tanto a fauna quanto a flora a desenvolver mecanismo de adaptação a esse ecossistema. Exemplo dessa adaptação na fauna aquática é o desenvolvimento da respiração aérea de algumas espécies de peixes amazônicos. A procura de soluções inovadoras ou a reprodução das soluções já consagradas histórica e culturalmente, estabelece um constante diálogo entre o homem (sistema social) com a paisagem (sistema ecológico e social). Deste modo, com base no sistema: o grau de adaptação da população está diretamente ligado ao tempo de habitação desta população ao ambiente, como Morán (1994) disserta em sua obra “Adaptação humana: uma introdução à antropologia ecológica”.

1.1 Natureza da Várzea Amazônica

A várzea compreende a área das grandes faixas marginais dos leitos dos rios, que oscilam entre uma fase terrestre e outra aquática. Devido a essa oscilação, comporta organismos terrestres e aquáticos que se adaptaram a sazonalidades das águas do rio. Há uma discordância entre pesquisadores do solo e do sistema aquático quanto ao entendimento da várzea. Enquanto os primeiros consideram a várzea um ecossistema terrestre periodicamente perturbado por inundação, os segundos consideram o oposto. Para Junk (1997), é essa heterogeneidade espaço-temporal, incluindo as duas fases (cheia e seca) a função central do sistema de várzea, de forma interligada e não dissociada (Figura 6).

Figura 6: Imagem do fenômeno de cheia e de seca das várzeas, caracterizando o leito maior e leito menos do rio.

Fonte: BENATTI; SURGIK; TRECCANI; MCGRATH; GAMA, 2005.

Diante da compreensão da área que corresponde o ecossistema de várzea, há a percepção do relevo que constitui a várzea amazônica. A partir do relevo que, à primeira vista, evidencia os elementos na paisagem marcando o arranjo dos demais elementos, no qual a vegetação, o leito do rio e as atividades econômicas vão se especializando. Esta forma resulta da ação de agentes internos e externos formadores do relevo da várzea que, em interação, vão promovendo o resultado atual que se expressa nessa paisagem.

As formas do relevo estão diretamente ligadas ao processo de ocupação e utilização da terra e da produção, influenciando no nível de facilidade ou dificuldade para implantação de infraestrutura, tipo: traçado das rodovias, ferrovias e demais fixos que a sociedade necessite situação a esta, em que a técnica poderá ser o diferencial da utilização do espaço. No Brasil, até meados do século XX, as planícies aluvias das várzeas amazônicas eram consideradas os solos bons devido à sua elevada fertilidade natural, fato que mudou, pós década de 1960, no qual passou a levar em consideração os terrenos menos acidentados (planos) como ideais para a implantação dos sistemas mecanizados de produção (IRIONDO, 1982; LIMA; TOURINHO, 1994; CANTO, 2007).

A várzea foi o primeiro conjunto de solos utilizados pelas populações tradicionais da Amazônia, através do cultivo tipo vazante, criação de gado bovino e pesca na região. No entanto, algumas políticas públicas negligenciaram a importância da várzea amazônica, em termo de sobrevivência de populações ribeirinhas e pensaram essa área com potencial para grandiosas plantações de arroz. Fato que além de demonstrar falta de compromisso com o social regional, mostrou a falta de conhecimento técnico dessas áreas.

A várzea do rio Amazonas difere da terra firme, por esta se tratar da planície inundável de depósitos holocênicos e a terra firme se constituir das proporções mais elevadas e nunca inundadas pelo rio. Para Iriondo (1982), baseado em critérios descritivo-genético, a planície Amazônia compreende a várzea ou a própria planície composta por seus depósitos de canal e de inundação, que se trata da faixa deprimida contida no leito do rio.

Inúmeros são os fatores que concorrem para a formação das várzeas do rio Amazonas e os mesmos não se combinam de forma homogêneas, o que ocasiona características múltiplas nessas áreas. Dentre os fatores quantitativos na formação do complexo da várzea do Amazonas, enumera-se: a quantidade e o teor de sedimentos transportado pelas águas, a intensidade das inundações, a influência das marés, regime pluvial e o desmatamento em grande escala. Constituindo desta forma, a paisagem de várzea (CANTO, 2007).

Segundo Sioli (1975), a paisagem de várzea não tem uma frequência constante, pois a hidrografia do rio Amazonas e de seus afluentes de águas brancas [5]modificam continuamente o ambiente de várzea, atribuindo a essas áreas um intenso dinamismo. A várzea é a maior faixa contínua de solos férteis da Amazônia, onde se concentraram, do início da colonização europeia até meado do século XX, as mais intensas atividades de pesca e de agricultura na região. Três características fundamentais das várzeas contribuem como atrativos para maior concentração humana em tempos pré-coloniais e atuais: a fertilidade natural dos solos, a proximidade dos rios, usados como via de transporte, e os lagos altamente piscosos.

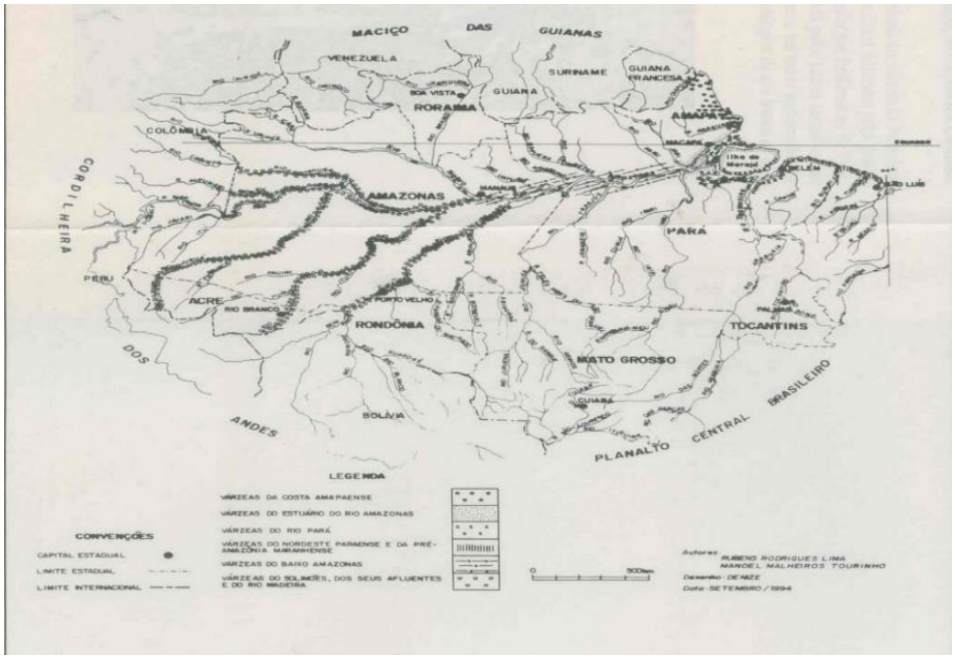
Em ocorrência da grande diversidade quanto ao revestimento vegetal, à formação do solo, à característica física, química e à potencialidade agropecuária das várzeas do Amazonas, Lima e Tourinho (1994) desenvolveram a seguinte classificação das várzeas amazônicas (Figura 7).

a) Várzeas da Costa Amapaense;
b) Várzeas do Nordeste Paraense e Pré-Amazônia Maranhense;
c) Várzeas do Rio Pará;
d) Várzeas do Estuário do Rio Amazonas;
e) Várzeas do Baixo Amazonas;
f) Várzeas do Solimões, dos seus afluentes e do Rio Madeira.

---

[5] O pesquisador Harold Sioli, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) classificou, em 1956, os rios da Amazônia considerando três diferentes cores das águas: a negra, a branca e a clara. Os rios de águas brancas são geralmente barrentas e, apresentam-se em especial nos rios Amazonas, Juruá, Purus e Madeira. Diferentemente dos rios de águas negra, os rios de águas brancas possuem características químicas ricas em nutrientes.

Figura 7: Imagem das Tipologias das Várzeas Amazônicas.

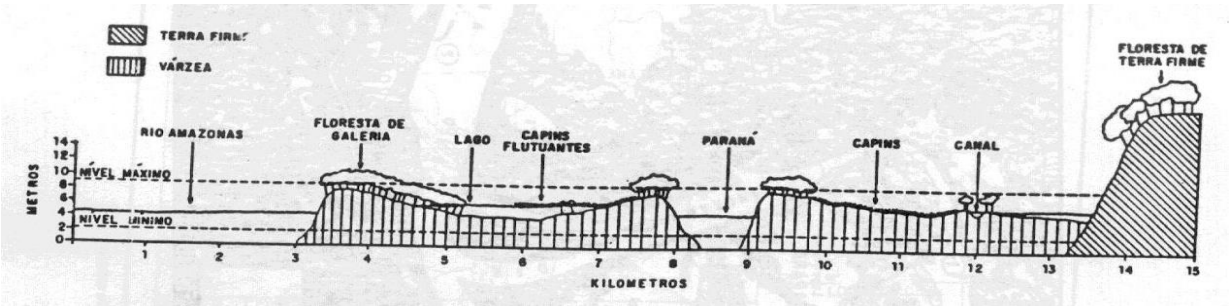


Fonte: Lima e Tourinho, 1994.

Para McGrath (1991) a várzea do Amazonas paraense, o trecho correspondente do município de Faro ao município de Almeirim, próximo ao arquipélago do Marajó, é constituído por três tipos de paisagens principais, conforme retratado na figura 8:

1) Canais Laterais ou Paranás;
2) Bancos Naturais ou Restingas;
3) Bacias de Lagos Rasos.

Figura 8: Imagem do Perfil da Várzea Amazônica.



Fonte: Canto, 2007.

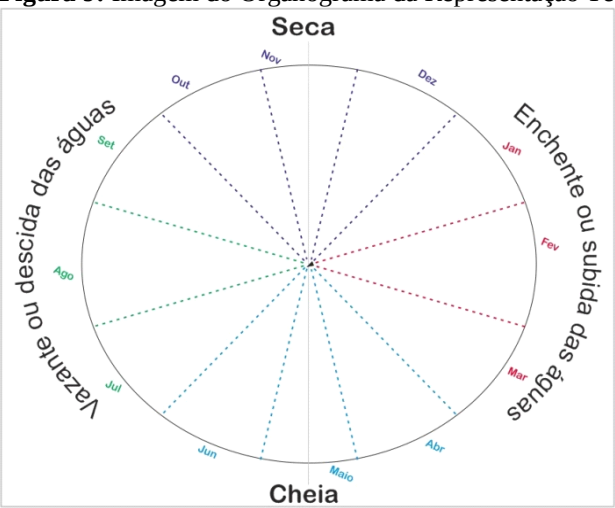
Além de fertilizar os solos, as águas barrentas do Amazonas emanadas dos Andes, também promovem a diversidade e quantidade de peixes dos lagos de várzea. Sobre o assunto, Sioli relata:

> O material turbador em suspensão se precipita ao estagnar-se a água, tornando-a mais transparente. Em consequência, a luz pode penetrar mais fundo, possibilitando a fotossíntese das plantas verdes, sobretudo das algas do plâncton. Sob influência propicia da temperatura, começa então a produção de fitoplâncton extremamente vigorosa que pode aumentar até constituir uma espessa sopa de vegetais aquáticos. O fitoplâncton é um dos elos iniciais mais importante da cadeia alimentar destas águas paradas (SIOLI, 1985, p. 55).

As várzeas amazônicas apresentam os solos, como expressos nas narrativas dos próprios camponeses amazônicos, fertilizados anualmente pelos nutrientes presentes nas águas das enchentes. Essa característica possibilita, em especial, a agricultura da vazante, a criação extensiva de gado nos campos naturais e o cultivo comercial da juta, outrora muito praticada no Baixo Amazonas. Os solos inundáveis atribuem à várzea amazônica a qualidade de reserva potencial, a ser utilizada na produção de alimentos e bens comerciais. A produção de vazante tem como finalidade atender tanto a crescente demanda local quanto a regional, apesar destas áreas, após a alteração do padrão de ocupação Amazônia, terem sido ignoradas nos programas de desenvolvimento regional e de apoio às comunidades.

Outra particularidade da várzea amazônica é o calendário climático que orienta toda a dinâmica de plantio. Em relação ao regime fluvial, identificam-se quatro períodos distintos: enchente, cheia, vazante e seca. Quanto ao regime pluvial, os períodos sentidos são: “inverno e verão amazônico” e estão divididos por mês, da seguinte forma: os meses de fevereiro, março e abril são os meses marcados pela enchente; os meses de maio, junho e julho são os marcados pela cheia do rio, nesse período o rio se encontra em seu nível mais alto; os meses de agosto e setembro, inicia-se a vazante, onde o nível do rio começa a descer; e os meses de novembro a janeiro é o período de seca (PEREIRA, 2007), como demonstra a figura 9:

Figura 9: Imagem do Organograma da Representação Teórica do Ciclo das no Baixo Amazonas.



Fonte: Pereira, 2007; Canto, 2007; WITKOSKI, 2007

O calendário, que norteia o período de plantio dos agricultores, dispõe em média de apenas seis (06) meses para plantar e colher as culturas de ciclo curto e limitando os camponeses amazônicos de realizarem cultivos permanentes. Além disso, eles ainda convivem com processo de erosão de terra, fenômeno natural que ocorre na várzea amazônica, onde os barrancos quebram e, consequentemente, a propriedade da família tende a diminuir de tamanho, conforme evidencia a figura 10:

Figura 10: Imagem do processo de Erosão de Terra à Margem do Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo da autora. SILVA, 2019.

Sobre o fenômeno de “terras caídas”, Carvalho relata:

> Terras caídas é um termo regional amazônico usado principalmente para designar erosão fluvial acelerada que envolve desde os processos mais simples a altamente complexo, englobando indiferenciamente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastrófico, afetando em muitos casos distancias quilométricas. É um fenômeno predominantemente complexo, inter-relacionado causado por fatores hidrodinâmico, litológico, climático, neotectônico e ainda que em pequena escala antropogênico (CARVALHO, 2006, p. 55).

Dentre as ações antropogênicas que, segundo os populares do Chachoeiry, mais intensificam este fenômeno é a modernização nos meios de transporte que utilizam o furo como via de acesso entre os rios Trombetas e Amazonas. Entre as embarcações de grande porte que realizam esse translado estão: ferry boat, catamarã e navio de ferro, conforme retrata a figura 11:

Figura 11: Imagem do transporte de cargas e passageiros que utilizam o Furo Cachoeiry como via de acesso.

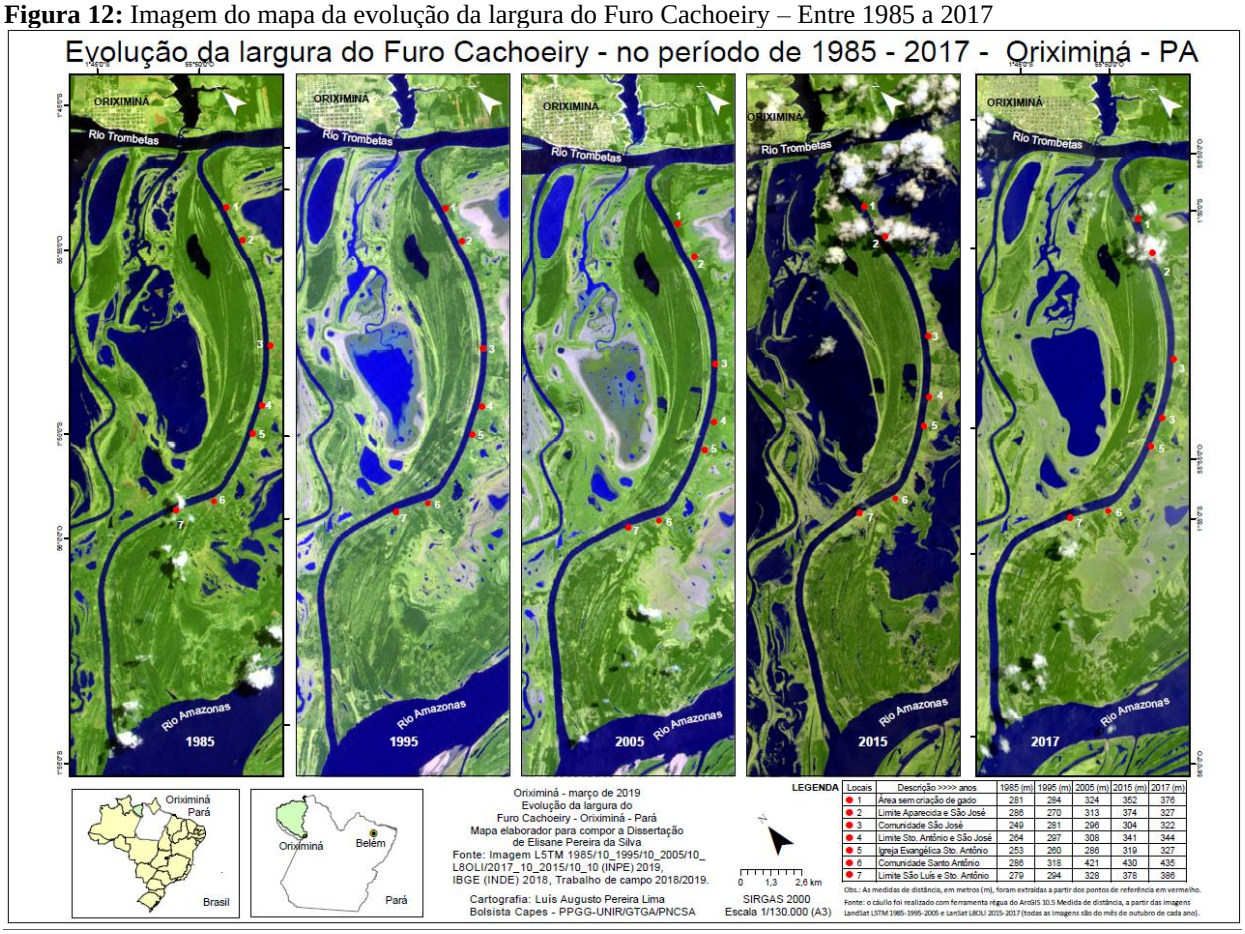
Fonte: arquivo da autora. SILVA, 2018.

O efeito catastrófico do processo de erosão lateral do rio “terras caídas” resulta do fato de que camponês amazônico constrói socialmente sua vida às margens do rio. Nessas margens o camponês planta, edifica sua moradia, a igreja, áreas de lazer, entre outros, que ficam expostos constantemente ao risco de serem levados pelas águas. Uma estratégia desenvolvida pelos camponeses foi o constante recuo para uma distância mais segura da margem, uma vez que nem sempre é possível prever a ocorrência desse fenômeno.

Esse fenômeno faz parte do cotidiano e da cultura do camponês amazônico que, apesar do risco, o encaram com “certa” normalidade. Matos e Cursino (2012, p. 516) apontam que “essas mudanças estão presente no cotidiano do ribeirinho, que vêem suas terras ser levadas pelos processos erosivos perdendo suas terras e plantações”. Essas modificações podem ser observadas na evolução da largura do furo, que devido esse fenômeno saltou de 288m nas partes mais expandidas, como no caso no trecho do limite da Comunidade São José com Santo Antônio e em frente à sede da comunidade Santo Antônio para 435m (Figura 12).

Durante as realizações do trabalho de campo, os camponeses narraram que conversavam com seus vizinhos do outro lado da margem do furo apenas com um tom de fala mais acentuado, com isso os moradores do Cachoeiry são conhecidos na cidade por “falar alto”. Também os camponeses enfatizam que os mesmos atravessavam de uma margem a outra a nado. Atualmente nem a conversa e nem a travessia a nado é mais possível devido ao alargamento do Furo.

Figura 12: Imagem do mapa da evolução da largura do Furo Cachoeiry – Entre 1985 a 2017



A várzea amazônica, que aloca as comunidades tradicionais ribeirinhas, é o lugar do camponês amazônico. Santos (2014, p. 159) aponta que "o lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional", pois nessas comunidades os camponeses estabelecem as relações sociais, onde o rio se configura como elemento significativo, definindo-se como complemento ou, até mesmo, sua própria vida. Como relata Cruz:

> [...] Rio e ribeirinhos são parte de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem dessa humanização da natureza e naturalização do homem (CRUZ, 1999, p. 04).

Para os moradores do Cachoeiry, a água tem o mesmo sentido de vida que a terra dar. Os residentes deste lugar expressam que assim como a água, por meio das inundações, traz prejuízo, essa água significa fartura da produção agrícola. Para esses residentes a cheia das águas fertilizam o solo para a lavoura e propicia maior reprodução dos cardumes, fundamentais à manutenção da vida na várzea.

1.2 Os Camponeses e a Várzea Amazônica

"Tá no meu coração
Tá no meu linguajar
Tá na pele morena
Tá no DNA caboclo"
(Enéas Dias/ Márcia Santos)

A pesquisa busca destacar, de certa maneira, o "caráter regional", no que se refere à associação do camponês amazônico ao ambiente onde o mesmo produz e reproduz sua vida familiar e social. Para tanto, o empenho aqui se faz em construir uma nova imagem, que evidencie o "orgulho regional", assim como ocorreu nas sociedades das regiões sul e sudeste do país. Nessa perspectiva, pretende-se elucidar o papel que as sociedades caboclas vêm desempenhando, ao longo do tempo, no cenário nacional, uma vez que é notória a repulsa que os colonizadores da Amazônia manifestaram contra essas sociedades, desqualificando esse termo (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007).

A chegada dos portugueses, em 1500, iniciou-se o processo de formação do caboclo amazônico e marca a sua gênese. No período de 1500 a 1850 ocorreu uma acelerada troca cultural na Amazônia, visto que, antes de 1500, a região contava com uma população indígena estimada entre 500.000 e 5.800.000 indivíduos, que viviam em pequenos assentamentos ao longo dos rios e que praticavam atividades tradicionais de subsistência. Quando chegaram à região, os portugueses constituíram famílias, formal e informalmente, com mulheres indígenas, originando grande população mestiça (MORAN, 1990).

Parker (1985) chama atenção para um curto período no final dessa gênese do desenvolvimento da cultura cabocla. Trata-se da Revolta da Cabanagem[6](1820-1840), que possibilitou a região experimentar pequena imigração. A ausência de infraestrutura urbana motivou grande contingente de colonos portugueses adentrarem na Amazônia, abandonando esses espaços e se direcionando para as zonas rurais. Nessas novas áreas que passaram a ocupar, os colonos portugueses tiveram que adotar o modo de vida do caboclo amazônico para sobreviver.

Muito embora a Amazônia apresentasse um crescimento migratório no período de 1850-1875, esse movimento só pode ser sentido em 1877, com um significativo aumento na

[6] A Cabanagem foi tanto uma disputa local pelo controle político de uma região distante da sedo do império e que era de interesse dos franceses, ingleses e portugueses, como um movimento de luta social dos cabanos ou "tapuios" pela liberdade social e política e contra os desmandos e autoritarismos dos senhores de escravos, capitães-mores e diretores de aldeamentos indígenas, em sua maioria identificada como os brancos colonizadores, especialmente com os portugueses.

população local. Os dois outros fatores que estimularam milhares de nordestino para a Amazônia formam: as secas naquela região e a promessa de lucros, com a comercialização de drogas do sertão e de borracha na Amazônia. Da totalidade de nordestinos que migraram para região, grande parte foi absorvida pelas comunidades caboclas e uma outra parte significante, ocupou-se na extração da borracha, em áreas remotas ou em outras áreas que não lhes possibilitaram poucas interações com o caboclo (PARKER, 1985).

As migrações para a Amazônia, a partir da década de 1960, fomentadas pelo planejamento das rodovias Belém-Brasília e a Transamazônica que possibilitou um novo aumento significativo na população da região, não interferiu de forma tão intensa na sociedade cabocla. O impacto desse movimento migratório ocorreu nas áreas do entorno dessas rodovias, o que evidencia que a maior integração de imigrantes, em especial o nordestino, na sociedade de caboclo na Amazônia, ocorreu no período de extração intensa da borracha (CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; WITKOSKI, 2007; CANTO, 2007).

O camponês amazônico tem sua gênese e formação, segundo Witkoski (2007), no "caboclo amazônico". Para o qual a expressão "caboclo" apresenta em sua compreensão uma história social contestável, indo do "endeusamento (in) consciente, que afirma incontestavelmente a positividade do seu ser, até uma visão crítica sobre as dimensões negativas que, do ponto de vista genérico e histórico, permeiam a construção de sua representação" (WITKOSKI, 2007, p. 88). Para o autor, em uma compreensão geral a sociedade brasileira, a sua formação cultural tem seus arranjos alicerçados nos colonos que compuseram o processo civilizatório, o europeu ocidental, especial, mas não exclusivamente, os portugueses, na diversidade étnica dos ameríndios do Sul e dos negros proscritos da África.

Tendo a população brasileira os três troncos humanos citados, o brasileiro tem um volume genético potencial português. Para Witkoski (2007), o brasileiro só não é integralmente português, em decorrência, dos mais ou menos, cinco milhões de ameríndios que habitação os limites territoriais brasileiros no período de posse e conquista do território. Para consolidação da conquista territorial brasileira, os portugueses, com a adoção do regime escravista, introduziram os negros trazidos da África e com este feito, encandeiam-se as condições materiais necessárias para o empreendimento colonial português, regando consequentemente, a formação da população brasileira.

As concepções da população brasileira formam, historicamente, as inúmeras feições bucólicas de representatividade dos brasileiros, de acordo com cada região: "os sertanejos do Nordeste, os caboclos da Amazônia, os crioulos do litoral, os caipiras do Sudeste e Centro do país, os gaúchos das campanhas sulinas, além do ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-

brasileiros etc." (WITKOSKI, 2007, p. 90). Segundo o autor, das inúmeras formas apontadas de compreender o ser brasileiro, toma o caboclo da Amazônia como sujeito embrionário para conceituar o camponês amazônico.

O termo caboclo ignora possíveis dimensões positivas e/ou negativas cravejadas na representatividade da configuração social do caboclo e, que tais dimensões, nada mais são que a miscigenação do branco com o índio. Mas que não pode ser levada em consideração apenas a mistura desses dois povos, para Witkoski:

> É uma reunião de coisas próximas e/ou opostas, como mostramos, porque é um composto biológico, social e cultural de duas representações antagônicas. É, também, de modo mais recente, o resultado da mistura de parte da população do Nordeste brasileiro (os sertanejos) com a população amazônica - o que dá novos matizes a esse ser e a seu modo de ser (WITKOSKI, 2007, p. 94).

O ingresso no sertanejo nordestino na Amazônia, inaugura o encontro de dois grupos humanos de mundo antagônicos, "homens do nordeste árido com homens da Amazônia fluvial" (WITKOSKI, 2007) que começam a se relacionar com seus pertinentes ambientes, o sertanejo experimentará novas formas de adaptação para coabitar na Amazônia. Uma vez que veio para a Amazônia para trabalhar nos seringais, ao apartar-se de tais áreas falidas, passa a viver juntamente com o caboclo amazônico, já adaptado às particularidades da região amazônica, simultaneamente, da roça de subsistência, e da criação de animais, do extrativismo vegetal e animal, orientado numa ou outra atividade, claramente, pelas técnicas dos ameríndios que habitaram, outrora, a Amazônia (CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; CANTO, 2007).

O caboclo não é caboclo pelo simples fato de ser um homem originário da floresta ou resultado do cruzamento de raças. Para o autor, a característica natural e cultural marcante do caboclo amazônico é o fato de ter como ancestrais os "índios das águas", o que embute em seu significado de ser caboclo com uma outra qualidade a mais, ribeirinho[7]. Que significa, ser caboclo ribeirinho, reconhecer a abundância de herança cultural absorvida dos índios das águas notórias na adaptação do caboclo amazônico ao ecossistema de várzea (CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007; TEIXEIRA, BRASIL, RIVAS, 2007).

---

[7]A categoria ribeirinho é viavelmente aceitável, pelo produtor varzeiro quando este está no âmbito político, pois é esta a qualificação que lhe é reconhecido e designado: representa o agente político dessa área. Deste modo, os entendimentos diferentes dos que caracterizam aos modos de auto identificação: morador de uma comunidade (unidade territorial politicamente constituída pelo ideário da solidariedade e da redistribuição fraterna ou vicinal). Os ribeirinhos e os seus representantes políticos intensificam a convivência secular dos habitantes da Amazônia com agentes colonizadores com objetivos mercantis, missionários ou científicos (NEVES, 2009).

Diante de toda a narrativa sobre o entendimento do ser *caboclo* e ser *caboclo amazônico*, WITKOSKI, 2007, conceitua o camponês amazônico:

> São, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos *índios das águas*, porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície amazônica, na época do contato com os europeus, e que os *primeiros caboclos* foram índios das águas aculturados, sobreviventes do massacre promovido pelos portugueses. (...). Quando usamos o termo *caboclo/ribeirinho*, estamos nos referindo aquele agrupamento social/rural da Amazônia, que tem continuidade histórica com os índios que habitavam a região desde a posse e a conquista (*os índios das águas)*, que possuem um ótimo sistema adaptativo para a região e é portador de uma cultura relativamente distinta da sociedade nacional. (WITKOSKI, 2007, p. 97 e 98)

O entendimento que tal grupo humano tem uma particularidade que o difere de outras populações tradicionais camponesas e que também implicará na delimitação de seu território: espaço de reprodução econômica e das relações sociais, além das representações e do imaginário mitológico, Witkoski relata:

> Essa população se reproduz explorando uma rica multiplicidade de habitats: a terra, a floresta e a água. Contudo, a exploração desses, como a de outros ambientes, implica não só um etnoconhecimento dos recursos naturais, como igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não a vontade unilateral dos homens, mais da dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se. [...] um desses mitos é a *boiúna* (ou a cobra grande) figura mitológica indígena, temida por sua maldade, e que toma forma de cobra, que faz virar as embarcações, ou a forma da própria embarcação, levando os náufragos para o fundo do rio. [...] Esses mitos, narrativas nas quais aparecem seres e acontecimentos imaginários, que simbolizam forças da natureza, aspectos da vida humana, de uma maneira ou de outra, acabam por constituir interdições no mundo real dos homens – geralmente, no sentido de proteger a natureza do mundo dos homens ou de engendrar relações amorosas do homem com a natureza (WITKOSKI, 2007, p. 126 e 127).

O entendimento das diferenças entre o homem (ser social) e a natureza é bem mais simplificado se comparado com os ritmos e as dinâmicas existentes tanto na sociedade quanto na natureza. Para tanto, faz-se necessário para esse procedimento, adotar certos cuidados que levem a conclusões pela independência entre a história da natureza e da sociedade. No que se refere a esse entendimento, Marx e Engels (1986) aponta que a compreensão da história da natureza está diretamente ligada à compreensão da história do homem. Assim, tanto a natureza quanto a história são dois aspectos, ao mesmo tempo distintos e complementares, da existência humana que só podem ser compreendidos por meio da Ciência histórica.

O regimento ontológico do trabalho é o critério que melhor evidencia a distinção entre o homem e a natureza. Para Marx e Engels (1986), o trabalho é o primeiro elemento que

estabelece a relação entre o homem e a natureza e os homens entre si, mediados pela natureza. Essa relação refere-se à uma ligação em que há troca de energia entre o homem e a natureza, por meio das atividades desenvolvidas pelo homem. O trabalho é a ação pela qual o homem se apodera da natureza e toma posse da mesma, como algo que lhe é próprio. Para esse fim, o homem utiliza as forças naturais pertencentes a sua corporeidade (pernas, braços, mão, cabeça, conhecimentos cognitivos e emocionais) que lhe são elementos vitais.

Para Witkoski (2007) é por meio do trabalho que o homem efetiva a posse do que lhe é útil, cujo objetivo é o mundo em que vive. Como evidência desse trabalho objetivo, pode-se citar o papel, o computador com suas inúmeras funções, entre outros. Assim sendo, é o desenvolvimento de suas atividades produtivas que diferencia o homem dos outros animais, pois pelo ato de produzir seus meios de vida é que o homem, indiretamente, produz a própria vida material. O autor expõe que:

> [...] a produção material da vida é uma relação 'natural' e social e possui duplo sentido: procriação e trabalho. Ambos os aspectos revelam-se através da preservação da própria vida – relação natural (relação de procriação da espécie) e das relações entre os homens (relações sociais de produção) – resultado de determinada articulação realizada no modo de produção exercido através de uma certa maneira de cooperação [...] O trabalho cooperativo revela-nos, também, que a quantidade e a qualidade das forças produtivas acumuladas através da história, acessíveis aos homens, condicionam o desenvolvimento social, alterando, de um modo ou de outro, as relações sociais de produção (WITKOSKI, 2007, p. 134).

O modo de vida do camponês amazônico está alicerçado sob condições materiais de existência singular, uma vez que seus meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; bem como a mão-de-obra empregada nas diversas atividades econômicas desenvolvidas, é praticamente familiar, não existe divisão sexual e social de trabalho no núcleo familiar; por empregar tecnologia simples, os impactos sobre o meio ambientes são limitados; estabelecem uma relação harmônica com a natureza, por meios dos ciclos naturais, expressa na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; a relevância das atividades de subsistência praticada; esses camponeses participam de um mercado em rede; possuem clara noção de território, onde o núcleo familiar produz e reproduz econômica, social e politicamente e, apresentam poder político interno, com modo arcaico de organização (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; CANTO, 2007).

Os camponeses amazônicos que habitam as várzeas, geralmente, apresentam unidade familiar extensa, em razão da diversidade de atividade desenvolvidas (agricultura, criação de animais e extração vegetal e animal – caça e pesca) num ecossistema onde a terra, a floresta e

a água são espaços naturais e/ou humanizados que exigem um contingente de pessoas em decorrência dos muitos trabalhos, conforme evidencia a figura 13.

Figura 13: Imagem do camponês amazônico em diversas atividades do cotidiano varzeiro.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018 e 2007.

Essa estrutura fundamenta o trabalho e os produtos do trabalho no núcleo familiar, pois seus componentes funcionam como um tipo de "máquina humana produtiva", em que todos devem e não podem deixar de participar da vida produtiva, tanto para a subsistência da unidade familiar quanto para a comercialização de eventuais excedentes.

1.3 Funções e usos dos Ambientes da Várzea Amazônica

O regime de inundação é uma das características marcantes da várzea do Baixo Amazonas, uma vez que as planícies aluviais dessa área ficam cobertas durante o longo período de cheia do rio. A sazonalidade das águas do Amazonas (enchente, cheia, vazante,

seca) limita a produção agrícola do camponês amazônico, pois os mesmos ficam impossibilitados de cultivar no período de enchente e, principalmente, da cheia. No entanto, o camponês desenvolveu o sistema de cultivo de hortaliças em canteiros suspenso, prolongando seus cultivos para além do período que a terra fica submersa.

A várzea, composta da complexa inter-relação entre terra, floresta e água, é exposta como paisagem humanizada, uma vez que esse território coincide e não com o "território dos 'índios' das águas" que habitavam essas áreas antes do processo de colonização europeia. Esse entendimento resulta do fato de se tratar da mesma área ocupada, tanto pelos indígenas quanto pelos camponeses amazônicos. No entanto, entre essas duas temporalidades históricas, ocorreu uma transformação geomorfológica na várzea. Essa transformação efetuou-se nos seus aspectos florestais, na hidrologia, além das significativas modificações demográficas (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; CANTO, 2007).

O camponês amazônico tem esses três ambientes para desenvolver suas atividades (a terra, a água e a floresta), que participam de forma decisiva na maneira como esses agentes sociais buscam sua identidade. Para Witkoski (2007) a terra como substrato da floresta e da água, nunca ou quase nunca assume valor de mercadoria, ou seja, valor de troca. Para o camponês amazônico a terra sempre terá sentido de terra, destinada a ser trabalhada. O autor relata:

> A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. A terra do camponês amazônico é a terra de várzea e, como tal, possui todas as características similares. Sem a enchente e a cheia, que fertilizam e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis (WITKOSKI, 2007, p. 191).

1.4 O Ambiente de Terra

A terra por apresentar-se como elemento fundamental na vida de todo e qualquer homem do campo, quer seja ele um grande produtor rural ou um simples camponês que sobrevive da exploração da terra por meio do trabalho familiar. Para o camponês amazônico a fragmentação da terra ocorre somente após a morte do chefe do grupo familiar, onde cada fragmento é destinado para cada um dos filhos. As terras, as águas e as florestas não são propriedades capitalistas, mas sim, propriedade das unidades familiares que nelas habitam e

trabalham, onde a vida do camponês amazônico não é medida pela obsessiva do lucro do capital (CANTO, 2007).

Com o emprego apenas o trabalho familiar para o sustento da sua família, o camponês não se utiliza da exploração do trabalhador, como um instrumento de trabalho. Desse modo, a terra para o camponês amazônico é de uso social, como terra de trabalho e não como propriedade capitalista da terra. Sobre o assunto, Martins relata:

> A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma para a outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma (MARTINS, 1980, p. 58 e 59).

Em relação ao calendário do trabalho agrícola do camponês amazônico, que está diretamente ligado à sazonalidade das águas do rio, este inicia com o preparo da fração de terra para o plantio. Esse preparo ocorre comumente no final de julho e início de agosto, com a passagem da cheia para a vazante (descida da água). A adaptação do camponês amazônico à dinâmica desse ambiente o conduziu a desenvolver suas culturas agrícolas levando em consideração o mapa mental de sua propriedade e do nível máximo da cheia, que historicamente atinge sua unidade de produção.

Para Witkoski (2007), a preparação da terra para o plantio estará diretamente ligada às características das áreas a serem cultivadas. Localizada essas áreas na presença de floresta, seu preparo exigirá do trabalho de broca, derruba, rebaixamento, queimada, encoivaramento e limpeza para que o camponês amazônico pratique sua atividade agrícola. No entanto, se a terra já foi recentemente plantada e que tenha desenvolvido apenas gramíneas e arbustos, seu preparo exigira somente a broca seguid~~a~~ de queima e limpeza, que acontece antes da enchente ou logo em seguida da vazante.

Dentre os momentos de maior dificuldade na vida do camponês, em decorrência da sazonalidade das águas do Amazonas, o período enchente/cheia é um dos problemas mais relevantes, em função do cultivo da mandioca, base da sua dieta alimentar. A dificuldade está relacionada à conservação das manivas (tolete do caule, cortado para o plantio, que se reproduz de modo vegetativo) conservando sua genética para a produção seguinte. Castro (1969) relata sobre a farinha:

> [...] a farinha de mandioca, produto da mandioca amarga (*Manihot utilíssima*), preparada nesta zona por processos especiais que proporcionaram ao produto maior riqueza em polvilho e, portanto, maior valor calórico do que o da farinha produzida em outras áreas mais para o Sul. Tal tipo de farinha, regionalmente chamado de farinha d'agua, constitui um complemento obrigatório de quase tudo o que se come na região – e foi por isso que Teodoro Peckolt o chamou de "Pão dos Trópicos". O seu uso mais abundante se fazia sob a forma de farofas, mingau, beijus, e bebidas fermentadas (como o cauim). Tipo de mingau característico da região é o chibé, preparado com a farinha de mandioca e às vezes adoçado com rapadura, o qual constitui alimento predominante do trabalhador de uma extensa área amazônica, sendo dado tanto aos adultos como as crianças (CASTRO, 1969, p. 44 e 45).

Depois da mandioca, o outro produto cultivado com mais frequência pelo camponês ribeirinho é o milho. Este cereal além de entrar na dieta alimentar do camponês e de sua família, é utilizado como principal produto na alimentação dos animais, em especial, as aves domésticas (galinha, pato, picote – galinha da angola). Outro produto cultivado pelo camponês amazônico, e que é de exclusividade para o consumo de sua família, é o feijão-capuí (WITKOSKI, 2007).

Por outro lado, com a finalidade de incluir os produtos cultivados para eventual comercialização, cito o cultivo das hortaliças tradicionais e convencionais ou "modernas". A inserção do cultivo de hortaliças convencionais, para atender as demandas que não fazem parte da dieta do camponês amazônico, é o principal indicador de mudança nos subsistemas agrícolas da várzea amazônica (CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007).

Um produto que merece destaque, pelo fomento econômico que proporcionou para o camponês amazônico, foi o cultivo da juta. A produção de juta na Amazônia teve início na década de 1930, por iniciativa de imigrantes japoneses, que realizaram a aclimação dessa cultura nas várzeas da Vila Amazônia, no município de Parintins. Logo, a produção de juta lançou-se velozmente pelo Baixo e Médio Amazonas, que com a disposição advinda do camponês amazônico e sua família incorporou esta produção somando-a as demais atividades de subsistência que tradicionalmente desenvolviam (CANTO, 2007)

Além da disposição do camponês amazônico e de sua família, o aumento da produção de juta na Amazônia está ligado ao incentivo dado pelos governos do Amazonas e Pará. No Estado do Amazonas, o governo implementou medidas em prol a juticultura, em especial para a Companhia Industrial Amazonense S.A., presidida pelo Dr. Tsukasa Uyestsuka e a gerência ficava sobre a responsabilidade do Dr. Kotaro Tuji. No Pará a expansão ocorreu quando Karoto Tuji, da Companhia Industrial Amazonense S.A., ao visitar em 1936, Belém e

motivou o governo expondo sobre as possibilidades do cultivo da juta no estado (GENTIL, 1988; SANTOS, 1982).

A criação de animais é outra importante atividade desenvolvida neste ambiente de várzea pelo camponês amazônico e sua família. Essa atividade é a principal geradora de proteína animal no período da enchente/cheia, momento em que o peixe se torna escasso. Além disso, essa atividade é de grande relevância para a estratégia do camponês amazônico, tanto de produzir quanto reproduzi suas condições materiais de vida. Nesta atividade, o camponês cria animais de pequeno porte: galinhas, patos, suínos, caprinos, entre outros e de maior porte: o gado bovino (BENATTI; SURGIK; TRECCANI; MCGRATH; GAMA, 2005; CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007).

O camponês amazônico, a partir da quantidade de cabeça de gado destinado a venda (em média 30% a 50% do rebanho), é considerado como um produtor criador. Deste modo, o pequeno rebanho é mantido com muito sacrifício, no período da enchente/cheia, na terra firme ou em maromba, como um tipo de caderneta de poupança. O rebanho para este ator social é tido como poupança para suprir eventuais necessidades decorrentes de doenças ou comprar alguma coisa de uso importante para sua atividade doméstica, econômica ou social, tipo: geladeira a gás, fogão, motor rabeta, entre outros (CANTO, 2007; WITKOSKI, 2007)

As duas atividades: agricultura e criação de animais, desenvolvidas pelos camponeses são condicionadas a sazonalidades das águas do Amazonas. Assim sendo, o modo como os pousios (tradicional, arbustivo e/ou manejado) que são utilizados no desenvolvimento da agricultura, contribui para fertilização natural das águas, consequentemente, otimiza a produtividade de suas terras, também se desenvolve a rotação das pastagens. Essa rotação tem uma perspectiva diferente do pousio, uma vez que se fundamenta na divisão de sua propriedade em frações, que o gado utiliza de forma alternada, tendo como objetivo o melhoramento do pasto (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CANTO, 2007).

O camponês amazônico desenvolve a pecuária em suas terras sempre respeitando a dinâmica do ciclo das águas e a topografia. Desta forma, desenvolvem estratégias para manter seu pequeno rebanho de gado bovino. Cruz (1999) relata:

> [...] utilizam as pastagens de vazantes, conhecidas localmente como ‘queimadas’ ou ‘cacaias’ sendo verdadeiras áreas de engorda do gado [...] Essas áreas baixas, não aproveitadas pela agricultura, estão localizadas nos lagos rasos de margens largas [...] Essas áreas podem ser consideradas como pertencentes aos lagos, pois aparecem na descida das águas (agosto e setembro), quando normalmente os camponeses ateiam fogo para facilitar a propagação das gramíneas que caracterizam esse ambiente: o capim navalha, o bico de pato, o arroz nativo etc. Todas essas forrageiras naturais são muito apreciadas pelo gado devido ao seu alto teor nutritivo

> – pois é vivível os animais ganharem peso, quando são levados para se alimentarem nesse ambiente (CRUZ, 1999, p. 135 e 136).

No período de cheia (maio a junho), principalmente nas grandes cheias, quando atingem as restingas mais altas, as estratégias utilizadas pelos camponeses amazônicos são: ou optam por ficarem com o gado na várzea (quando o rebanho é bem pequeno) e o camponês constrói marombas – uma espécie de jirau (armação de madeira), para abrigar o rebanho; ou deslocam seu rebanho para terra firme. A prática de construção de maromba atesta de forma plena os processos adaptativos na planície inundáveis da Amazônia, uma vez que se relacionam direta e indiretamente com as variações cíclicas dos níveis das águas e impõem aos homens que nelas habitam ajustes singulares.

Quanto ao processo de deslocar o rebanho para o ambiente de terra firme, o camponês amazônico minimiza o trabalho com o gado, em relação com o confinamento nas marombas. Por outro lado, na perspectiva do camponês esse processo ocasiona outros problemas, entre eles a mudança na dieta alimentar do gado bovino, que passa a consumir outros tipos de forragens, característicos do ambiente de terra firme.

1.5 O Ambiente de Floresta

A floresta é um dos ambientes de várzea, assim como a terra e a água, onde o camponês e sua família também desenvolvem suas atividades. A relevância deste ambiente não está somente em agregar produtos para a subsistência, mas em eventuais transições comerciais de produtos extraídos da floresta. A floresta de várzea é um lugar onde o camponês e sua família desenvolvem um trabalho sedentário, estando essa dentro ou fora do limite de sua propriedade.

A atividade desenvolvida pelo camponês amazônico e sua família na floresta de várzea é o extrativismo animal e vegetal. No extrativismo vegetal, o camponês extrai madeira, lenha, plantas medicinais, frutos, entre outros produtos; no extrativismo animal o camponês amazônico pratica a caça de animais endêmicos desse ecossistema. O extrativismo, no que se refere às duas categorias (animal e vegetal), concerne a produtos ofertados pela natureza, sem necessidade de cuidados pelo homem.

O extrativismo, no período do Brasil colônia, foi uma atividade relevante para a economia brasileira, em especial, para a Amazônia. Essa atividade, até meados do século XIX constituiu a formação social da Amazônia, por meio da extração das drogas do sertão (cacau selvagem, canela-do-mato, salsaparrilha, baunilha, tinta de urucu, anil, óleo de copaíba,

pimenta, etc.), da madeira, de produtos do reino animal (óleo e ovos de tartarugas etc.) dos produtos aromáticos e medicinais e as gomas e fibras diversas (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CANTO, 2007).

Para Witkoski (2007) o camponês amazônico e sua família desenvolvem o extrativismo próximo às características da agricultura de corte e queimada e de criação de animais de pequeno porte, onde o objetivo principal é a subsistência e, posteriores, a comercialização. Contrapondo a extração de um único produto, como há muito tempo caracterizou a atividade extrativa, essa atualmente segue de forma mais diversificado, se apresentando como um dos componentes dos diversos subsistemas que compõem o sistema de reprodução do camponês amazônico e de sua família.

O extrativismo, assim como a agricultura e a pecuária, praticado segue orientações do calendário de produção da várzea amazônica. Como Witkoski disserta que:

> O extrativismo, como todas as outras atividades, insere-se no calendário da produção camponesa que, também e em última instancia, é subordinado ao movimento cíclico da água. Aqui, não devemos considerar essa atividade como uma prática acessória da economia camponesa, mas como uma fora de trabalho desse ator sobre o ambiente que habita, procurando realizar sua vida e de sua família (WITKOSKI, 2007, p. 255).

Simultaneamente, parte e um todo de um subsistema, o extrativismo vegetal se relaciona direta ou indiretamente com os outros subsistemas da unidade de produção familiar: a edificação da casa do camponês e de sua família, de algumas das benfeitorias camponesas, tanto para atender a produção (criação de animais, canteiros etc.), meio de transporte (canoas e pequenas embarcações) e social (igrejas, escolas, centro comunitários), além da coleta da significativa biodiversidade de plantas de uso medicinal que suprimem a necessidade do camponês e de sua família.

No que se refere ao extrativismo animal, o primeiro ponto a ser observado é que a pesca fornece as bases da geração da proteína animal consumida pela família camponesa amazônica o ano todo. Assim sendo, os ciclos das águas – sazonalidade que norteia a vida camponesa – constituem um obstáculo para o camponês, por meio de sua dinâmica impõe momentos que acabam por determinar uma característica singular, quando a pesca é uma atividade de caça (WITKOSKI, 2007; CRUZ, 1999; CRUZ, 2007; CANTO, 2007).

No período de cheia (maio, junho e a primeira quinzena de julho), os peixes se dispersam mais pelos rios, dificultando para o camponês a atividade de pesca. O contrário acontece a respeito da caça que, com o universo das águas, os animais se tornam presas mais fáceis, não exigindo do camponês grandes deslocamentos no espaço e esse, acontece de forma

rápida. Esse fato não significa dizer que o camponês cace apenas na cheia, até porque, essa atividade, assim como a pesca, ocorre o ano todo, variando apenas a quantidade de animais caçados e a frequência de caçadas. Essa contraposição das atividades de pesca e de caça (período de cheia que o peixe fica mais "escasso" é contrabalanceado pela "fartura" de proteína oriunda da caça) evidencia a maleabilidade do camponês e sua família em adaptar-se a essa sazonalidade das águas do Amazonas e dela tirar proveito. Witkoski (2007) expressa que:

> Podemos, com relação a esse relativo equilíbrio da caça, nas estações cheia e seca, supor que o *gosto* pela carne vermelha, do mesmo modo que pela carne branca, parecem fazer parte da diversidade do hábito alimentar camponês. Parece "natural" que, com a subida das águas, a dispersão das populações dos peixes e o aumento da dificuldade de sua captura, o camponês amazônico opte pela estratégia de buscar outra fonte de proteína animal mais acessível e de menor desperdício de força de trabalho para consegui-la. É nos momentos difíceis das águas altas que a vida camponesa mostra suas faces mais engenhosas de adaptação. Vivendo ao longo do ano a dinâmica dos ciclos das águas – enchente, cheia, vazante e seca -, o camponês amazônico revela as múltiplas faces contidas em um único sujeito, criando e recriando a própria existência – ora agricultor, ora criador, ora extrator. Sendo ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, agricultor e/ou criador e/ou extrator, apresenta a polivalência como aspecto fundamental de sua condição humana e prova, ao mesmo tempo, as dimensões ativas de sua adaptação as várzeas dos rios onde habita (WITKOSKI, 2007, p. 288).

1.6 O Ambiente das Águas

"Sou pescador, eu sou canoeiro
Enfrento sem medo o banzeiro
Vou tarrafear meu desafio"
(Demetrios Haidos/ Geandro Patoja/ Naferson Cruz)

O ambiente aquático da várzea amazônica é potencialmente rico e complexo, formado por inúmeros rios, igarapés, paranás, furos e lagos. Esses ambientes ofertam inúmeras oportunidades de aproveitamento pesqueiro para o camponês e sua família e para a comercialização. Isso posto, são ambientes responsáveis pela maior parte da produção da proteína animal necessária à vida camponesa na Amazônia, mesmo que a caça, outrora exposta, participe dessa produção de proteína animal.

Na perspectiva de mundo do camponês amazônico, os ambientes aquáticos se dividem em duas grandes unidades: os rios são concebidos como de domínio aquático público e os lagos são compreendidos, quase sempre, como de domínio aquático coletivo (Figura 14). Em relação aos lagos, os camponeses os dividem em três subunidades, a citar: os lagos de

procriação (tidos como lagos sagrados, lagos-santuários), os lagos de manutenção (destinado a subsistência da família camponesa) e os lagos livres (destinados à pesca comercial, dentro dos limites estabelecidos pela legislação que norteia esta atividade e pelas comunidades) (WITKOSKI, 2007; CANTO, 2007).

Figura 14: Imagem do Lago Grande do Furo Cachoeiry no período de cheia.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

A sazonalidade das águas do Amazonas (enchente, cheia, vazante e seca) é um dos principais componentes naturais transformadores das paisagens das várzeas amazônicas. Conforme Canto:

> [...]No período que vai de março a maio, somente as partes mais altas podem ficar imunes às inundações, ao passo que as mais baixas se transformam em grandes lagos, marcados apenas pelas copas das arvores e pelas esparsas casas varzeiras.A cheia é também o tempo em que os caminhos são percorridos basicamente a canoas ou pequenas embarcações que deslizam por entre as arvores e campos inundados[...]Durante as aguas baixas, principalmente, no verão forte, grandes lagos ficam bem menores ou se transformam em áreas de gramíneas, arbustos, e às vezes em canal que mal dão passagem para canoas de pequeno porte. Esse foi o caso do Lago Grande de Curuai no verão de 1997 (CANTO, 2007, p. 130).

Em relação ao enorme aparato tecnológico pesqueiro disponível no mercado, as tecnologias utilizadas pelo camponês amazônico geralmente são consideradas simples. Com base em seu imenso conhecimento, o camponês em pequenas embarcações e um conjunto de instrumento de pesca, domina com destreza as suas presas nos diferentes ecossistemas aquáticos da Amazônia. Vale ressalta o trabalho feminino, importantíssimo na construção e conservação dos equipamentos de pesca, particularmente, das redes, uma vez que esses

artefatos são confeccionados total ou parcialmente pelos camponeses e suas com companheiras.

Dentre os arreios[8] de pesca mais usados pelos camponeses amazônicos e suas famílias, estão:

a) Miqueira: um dos tipos de redes usados pelos camponeses. Confeccionada com a linha de mica (daí o nome do arreio), cujos tamanhos das malhas variam de acordo com a espécie e o tamanho dos peixes a serem capturados. Suas dimensões variam paras as malhas de 10 a 12cm, para a altura de 40 a 60 malhas e para o comprimento de 40 a 70 m para pesca de subsistência e de 150 a 300m para a pesca comercial predatória.

b) Malhadeira: outro tipo de rede, esse confeccionado com fios de nylon ou a mica, contendo pequenas peças de chumbo, chamada de chumbas, podendo ou não ser colocadas na parte inferior de pano para equilibrar a malhadeira na água. Seguindo os moldes da miqueira, esse arreio também relaciona suas dimensões ao tipo de pescado a que se destina. Suas dimensões variam paras as malhas de 15 a 18cm, para a altura de 30 a 40 malhas e seu comprimento é de 100m.

c) Tarrafa: a tarrafa se difere da malhadeira e da miqueira por ter formato circular, com cerca de 3 a 6m de diâmetro na base, afunilando-se até a extremidade superior, onde é amarrada por uma corda em cuja extremidade é feito uma alça a ser presa em um dos braços do camponês. A sua extremidade inferior é investida para o interior, formando uma espécie de bolsa que evita a fuga dos peixes. Como na malhadeira, em sua parte inferior, acompanhando as bordas, são colocadas chumbadas, de forma que, após seu lançamento na água, possa fechar rapidamente e aprisionar os peixes. É confeccionada em nylon e mica, com as malhas de aproximadamente 5cm.

d) Espinel: consiste numa corda de 5m ou mais, com anzóis amarrados na forma de pêndulos. As pontas das cordas são presas em estacas, arvores ou nas próprias canoas. Esse arreio é utilizado pelos camponeses para pegar peixes de grande porte, a exemplo: a dourada.

e) Caniço: esse arreio é confeccionado com um anzol, de tamanho variado, preso em uma linha de 3 a 4m amarrado na extremidade mais fina de uma vara. Sua principal utilização é a pesca de peixe de pequeno porte.

---

[8] Expressão usada pelos camponeses amazônicos do Baixo Amazonas para qualificar os instrumentos de pesca, como: miqueira, tarrafa, espinel, caniço, arpão, linha de mão, entre outros.

f) Arpão: consiste um instrumento pontiagudo metálico, preso em uma haste de madeira de lei, com cerca de 3m de comprimento. Os camponeses utilizam esse arreio para capturar tanto o pirarucu quanto a capivara, pertencente a fauna terrestre.

O fato das formas de viver de seu trabalho serem inseparáveis dos próprios ambientes aquáticos, evidencia na atividade da pesca a condições cíclicas do tempo ecológico como força muito mais imperativa, "o camponês pode pescar durante todo o ano, mais não há como deixar de observar, para o maior ou menor sucesso da atividade pesqueira, o período de enchente e cheia – de dezembro a julho (estação de inverno) e o período de vazante e seca – de agosto a novembro (o verão)" (WITKOSKI, 2007, p. 295).

De uma maneira sucinta as atividades produtivas desenvolvidas pelos camponeses amazônicos no ambiente aquático, utilizando seus arreios de pesca (malhadeira, tarrafa, arpão, etc.) e os seus objetos de trabalho (animais da fauna aquática como um todo), fazem parte das atividades de pesca, conjuntamente com a produção da farinha de mandioca, constituem os dois pilares que sustentam parte significativa da vida camponesa nas várzeas amazônicas.

SEÇÃO II – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESPAÇO DAS COMUNIDADES DO FURO CACHOEIRY

As grandes navegações ocorridas no período entre os séculos XV e XVI foram, em sua maioria, pensadas e empreendidas sob o arroubo de um conjunto de fabulas prodigiosas que circulavam no Ocidente cristão. Dentre a abundância de seres imaginários e lugares extraordinários que fomentaram as incursões pelo Novo Mundo, o mito do El Dorado é o eixo central da busca incansável de ouro e de especiarias pelo europeu desde a Antiguidade (SILVEIRA, 2004).

O tão sonhado El Dorado também foi um dos argumentos das primeiras expedições exploradoras que embrenharam o Baixo Amazonas paraense. Na calha do rio Trombetas existiam vestígios de indicações sobre a existência de uma igreja de ouro maciço, na parte mais densa da floresta que se estende entre o vale do Cuminá e a faixa de terras denominada de “campos gerais”.

Para além desta motivação, existiam também interesses geopolíticos nesta microrregião. O Trombetas apresentava particularidades que o evidenciava para os colonizadores, entre elas: ser o principal rio de acesso as Guianas e também, pelo fato de ser o principal destino dos escravos fugitivos da época.

2. 1 Processo Histórico e de Formação das Comunidades do Furo Cachoeiry

O empenho em descobrir o “território mítico”, do Novo Mundo com suas lagoas e tesouros infindáveis fez com que os conquistadores se mobilizassem pelas terras da atual Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Amazônia. Esses conquistadores embrenharam-se nesse imenso *paraíso perdido* que se espraia pelos mais distantes rincões da América do Sul (SILVEIRA, 2004).

O mito do El Dorado e as suas representações construíram, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza na Amazônia, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias. Em vista dessa ocorrência, ocorreu certa desordem com o avanço sobre os limites e as fronteiras do humano, no que se refere a estrutura ideológica e instrumento de poder que objetivavam consolidar os interesses econômicos, políticos e sociais da elite dominante na Amazônia.

Nesse contexto a microrregião do Baixo Amazonas despertou interesse econômico e de conquista desde o início da colonização europeia. As expedições e estudos da mesma

partiam sempre da cidade de Óbidos, onde foi erguido o “Forte Pauxis”, atualmente conhecido como “Forte de Óbidos”, uma das estratégias de defesa e controle do território da Coroa Portuguesa na Amazônia. A edificação dessa fortaleza, na cidade de Óbidos levou em consideração uma estratégia de defesa para a região, tanto no que diz respeito a posição geografia como a extremidade das margens do rio Amazonas – esse trecho é considerado o mais estreito do mesmo.

Com relação à área que atualmente corresponde ao município de Oriximiná, na qual o objeto da pesquisa está inserido, o interesse por parte dos colonos nesse período alicerçava tanto no seu valor histórico como na premissa do rio Trombetas como principal via de acesso as Guianas da província do Pará. Outra particularidade do Trombetas nesse período, é o fato deste rio ser atrativo, em consequência de suas inúmeras cachoeiras, para os escravos fugitivos de diversos lugares, formando grandes e temidos quilombos da época. Em conformidade com Rodrigues:

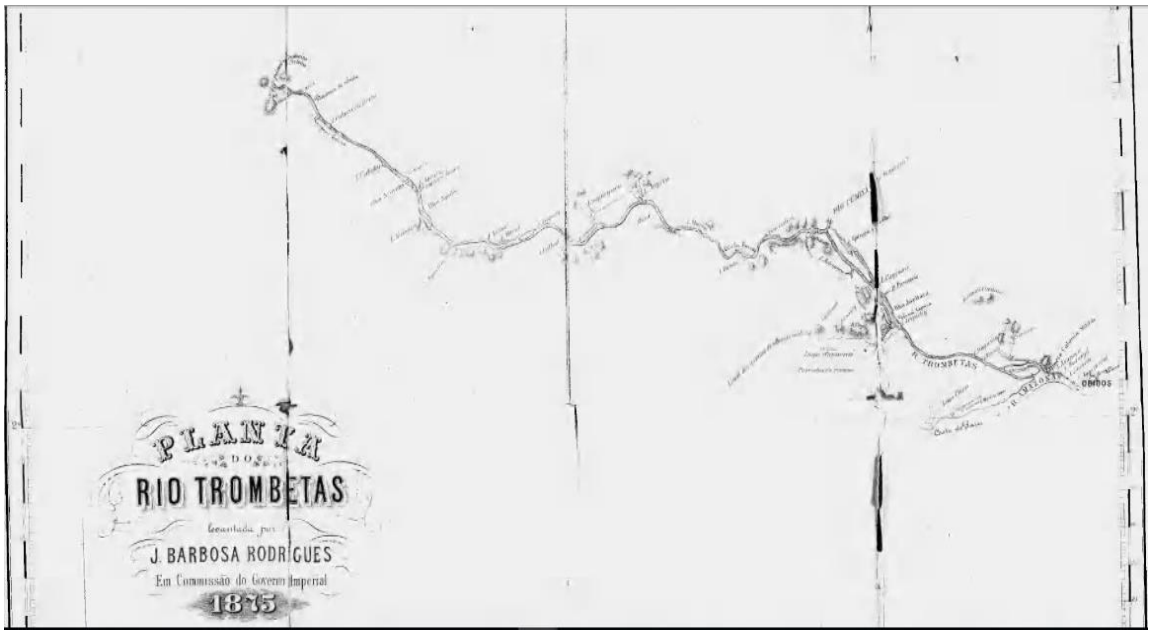
> O rio Trombetas que é o Oriximiná ou Uruchimina, ou ainda Uruchiuine dos nossos autochothones, é celebre, pela fabula das Amazonas, inventada por Francisco Orellana, que disse ali as encontrara, habitando então as cercanias... Hoje é notável esse rio, não pelas suas recordações históricas, mas por ser o principal rio da Guyana Brazileira, na província do Pará e pelo facto de ser também o refúgio dos escravos fugitivos, constituindo o primeiro e maior mocambo do Brazil, respeitado e temido por uns e especulado por outros (RODRIGUES, 1875, p. 5).

Em seu escrito publicado dois anos antes de Padre José Nicolino de Souza institucionalizar a vila de Uruá-Tapara ou Mura-Tapera, que futuramente deu origem ao municipio de Oriximiná, Rodrigues faz uma descrição riquissima da area longitudinal do leito do Trombetas. Nesse escrito, o autor cita tanto o Furo Cachoeiry como os dois lagos do entorno do furo: o Iripixi e o Ururiá, este limitando com o furo pela margem direita, no sentido Trombetas/Amazonas:

> A 21 milhas da foz, vem este rio trazer tributo d’aguas pelo canal Cachuiry, que lança suas aguas barrentas pela margem direita, a quasi duas milhas abaixo dos lagos Ururiá, na mesma margem e Iripixi, que fica na margem opposta, com abertura que tem para o rio, fronteira uma da outra... (Rodrigues, 1875, p. 6).

Para além dessa descrição, Rodrigues, 1875 apresentou um desenho evidenciando os detalhes descritos de sua expedição no leito do rio Trombetas, o qual consta um povoado ocupando a area que atualmente se configura o nucleo urbano do município, conforme demontra a figura 15:

Figura 15: Desenho Do Leito do Rio Trombetas – Da Foz as Cacheiras



Fonte: RODRIGUES, 1875.

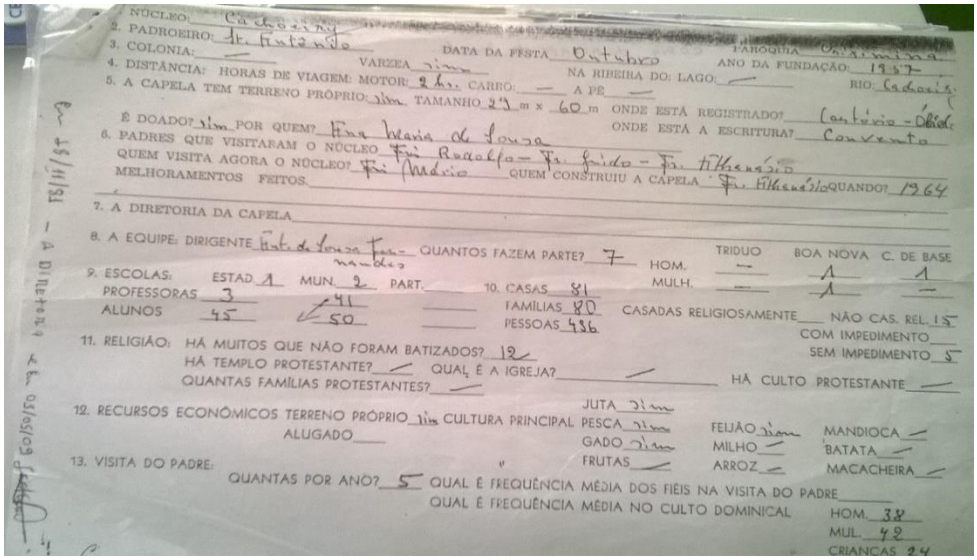
Embora o Furo tenha sido citado por Rodrigues (1875), as comunidades instituídas do Cachoeiry tal como estão configurada atualmente, teve início em 1957 com a comunidade de Santo Antônio (VIEIRA, 2005). Segundo o autor, a povoação do Furo inicia com um pequeno grupos de pessoas que ocuparam a extensão do Furo Cachoeiry motivados pelo desenvolvimento da produção de juta.

A institucionalização da comunidade Santo Antônio do Furo Cachoeiry ocorre da mediação entre os comunitários e a paróquia de Santo Antônio, na sede do município (Figura 16) e confirmado no documento de criação da desta comunidade:

> A Comunidade de Santo Antônio do Rio Cachoeiri é uma sociedade civil, sem fins lucrativos comprazo de duração indeterminado, fundada em 15 de outubro de 1957 com sede e foro no Rio Cachoeiri, município de Oriximiná, Estado do Pará, adotando como padroeiro Santo Antônio.[9]

[9]Cf. Certidão da Associação de Moradores da Comunidade de Santo Antônio do Rio Cachoeiri.

Figura 16: Imagem do Documento Arquivado na Paroquia Santo Antônio, Sede Urbana de Oriximiná.


NÚCLEO: Cachoeiry
2. PADROEIRO: Fr. Antonio
3. COLONIA: —
4. DISTÂNCIA: HORAS DE VIAGEM: MOTOR: 2 hs. CARRO: — A PÉ: —
5. A CAPELA TEM TERRENO PRÓPRIO: sim TAMANHO 29 m x 60 m
É DOADO? sim POR QUEM? Ana Maria de Souza
6. PADRES QUE VISITARAM O NÚCLEO Fr. Rodolfo – Fr. Guido – Fr. Filhenázio
QUEM VISITA AGORA O NÚCLEO? Fr. Mário
MELHORAMENTOS FEITOS
7. A DIRETORIA DA CAPELA
8. A EQUIPE: DIRIGENTE Ant. de Souza Fernandes QUANTOS FAZEM PARTE? 7
9. ESCOLAS: ESTAD. 1 MUN. 2 PART.
PROFESSORAS 3
ALUNOS 45 41 50
10. CASAS 81
FAMÍLIAS 80
PESSOAS 436
11. RELIGIÃO: HÁ MUITOS QUE NÃO FORAM BATIZADOS? 12
HÁ TEMPLO PROTESTANTE? — QUAL É A IGREJA? —
QUANTAS FAMÍLIAS PROTESTANTES? —
12. RECURSOS ECONÔMICOS TERRENO PRÓPRIO sim ALUGADO
CULTURA PRINCIPAL
13. VISITA DO PADRE:
QUANTAS POR ANO? 5
DATA DA FESTA Outubro
ANO DA FUNDAÇÃO: 1957
NA RIBEIRA DO: LAGO: —
RIO: Cachoeiry
ONDE ESTÁ REGISTRADO? Cartório – Óbidos
ONDE ESTÁ A ESCRITURA? Convento
QUEM CONSTRUIU A CAPELA Fr. Filhenázio QUANDO? 1964
TRIDUO BOA NOVA C. DE BASE
HOM. — 1 1
MULH. — 1 —
CASADAS RELIGIOSAMENTE NÃO CAS. REL. 15
COM IMPEDIMENTO
SEM IMPEDIMENTO 5
HÁ CULTO PROTESTANTE —
JUTA sim
PESCA sim
GADO sim
FRUTAS —
FEIJÃO sim
MILHO —
ARROZ —
MANDIOCA —
BATATA —
MACACHEIRA —
QUAL É FREQUÊNCIA MÉDIA DOS FIÉIS NA VISITA DO PADRE
QUAL É FREQUÊNCIA MÉDIA NO CULTO DOMINICAL
HOM. 38
MUL. 48
CRIANÇAS 24

Fonte: AZEVEDO, 2020.

Antecedendo a atividade produtiva da juta, que intensificou a ocupação da extensão do furo, segundo Castro (1998), nesta várzea amazônica se estabeleceram fazendas de cultivo de cacau. Os colonos que ocupavam o Cachoeiry nesse período desenvolviam o cultivo do café, mandioca, algodão, milho e feijão e as fazendas de cacau no furo, foram possibilitadas pela fase prospera da produção de cacau em Óbidos (CASTRO, 1998).

Um dos principais reclamos dos populares do Cachoeiry era quanto à dificuldade em participar da celebração dominical da Eucaristia, pois a localização da sede da Comunidade Santo Antônio no furo era distante, levando aproximadamente 2h, em embarcação de pequeno porte motorizada, do início do mesmo a sede da comunidade (sentido Rio Trombetas/Amazonas). Segundo o relato do atual coordenador da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, para os moradores mais próximos do núcleo urbano ficava mais acessível participar de tal manifestação religiosa em comunidades vizinhas do furo, do que se deslocar para igreja de Santo Antônio, no Furo.

Assim sendo, foram estabelecidas as comunidades, primeiro de São José, posteriormente, Nossa Senhora Aparecida. A comunidade São Luiz, a última comunidade do furo (sentido Rio Trombetas-Amazonas), surge de um desentendimento coordenação da comunidade Santo Antônio com a popular Ângela Serrão (que trabalhou como dirigente e devota por muitos anos na comunidade Santo Antônio).

No presente, a comunidade Santo Antônio ainda confirma sua hierarquia religiosa, sendo a festividade religiosa do furo e, também, da zona rural do município que atrai mais devotos e vales (de animais vivos) para a devoção do santo. Esta comunidade ainda está

garantindo uma hierarquia produtiva, concentrando a maior parte dos populares do furo que, até então, continuam produzindo hortifrúti como principal fonte de renda ou complemento desta.

2.2 As Famílias do Furo Cachoeiry e Sua Relação Com a Várzea Amazônica

É comum no Baixo Amazonas, ao se referir à família, não se portar apenas da família nuclear, composta por marido, mulher e filhos, mas sim de uma extensão que agrupa parentes como membros da família nuclear. Popularmente, o termo "família" é empregado para os entes parentais de diferentes graus: de filhos a primos e tios de primeiro e até terceiro grau.

A unidade familiar no Furo Cachoeiry é geralmente constituída tanto pela família nuclear, sua prole e/ou filhos (as) adotivos (as) e/ou enteados (as), quanto por eventuais agregados consanguíneos ou não[10]. Esses vivem sob o mesmo teto e são submetidos ao comando da figura paterna ou materna em ocorrência de morte, abandono ou ausência temporária do marido. Nessa configuração familiar, é dever da esposa, conjuntamente com os demais componentes da família, o respeito e a obediência ao chefe da unidade.

Esse modo organizacional da família camponesa amazônica aproxima-se com a teoria sobre a unidade econômica camponesa de Chayanov, partindo de sua lógica interna, fundada no trabalho do próprio produtor e de sua família. Para o autor:

> Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agraria) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito especificas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante especifica de lucratividade (CHAYANOV, 1981, p. 133 3 134).

Na perspectiva de Chayanov, 1981, a fundamentação de organização da unidade econômica camponesa parte da satisfação das suas necessidades, formada conjuntamente como uma unidade de produção e consumo. As variáveis principais, trabalho, terra e capital, formam um conjunto indissociável, estabelecido num processo harmônico entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. Assim, a quantidade de produto do trabalho está diretamente ligada ao tamanho e a composição da família trabalhadora e do grau de auto exploração.

---

[10] CANTO, 2007 descreve essa configuração familiar na Vila Vieira, em obra Várzea e Varzeiros da Amazônia.

Ainda que, para Chayanov, 1981, a definição de unidade familiar e de produção camponesa resulta da relação consumidor/trabalhador. Para esse autor há três momentos distintos no desenvolvimento da família, a citar: a criação (união marido/mulher) e a chegada dos filhos; quando todos os componentes estão aptos ao trabalho e ao consumo e; o desmembramento e a criação de novas famílias.

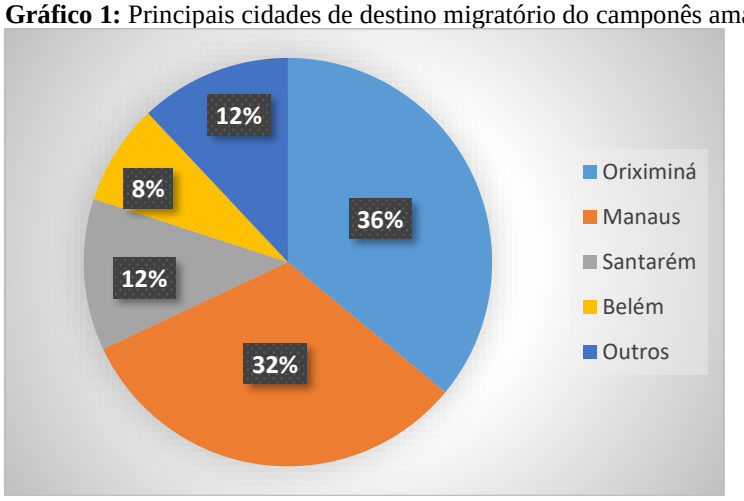
Vale ressaltar que a formação de um casal, a partir de famílias consolidadas, nem sempre ocasiona a construção de uma nova residência, nem tão pouco, matrimonio legal. Geralmente, neste momento é comum as famílias ou do rapaz ou da moça amparar o casal em suas residências até o novo casal constituir o mínimo de independência, com construção sua residência e adquirindo poucos utilitários. Pela natureza patriarcal da família camponesa, é comum um rapaz contando seus dezoito anos de idade, solteiro, exercer certa independência social e econômica junto a seus pais. O mesmo não acontece com as moças, assim, mesmo para as que migraram com autorização dos pais, para trabalharem de doméstica em casas de conhecidos da família na cidade, a independência não é comum.

No Furo Cachoeiry, normalmente, os casamentos ocorrem entre os próprios moradores do lugar, que resulta numa grande teia de parentesco, com predomínio das famílias Gomes, Andrade, Farias, Azevedo e Tavares[11]. Mesmo não sendo objetivo da pesquisa o debate sobre a questão parental, acredita-se que este seja relevante na determinação e arranjo dos casamentos envolvendo indivíduos da própria comunidade, como forma de evitar o esfacelamento da propriedade da terra. Por esse motivo, os arranjos matrimoniais evidenciam também uma preocupação de ordem econômica e não apenas, sentimental e emotiva.

Através dos relatos em campo, observou-se que grande parte dos camponeses do Furo que migraram tanto para cede municipal quanto para os centros urbanos mais próximos (Santarém, Manaus e Belém) foram motivados pela luta dos comunitários, em especial as mulheres, pela escolarização de seus filhos, como evidencia o Gráfico1. Em contrapartida, esse movimento revela a exploração do trabalho de meninas em casas de famílias, uma vez que, salve algumas exceções, essas meninas não recebem salários, não têm contrato de trabalho assinado e trabalham em troca de alimentação e teto para poderem concluir seus estudos.

[11] Trabalho de Campo, 2018/2019.

Gráfico 1: Principais cidades de destino migratório do camponês amazônico.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019. SILVA, 2019.

O desejo de regressar à sua comunidade de origem está presente em muitas meninas que saem do furo com objetivo de se qualificar. No entanto, a sedução da cidade as direciona para outros caminhos, o que leva poucas a voltarem para trabalhar nas comunidades do furo. Um exemplo disso é revelado no depoimento da Diretora da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus:

> "Eu voltei para Coordena a Escola Sagrado Coração de Jesus, porque quando a gente era criança a gente teve uma conversa, que um dia eu ia ter que voltar porque sabia que meus pais não sairiam daqui. Hoje vivo dividida, sem minha vontade, tive que voltar para Oriximiná devido o quadro clínico do meu filho caçula. Com o laudo do meu filho poderia pedir a remoção e ser lotada na cidade, mas faço a viajem diária vindo a escola porque é a oportunidade de estar sempre próximo de meus pais e desse lugar tão significativo para mim. No meu tempo, só tinha até a quarta série aqui no Cachoeiry, então estudei em Oriximiná da quinta série até a graduação em História.

As condições pelas quais passavam os filhos que migravam em busca de concluir os estudos fizeram com que muitos dos camponeses ribeirinhos adquirissem uma residência na cede do município. Geralmente essa segunda residência, localiza-se nas ruas e travessas próximas ao rio, o que evidencia tanto a relação desse ator social com o rio quanto para facilitar o acesso dos mesmos no movimento migratório sazonal, para supervisionar os filhos, que muitas vezes ficavam sem o acompanhamento de um adulto na residência. Como relata um camponês amazônico morador do Furo Cachoeiry:

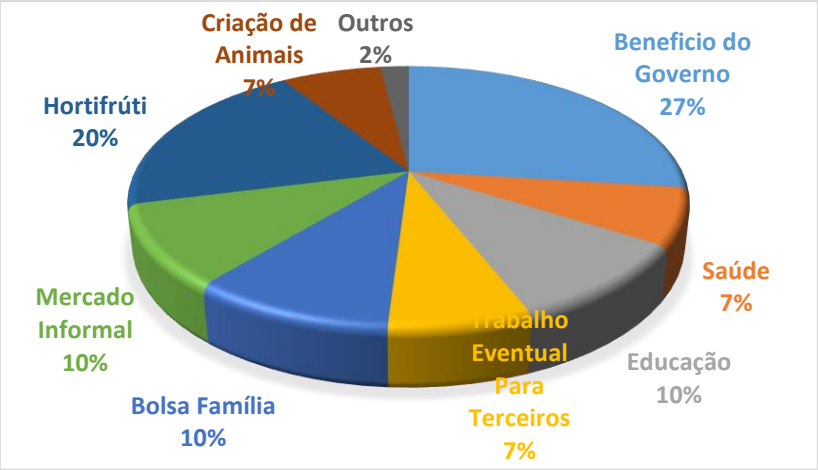
> Compramo uma casa aqui no São José Operário, onde ta caído o barranco. O pessoar da prefeitura pediu para nóis sair da casa e deu outra casa lá para o Residencial Tia Ana, mas pra lá eu não vou. É muito longe do rio. Não tem condição de eu morar pra lá. O barranco ta bem pertinho mesmo da minha casa, mas não vou deixar essa paragem para me por lá pra quela lonjura.

Atualmente, o modo de vida do camponês amazônico sofre grande influência da tecnologia acessível a essa população. Esse fato ganhou grandes proporções com a chegada de políticas públicas como os programas do Governo Federal que beneficiam os camponeses em troca de preservação do meio ambiente, bem como manter a criança na escola e também assegurar as pessoas idosas, com incentivos creditícios, rendas mensais entre outros. Sobre essa influência Silva (2014) expõe que:

> [...] o 'caboco' ribeirinho amazônico teve nos últimos anos modificado significativas em seu modo de vida, muito expressivas se considerarmos a inserção de tecnologias atuais em seu modo de vida, que vem mudando os seus costumes e formas de convivência com o meio que o circunda. [...] Dessa forma, a vida dos ribeirinhos da região já se modificou consideravelmente tanto a nível social quanto econômico, pois a maioria dos ribeirinhos que continuam no "interior" já não plantam, pescam ou vivem de seu próprio sustento, pois com o dinheiro do Bolsa Família, Bolsa Verde e outros auxílios do Governo Federal, os mesmos diminuíram a produção de forma rudimentar como antes, e sobrevivem basicamente da renda mensal de suas respectivas "bolsas para realizarem compras no meio urbano do que costumavam produzir/criar em seus próprios sítios e comunidades, é o caso da farinha, frango, carnes, verduras, tudo agora é comprado na cidade. Assim sendo, "todos esses 'progressos' causados pelo contato cultural com hábitos exteriores moldaram igualmente os valores individuais e coletivos dos cabocos da regia, trazendo novos objetos e ambições, diferente de anos anteriores" (SILVA, 2014, p. 01 e 04).

Abaixo podemos verificar no gráfico 2 a distribuição das principais fontes de renda observada nas quatro comunidades do Furo Cachoeiry: a pesca comercial (com predomínio de equipamentos tradicionais), a agricultura familiar (produção de hortifrúti), criação de gado – corte e leite, prestação de serviços como professores, serviços gerais e agentes comunitários de saúde.

Gráfico 2: Principais Fontes e/ou Complementação de renda familiar.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019. SILVA, 2019.

O trabalho da mulher habitualmente teve caráter histórico em consequência dos papeis desempenhados entre homens e mulheres. A sociedade sempre definiu onde cada um desses indivíduos deveriam ser inseridos nas atividades produtivas. Em consequência dessa predefinição social, criou-se o estereótipo de fragilidade para as mulheres por achar que estas são apenas reprodutoras humanas e mão-de-obra para trabalhos leves, sem a exigência de esforço físico. Esse estereótipo de fragilidade não se aplica à mulher do campo, pois estas começam a trabalhar muito cedo com suas famílias e, em seguida, com o casamento, passam a ajudar os maridos em serviços pesados. Contribuindo assim, significativamente para o sustento da família.

Na produção de hortifrúti, o trabalho da mulher incorpora uma sobrecarga de atividade que vai do plantio das culturas cultivadas, manutenção da limpeza dos canteiros e do sítio aos afazeres doméstico, como cuidar da casa, da família e das criações domésticas. O fato desta produção ser negociada diretamente com os atravessadores que, ora compravam a produção na propriedade do camponês, ora essa relação acontecia na feira municipal, em Oriximiná – com o atravessador ou diretamente com o consumidor final, a mulher não tinha acesso diretamente a essa renda, pois o chefe da família era o detentor da finança familiar.

Abaixo podemos verificar nas figuras 16a e 16b duas mulheres camponesas em seus afazeres diários da produção de hortifrúti no Furo Cachoeiry.

Figura 16a: Dona Doraci Lima colhendo sua produção de feijão de corda – Comunidade Santo Antônio.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

Figura 16b: Dona Cristiane Leite colhendo sua produção de pimenta e fazendo, também a limpeza do seu canteiro suspenso – Comunidade São Luiz.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

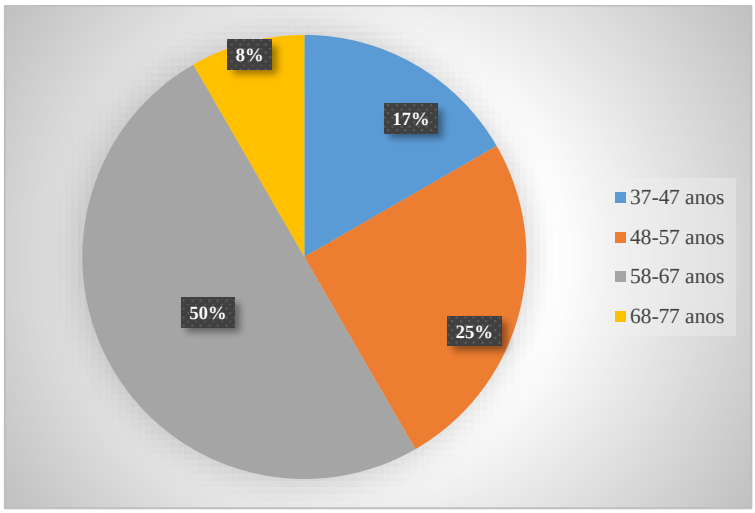
Um aspecto importante a ser exposto sobre o camponês amazônico do Furo Cachoeiry é a precocidade com que os mesmos começavam a trabalhar. As crianças, em especial, as do sexo masculino, desempenhavam tarefas domésticas a partir dos seis anos de idade. Quando contam quatorze anos, a maioria já desempenhou ou desempenha atividade como um adulto. Com relação às meninas, essas desde cedo, ganham a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos, bem como dos cuidados com a casa. Deste modo, no furo, o processo produtivo nas unidades familiar envolve naturalmente o trabalho infanto-juvenil, dizendo melhor, observa-se certa espontaneidade desses pequenos trabalhadores para o trabalho.

Outro aspecto importante no Furo Cachoeiry é o fato das condições da atividade de pesca. Geralmente o camponês amazônico fica muito tempo exposto ao sol ou molhado para desenvolver essa atividade, o que ocasiona para muitos, o envelhecimento precoce uma série de problemas de saúde.

Sobre a questão do envelhecimento, observa-se que o furo experimenta um crescente aumento de sua população idosa (Gráfico 3). Sendo que grande parte dessa população que se encontra na faixa etária de idoso ou caminhando para essa faixa está nas comunidades Aparecida e São José. Normalmente, os jovens que saem do furo, em especial para a sede do município ou para os núcleos urbanos mais próximos, após uma certa estabilidade econômica,

não regressam para o lugar e ainda tentam convencer os pais para com eles viverem em seu novo lugar.

Gráfico 3: Faixa etária do responsável pela família.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019. SILVA, 2019.

Ocorre que essa população de idosos não aceita sair do furo, pois apresenta uma identidade intensa com a várzea amazônica. Este é o caso do senhor Vicente Batista, morador da comunidade São Luiz, de 87 anos, e de sua esposa, que sofre de Alzheimer, que se recusam a migrarem do furo (Figura17).

Figura 17: Seu Vicente Cuidado de sua Pequena Horta, para consumo da Família.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

Outro evento que contribui para a diminuição infanto-juvenil é o planejamento familiar. As mulheres, juntamente com seus respectivos esposos ou não, passaram a refletir

sobre o número de filhos que desejam ter, incluindo a opção de não terem filhos, assim com a idade com que elas querem gerar os filhos e o espaçamento entre o nascimento das crianças. Tanto o envelhecimento da população como o crescente movimento migratório dos jovens e o planejamento familiar podem ser comprovados no relato da diretora da escola:

> Até 2007 2008, a gente ainda tinha 150 alunos, chegamos a ter 150 alunos. 2008 já baixou para 130 alunos. 2009 já foi baixando. Então até os dias atuais, estamos com 84 alunos. Isso quer dizer, o que está acontecendo? Que aqui a gente vê que tudo está se acabando. O peixe você já não consegue, só já para a sobrevivência. A verdura pouco... plantam, mas já não é como era antes, que eu quanto aluna que foi da Coração de Jesus, e minha mãe professora, que tinha 45 alunos só numa turma, para hoje a gente o tanto que eu tenho hoje era o tanto de uma turma que tinha, a mil novecentos e pouco lá trás. Da minha época. Então hoje é o que a gente tem, isso porque, aí vai tendo esses problemas que não tem mais trabalho, a nova geração também está indo em busca de novas oportunidades, muitos estão saindo pra estudar e não retornam, são poucos dessa nova geração que ficam aqui. Por quê? Porque não tem mais um meio de sobrevivência. É a pesca, mas a pesca só dá mesmo.... Hoje a maior ajuda aqui que eles têm, é o da Bolsa Família com um pouquinho de verdura, mas já não é mais essas coisas. O quê que acontece? Houve esse fluxo de perda de aluno, porque as vezes famílias de cinco filhos que não tem mais de onde sobreviver, eles migram pra Oriximiná. Chega lá eles colocam um assado de frango, vedem uma verdura na rua e pra lá eles se abancam, como diz a... Pra lá eles ficam. Então eles não retornam, o que eu acho estranho é que quem vai daqui não retorna de volta para o Cachoeiry, diferente da terra firme, que as vezes vão, mas quando a vida não dar certo, eles retornam, o Cachoeiry não faz. Quando tu perdes 5 alunos, tu perdes, ano passado eu perdi 5 alunos e ainda não retornou nenhum. Esse ano, eu já perdi bem uns dez alunos. Ah, é por causa da escola? Não é por causa da escola, simplesmente é porque, as vezes se separam, aí um vai para um lado e outro vai para outro, as vezes é filho que mora com pai, como nós tivemos, o caso do filho que fugiu do pai pra ir morar com a mãe, e outro, não tem de onde vir. De onde a gente vai tirar aluno? Então, um dos maiores problemas hoje é que também, as meninas, as mulheres não engravidam, antigamente era dez, até dez, tinha família que tinha dez filhos, aí de dez vai baixando, cinco, quatro, três, dois e um. É o que nós temos hoje. Nós não temos mais uma família com cinco filho aqui no Cachoeiry. Tu podes correr de ponta a ponta do Cachoeiry. Até três tu chegas, quatro, eles já.... Porque hoje está difícil.

As comunidades que apresentam o menor número de crianças matriculadas na escola Sagrado Coração de Jesus são: Aparecida e São José[12].

2.3 Caracterização das Propriedades Rurais do Furo Cachoeiry

A várzea amazônica é tradicionalmente habitada por populações considerando a riqueza de recursos naturais e pelo fato do rio ser a principal via de transporte para tais pessoas. Uma das consequências dessas particularidades é a localização das cidades instituídas na Amazônia até a década de 1960. Os camponeses amazônicos ocupam a região

[12] Trabalho de Campo.

há muitas gerações e, nesse processo, desenvolveram sistemas de manejos adaptados as particularidades do ecossistema de várzea.

Desde o início da colonização europeia, inúmeros recursos naturais foram explorados das várzeas, a citar: o cacau, os quelônios, a borracha, as peles dos animais silvestres (jacaré e a capivara), a madeira e o peixe seco. Após a Segunda Guerra Mundial, a várzea amazônica experimenta a sua primeira atividade agrícola significativa, o cultivo da juta, entrando em decadência na década de 1970, devido à concorrência com o fio sintético e, na década de 1980, em muitas áreas produtivas, a atividade perde seu espaço para a pesca comercial e a pecuária.

O processo de ocupação da várzea fundamenta-se, em especial, em comunidades de pequenos produtores intercaladas por propriedades maiores. No Furo Cachoeiry as comunidades são constituídas de, aproximadamente, dez famílias (a menor em densidade demográfica – Nossa Senhora de Aparecida) a sessenta famílias (a maior em densidade demográfica – Santo Antônio)[13]. As casas dos comunitários estão localizadas nas restingas, distribuídas ao longo do rio, em sua maioria, em propriedades individuais.

Esse espaço social ocupado, geograficamente, se concretiza como lugar social no processo de produção e reprodução do camponês amazônico e sua família, como conquista essencial do movimento adaptativo nas várzeas amazônicas. O lugar social, segundo Fernandes (1994), é essencial para a própria reprodução do espaço social que o mesmo produz, uma vez que, é nesse espaço que se desenvolvem as experiências que permitem sua conquista e transformação.

Nessa perspectiva, a ocupação de terras se caracteriza como forma de acesso à terra e como forma de recriação do campesinato. Nas várzeas amazônicas foi a espacialização dos movimentos migratórios (pré e pós) início da colonização europeia na Amazônia que possibilitou que a conquista do lugar, tanto de moradia quanto de produção (comunidades ribeirinhas), se efetivasse e materializasse.

Nas várzeas amazônicas, os tamanhos das propriedades são medidos em metros de frente, assim tanto a frente quanto os limites laterais têm definições precisas. No entanto, os fundos das propriedades são raramente delimitados e é natural que se estenda até um lago ou canal, no interior da área. Esse sistema de demarcação das propriedades de várzeas propicia ao camponês o acesso aos três ambientes do ecossistema de várzea: terra, floresta e água.

[13] Secretaria Municipal do Interior de Oriximiná.

Nas áreas de várzeas há dois padrões principais de imóveis rurais: pequenas propriedades, com diversificado sistemas de produção e, médias e grandes propriedades especializadas na pecuária. Nas pequenas propriedades, o sistema produtivo combina duas ou mais atividades, incluído a agricultura, a criação de gado, a extração animal (pesca) e vegetal.

De acordo com os padrões amazônicos, as ocupações de terras dos camponeses amazônicos são realmente pequenas. Considerando que uma restinga possua 1.000m de largura e as propriedades dos camponeses amazônicos variem de 10 a 500m de frente, têm uma área de 1ha a 50 ha. Essa representação corresponde a mais de 50% das propriedades existentes nas comunidades do Furo Cachoeiry[14].

Mesmo havendo o respeito à propriedade privada nas comunidades ribeirinhas do Furo Cachoeiry, à mediada que se avança do rio para o interior da várzea, há uma variação da propriedade privada para a de uso comum. Essa variação ocorre pelo fato de apenas a frente da restinga, onde se localiza a casa e o quintal onde os camponeses desenvolvem a maior parte de suas atividades agrícolas, possuírem seus limites bem definidos. Assim, os limites laterais vão deixando de ser mais claros e as terras passam a ser entendidas como áreas de uso comum para os comunitários.

A economia do camponês e sua família está diretamente ligada ao acesso aos três ambientes de várzea: terra, floresta e água. Deste modo, por mais que a terra seja dividida em lotes individuais, os demais ambientes coletivos (florestas e águas) são de fundamental importância para viabilizar a economia da produção varzeira. Neste contexto, reafirma-se que a unidade familiar econômica do camponês amazônico não é apenas a propriedade individual da terra, mas sim um território bem maior e compartilhados com os demais comunitários (BENATTI et al, 2005).

Um aspecto importante que contrapõe o enquadramento a questão fundiária da várzea, em relação aos critérios que o Incra utiliza para qualificar as propriedades de terra firme, é a dimensão dos módulos rurais. Para a terra firme, o Incra considera modulo rural as propriedades que variam de 80ha a 100ha, uma realidade bastante antagônica com a várzea amazônica, que apresenta uma área mínima para regulamentação fundiária de apenas 3ha (BENATTI; SURGIK; TRECCANI; MCGRATH; GAMA, 2005).

O Governo Federal estabeleceu, como uma das estratégias mitigatórias das questões fundiárias e ambientais na Amazônia, a conservação de áreas para a utilização de recursos naturais, a citar: reservas extrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável, florestas

[14] Trabalho de Campo.

nacionais, dentre outras. A várzea amazônica encontra-se dentro dessa política fundiária e de proteção ambiental.

Com objetivo de promover a reforma agrária ecológica, por meio da regularização fundiária de populações tradicionais extrativas, o Governo Federal criou os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas – PAEs, que proporciona apoio técnico e de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável para os assistidos desta política (BRASIL, 2004). Essa política visa a regularização de terras para as populações extrativistas e ribeirinhas, a partir dos modos de vida, na relação desses atores com a natureza e na utilização dos recursos naturais para a sobrevivência dessas populações. Inicialmente, essa modalidade de assentamento foi implantada nos estados do Acre, Amazonas, Amapá e Pará (GUERRA, 2002).

Essa ação vem acompanhada de inúmeras promessas de financiamento para as comunidades ribeirinhas, há muito negligenciada pelo Governo Federal. Criado no ano de 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem como principal o financiamento de projetos individuais e coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

O PAE Cachoeiry foi criado em 2006, além de expressar o avanço da reforma agrária na várzea amazônica, apresenta a possibilidade de fomentar a economia do furo por meio do acesse dos camponeses amazônicos ao PRONAF. O processo para que os espaços das comunidades ribeirinhas do Furo se transformassem em assentamento prosseguiu, primeiramente, com o envolvimento das famílias frente às orientações da Portaria/INCRA Nº 269 de 23 de outubro de 1996, que define a metodologia para a implantação de Projetos de Assentamento de Base Agroextrativista (INCRA, 2006).

Além das atribuições do INCRA, este documento aponta que a participação das comunidades deve ser ativa através das suas representações. Uma das competências dos camponeses amazônicos é aceitação ou não dos mesmos no PAE Cachoeiry. Deste modo, o INCRA insere os camponeses na Relação de Beneficiários desse PAE, uma vez que os camponeses amazônicos já estão organizados, com tradição extrativista e interesse no desenvolvimento sustentável (INCRA, 2006).

Com o PAE Cachoeiry instituído, o INCRA inicia a fase de implantação, com a regulamentar as terras ocupadas pelos camponeses amazônicos e suas famílias. De acordo com a Portaria/INCRA Nº 269 de 23 de outubro de 1996, é nesta etapa que os inseridos na RB recebem os primeiros créditos destinados a compra de ferramentas e insumos para fomentar a produção das famílias. Para garantir a continuidade das famílias beneficiadas, as ações em

benefícios do assentamento passaram a seguir um planejamento, elaborado em parceria com a comunidade o Plano de Utilização (PU), no caso do PAE Cachoeiry, o resultado final foi o PU.

Nesta etapa de instalação do PAE, os beneficiários também assinam com a autarquia o Contrato de Concessão de Uso (CCU). Documento esse que dá ao assentado o direito de morar e explorar a parcela pelo tempo que o mesmo desejar e de receber sua posse, caso cumpra todas as exigências contidas na legislação. No caso do PAE Cachoeiry, essa ação cumpriu-se apenas como protocolo a ser seguido, uma vez que os camponeses do furo beneficiários já ocupavam essas terras a gerações. O Termo de Autorização de Uso (TAU) expedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) também é um documento relevante ao camponês amazônico, uma vez que garante ao mesmo a comprovação de endereço.

A etapa final da instalação do PAE Cachoeiry foi a estruturação das propriedades dos camponeses amazônicos beneficiados. Neste momento, o INCRA seguindo as diretrizes do PU, em parceria com o governo municipal, em especial, implanta a infraestrutura básica necessárias nas áreas de reforma agrária. No caso do Furo Cachoeiry, como a via de acesso é o Amazonas, priorizou-se o saneamento básico – por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água e o esgoto sanitário, além da construção de redes de eletrificação rural, objetivando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento dos assentados (figura18).

Figura 18: Imagem do sistema de abastecimento de água e rede de eletrificação rural na Comunidade Nossa Senhora Aparecida – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Todavia, após sua instalação, o maior problema apontados tanto pelos beneficiados do assentamento quanto da fala do técnico da EMATER é a falta de apoio do INCRA no PAE

Cachoeiry. Outro problema apresentado pelos assentados está relacionado à recusa de ações efetivas por conta do poder público municipal nas comunidades.

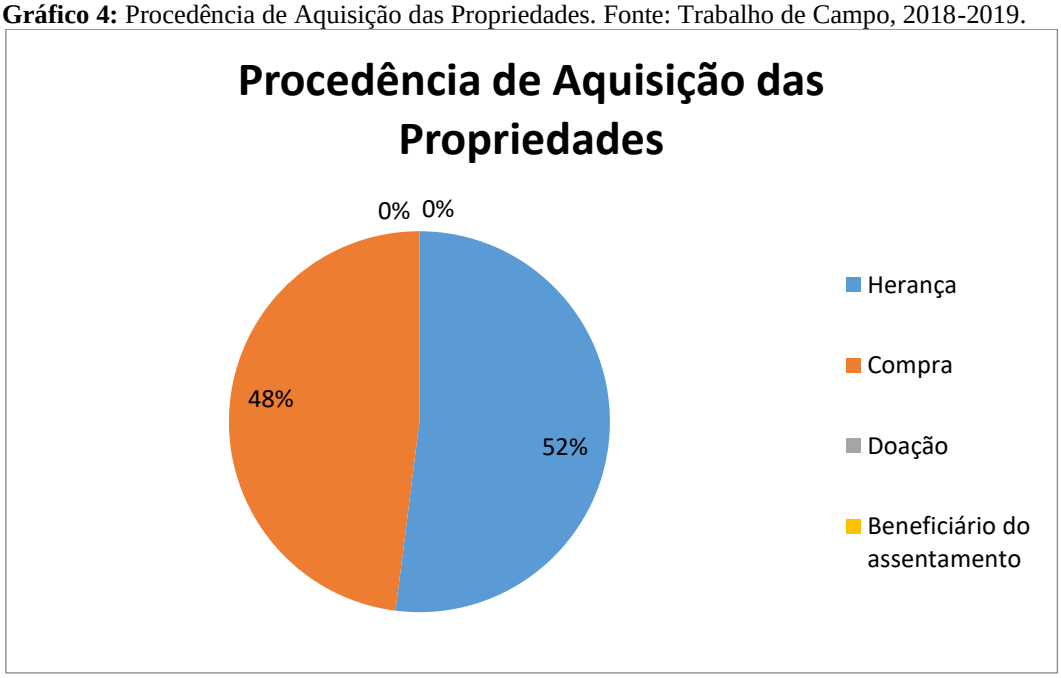
> Hoje o Cachoeiry, desde 2006 foi criado o Projeto Assentamento Agroextrativista – PAE Cachoeiry, que pega o Cachoeiry, o Boto e o Baixo Trombetas. Quem comanda dentro do assentamento é o INCRA, então hoje ficamos um pouco limitado a atender o Cachoeiry. Desde muito tempo vem financiamento, vem financiando. 2012 foi um ano especial, com a enchente de 2009 e 2011 que foram grandes, muitas perdas, as águas ultrapassaram os canteiros suspensos. Alguns conseguiram levantar tudo, alguns uma parte e outros perderam mesmo. Com isso o Governo Federal lançou um PRONAF especial, chamado PRONAF emergencial, sem muita cobrança de documentos, foi assim mais rápido. Se era por causa da enchente, era para atender o município como um todo, nós demos prioridade para as áreas de várzeas, que foi quem mais sofre. O BEC é o mínimo a questão da água de enchente, apesar de todos terem direitos, priorizamos Cachoeiry, Baixo Trombetas, Igarapé Nhamundá e Sapucuá. E foi um ano que mais nós trabalhamos com projeto. Muita gente, quase todo mundo do Cachoeiry acessou esse credito emergênciado. A maioria está acabando de pagar agora. Agora que eles estão no período de renovar, com a questão do assentamento, o INCRA disse: a EMATER sai daí! Entrou uma empresa, que ganhou inclusive a EMATER concorrendo, nós perdemos a concorrência pra eles, com a chamada pública. Antigamente dizia assim: quem vocês querem? Quero a EMATER, então nós vamos lá. Hoje não, agora houve uma concorrência e ganhou uma empresa que fez só um levantamento e saiu. Novamente a EMATER volta a ser procurada. O assentamento tem a relação dos assentados, chamada RB – Relação de Beneficiários, é quem entrou para o assentamento. Quem não entrou, estava lá e disse: não, não quero. Ficou desamparado. Então por pressão a associação, EMATER: a EMATER não pode fazer nada. Recomendamos ir para o INCRA. Hoje o INCRA diz: não EMATER se está na RB, se não tem nenhum problema, pode emitir a DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, com permissão do INCRA, eram eles pra fazer. E começamos de novo a assistir o Cachoeiry, a questão de financiamento. A assistência técnica, nós nunca deixamos de prestar esse serviço as comunidades do Cachoeiry. (Funcionário da EMATER/PARÁ-Oriximiná, 19 de outubro de 2018).

Existe também um problema no PAE Cachoeiry relacionado à autonomia das comunidades. Observou-se o enfraquecimento da autonomia das comunidades na fala das unidades familiares entrevistadas. O PAE Cachoeiry tem um acordo de pesca, elaborado e fiscalizado com a participação de alguns comunitários das comunidades Santo Antônio e São José. Atualmente, este acordo de pesca incorporou-se ao Plano de Utilização – PU do PAE Cachoeiry e as comunidades que antes participava de sua elaboração, perderam suas autonomias em relação à tomada de decisão.

Atualmente, as propriedades no Furo Cachoeiry têm suas procedências, predominantemente, por heranças, seguido de compra, como demonstra do Gráfico 4. O processo de herança ocorre por meio do repasse de parte da propriedade, em vida pelo chefe da família ao filho, quando este constitui família. Muito embora a destinação dos PAEs de várzea seja para os camponeses amazônicos, agricultores familiares, ainda estão presentes

nesses assentamentos pequenas, médias e grandes fazendas de criação de gado bovino dentro dos PAEs.

Gráfico 4: Procedência de Aquisição das Propriedades. Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019.



Elaboração: SILVA, 2019.

No PAE Cachoeiry, alguns camponeses deixaram de desenvolver as demais atividades produtivas de outrora e passaram a se especializar na criação de gado bovino e criadores exógenos do furo, compraram as propriedades no PAE. Essa atividade produtiva é uma das que mais ocasiona conflitos relacionados com divisão da área de campo e de invasão do gado nas áreas comunitárias e individuais.

SEÇÃO III - ORIXIMINÁ: CIDADE RIBEIRINHA E A VÁRZEA AMAZÔNICA COMO LUGAR

O processo de ocupação e urbanização na Amazônia se intensificou com a modernização do aparelho de Estado brasileiro associado à sua crescente intervenção na economia e no território, fundamentada na predominância da ideologia da segurança nacional. Inserido na orbita do planejamento do Estado, o processo de ocupação e urbanização da Amazônia Legal se intensifica a partir do processo de integração dos mercados nacionais. Neste movimento o poder estatal mobiliza a periferia nacional para apropriar-se dos recursos naturais por meio dos grandes projetos de investimento, complementando, dessa forma, o processo de industrialização com a formação da indústria de bens de capital (PAULINO, 2015).

É nesse contexto amazônico, marcado por grandes transformações sócio espaciais que um dos maiores projetos de mineração de bauxita do mundo, o Projeto Trombetas, se estabelece no município de Oriximiná. Com a implementação e operação do Projeto Trombetas no final da década de 1970, o Oriximiná experimenta grandes e rápidas transformações espaciais, sociais, políticas, econômicas, culturais, demográficas e ambientais em seu espaço geográfico.

3.1 A Geografia de Oriximiná

O município de Oriximiná foi fundado pelo sacerdote franciscano da Companhia de Jesus, José Nicolino de Souza. Este, conhecedor dos mocambos espalhados pelo extenso vale do rio Trombetas e seus afluentes que abrigavam os negros escravos fugitivos, provavelmente, de Gurupá e do Xingu e também dos tais campos gerais. Notícias essas lhe passadas durante uma temporada em que esteve na França. Diante de tais informações sobre a área do município, o padre Nicolino aportou no dia 12 de junho de 1877, à margem esquerda do rio Trombetas, onde encontrou um pequeno povoado em formação e escolheu a parte mais alta do terreno e bem exposto ao rio para ergueu uma cruz simbolizando o local no qual seria futuramente construída uma capela (local este que atualmente localiza-se a Escola Municipal Lameira Bittencourt) (TAVARES, 2006).

No dia 13 de junho de 1877, o jovem padre celebrou a primeira missa em ação de graças e em louvor à comunidade, acontecimento que marcou a fundação do povoado que ali se formava denominando-o de Santo Antônio de Uruá-Tapara ou Mura-Tapera. Esta primeira

topologia do nome Oriximiná faz referência ao dia de realização da missa, consagrado a Santo Antônio e também, provavelmente, faz alguma relação com os vestígios de uma taba indígena que teria sido encontrada nestas imediações (TAVARES, 2006).

No período compreendido entre o marco de sua fundação, em 1877, e o ano de sua definitiva emancipação política, em 1934, o município sofreu alterações no que dizem respeito à sua categoria. Inicia como freguesia, se eleva a categoria de Vila, em 1894, já com o nome de Oriximiná e neste mesmo ano é elevada à categoria de Município, porém, em 1900, este torna-se extinto. Vindo conquistar a sua emancipação política definitiva apenas no ano de 1934, sendo que no ano de 1935 foi composta a primeira Câmara no município (TAVARES, 2006).

Localizado na porção noroeste do Estado do Pará, às margens do principal rio que banha o município, o rio Trombetas. Oriximiná fica a aproximadamente 820 quilômetros, em linha reta, distante da capital do Estado, a cidade de Belém. O município conta com uma população de 64.794 habitantes e com população estimada de 73.096 habitantes para 2019 (IBGE, 2010). A distribuição dessa população pelo território ocorre da seguinte forma: população urbana 63,93% correspondente a 40.1147 habitantes e população rural 36,07% correspondente a 22.647 habitantes (IBGE, 2014).

Um fator importante do processo foi o crescimento demográfico das cidades do Baixo Amazonas, ocasionado dentre outros fatores, pelo êxodo rural. Observa-se a população da cidade de Oriximiná, que até a década de 1970 era de 6.887 habitantes e na década de 2014 é de 40.1147 habitantes, como se pode observar no quadro 4.

Quadro 4: População de Oriximiná de 1950 a 2014.

Década	População Urbana	População Rural	Total
1970	6.887	11.613	18.500
1980	12.336	18.878	31.214
1990	21.163	19.535	41.154
2000	29.181	19.151	48.332
2014	40.147	22.647	62.794

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Elaboração: SILVA, 2019.

Para Oliveira e Schor (2008) as “cidades ribeirinhas” da Amazônia apresentam como os elementos geográficos de destaque na visão de certa distância quando se aproxima o barco do porto de desembarque das cidades a torre da igreja e atualmente, a torre de telefonia, como

primeiro sinal. Esses elementos estão presentes nos trechos da frente da cidade de Oriximiná evidenciados na figura 19, onde há um acréscimo de elementos geográficos na paisagem da cidade, como a chegada de torres de telefonia, que não era tem frequente em algumas décadas atrás.

Figura 19: Imagem do Trecho da Frente de Oriximiná, Destacando a Igreja e a Torre de Telefonia.

Fonte: Queiroz, 2012

A cidade de Oriximiná não se distancia muito, em tese, das demais "cidades ribeirinhas" da Amazônia, uma vez que, para Trindade Jr; Silva; Amaral (2008) uma das características de "cidade ribeirinha" é a proximidade do centro, em especial, o comercial, voltado ou em contato com o rio, as casas desse espaço ressaltam o melhor poder aquisitivo da população local, acrescida de outras ruas e setores que, à medida que se distanciam do rio, tendem a adquirir um aspecto arquitetônico contrário ao do centro, tanto no que se refere ao acabamento como também de padrão de vida (figura 20).

Figura 20: Imagem Aérea da Cidade de Oriximiná.

Fonte: Acervo Ufopa Campus Oriximiná

Com relação às cidades ribeirinhas na Amazônia, Trindade Jr; Silva; Amaral (2008) expõem que nas:

> [...] proximidades do pequeno centro da cidade sempre voltado ou em contato com rio, estão às casas que sugerem pertencer à população local de melhor poder aquisitivo, sucedidas por outras ruas e setores que, à medida que se afastam e se distanciam do rio, tende a ganhar outro aspecto arquitetônico, de acabamento também de padrão de vida. Quando integradas territorialmente através de outras vias de circulação, as rodovias, quase sempre são estas que passam a definir uma espécie de área de expansão e a redesenhar o padrão de organização intra-urbana e de crescimento dessas cidades (Trindade Jr; Silva; Amaral, 2008, p. 37).

Outra característica relevante é que a rua principal, em sua maioria, paralela ao rio estabelece, consequentemente a localização de inúmeros equipamentos que constitui a paisagem dessa "cidade ribeirinha". Ao em torno do rio, se desenvolve uma borda de contato deste com a cidade de fato, assumindo com isso parte e limite desta (Figura 21). Desta maneira, a margem do rio assume relevância como ponto de contato entre o rio e o pequeno núcleo urbano, sendo nela e a partir dela se estabelece, com uma organização particular, um conjunto de objetos espaciais/geográficos, entre eles: armazéns, comércio, portos, feira, trapiches e diferentes portes de embarcações (TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008).

Figura 21: Imagem das embarcações aportadas em um dos portos improvisados, na Orla de Oriximiná.

Fonte: Autor Desconhecido, 2017.

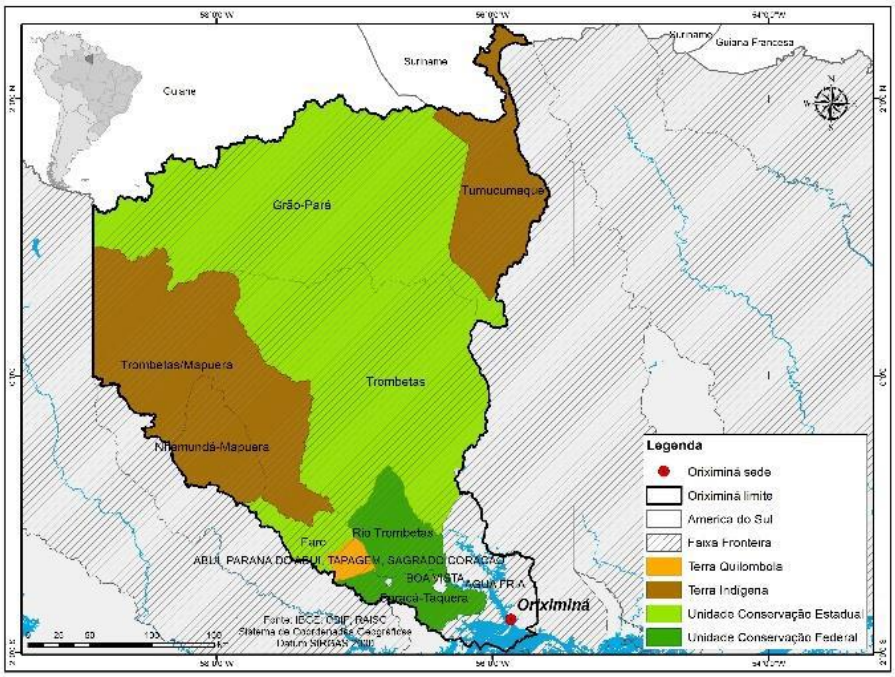
O município de Oriximiná tem como rio principal o Trombetas, que nasce ao Norte do município, e tem como formadores os rios Poana e Anamu, que por sua vez, são formados pelos rios Curiau e Maná. O rio percorre o território do município de Norte para o Sul e inflete-se para o Sudeste deste, estando o núcleo urbano do município localizado no Baixo Trombetas. Após passar por este, o rio desagua no Amazônia, próximo ao núcleo urbano do município de Óbidos e em terras desse município.

A rede hidrográfica do Trombetas atende todo o município de Oriximiná, uma vez que corre em grande parte, em áreas cristalinas e evidencia uma considerável densidade de

drenagem, formando em todo seu leito, uma série de cachoeiras e corredeiras que ocorrem no contato cristalino/sedimentar (IDESP, 2011). O rio Trombetas tem como principais afluentes, pela margem direita, os rios Turuna, Inambu ou Cachorro e o Extenso Mapuera e, pela margem esquerda, o rio Cuminá ou Paru do Oeste, este servindo de limite natural a Leste, entre os Municípios de Oriximiná e Óbidos e o rio Erepecuru (IDESP, 2011). Segundo o IBGE o município de Oriximiná abrange uma área de 107.603 km² e densidade demográfica de 0,58 hab/km². Do seu total de área de abrangência, 96,82 % (equivalente a 104.177,6 km²) são constituídos por áreas protegidas: Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas (Figura 16).

Esse total de 96,82 % de área protegida que constitui o município está relacionado aos aspectos naturais do mesmo (Figura 22). Segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2011), grande parte do município de Oriximiná é recoberto por Floresta Densa, onde está, assume inúmeras variações de porte e composição, dependendo da fisiografia, solos e teor de umidade. Com relação a essas feições ou subtipos, merecem destaque a Floresta Densa dos platôs (altos e baixos), ao longo das margens do baixo curso do rio Trombetas; a Floresta Densa submontana em relevo aplainado, e em platô e relevo dissecado do Complexo Guianense e a Floresta Densa das baixas cadeias de montanhas. Na margem do rio Amazonas, se apresenta um complexo de campos intercalados com formações arbustivas e subarbustivas, que caracteriza a várzea amazônica.

Figura 22: Imagem das áreas protegidas no Município de Oriximiná.



Fonte: ISA, 2014; CPI-SP, 2016; INCRA, 2014.

Além dessas áreas protegidas, o município conta com projetos de assentamento (PA) como outra forma de ordenamento territorial. Dentre esses, o município apresenta projetos de assentamento coletivo (PAC) e projetos de assentamentos agroextrativista (PAE), que somam uma área de 1958 km², correspondente a 2% a áreas total do município (Quadro 5).

Quadro 5: Assentamentos no Município de Oriximiná.

Assentamento	Área (km²)	Número de assentados	capacidade	Data criação	Status
PAC Ananizal	23,76	38	50	15/12/2005	Intermediário Judicialmente
PA Acomec	351,95	382	230	29/12/2005	Intermediário Judicialmente
PAC Monte Muria	52,00	80	80	15/12/2006	Intermediário Judicialmente
PAC Iripixi	25,36	50	50	15/12/2006	Intermediário Judicialmente
PAE Cachoeiry	179,82	276	500	19/12/2006	Edital Assistência Técnica
PAE Nhamunda	224,67	442	500	19/12/2006	Edital Assistência Técnica
PA Área Cuminã e Trombetas	285	448	450	14/12/2001	Em Estruturação
PAC Itapecuru	63,54	78	80	15/12/2006	Liberado Judicialmente
PA Trajap	75,28	145	160	17/12/2006	Em Instalação
PAE Sapucua Trombetas	677,49	771	811	05/02/2010	Criado
Total	1.958,87	2.710	-	-	-

Fonte: INCRA, 2015b.

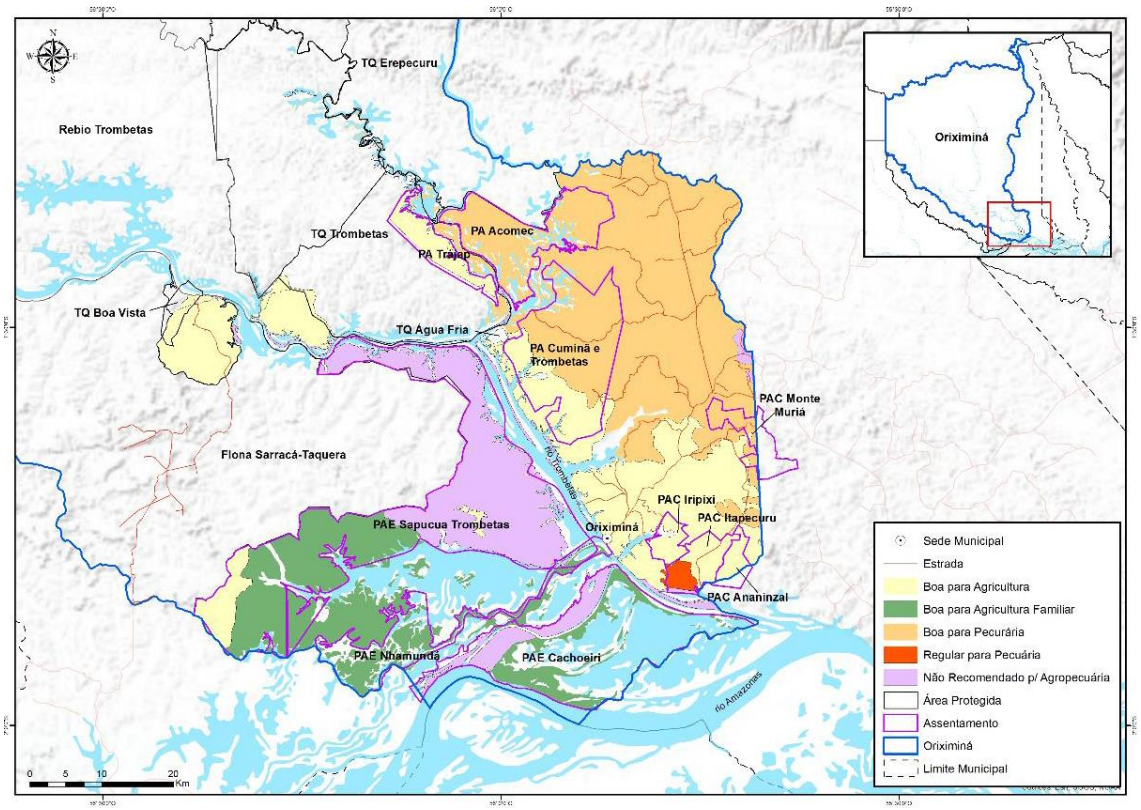
Neste, os estabelecimentos rurais somam de 72.705 ha, correspondente a 0,7% do total da área do município. Essa soma está distribuída em 1.014 estabelecimentos registrados pelo censo agropecuário (IBGE, 2006). De acordo com dados do Terra Legal, existem no município 156 propriedades, que correspondem a 1.667.486 km², em processo de análise para emissão de títulos definitivos (MDA, 2016).

A economia do município, segundo IBGE (2013) concentra-se principalmente nos setores da indústria, responsável por 37% do PIB e serviços, responsável por 25% do PIB. Esses dois setores são impulsionados pela presença da mineradora, Mineração Rio do Norte – MRN, instalada há 40 anos no município. Os pequenos agricultores alocados nos PAs, PACs, PAEs e Territórios Quilombolas do município desenvolvem a agropecuária. Segundo dados do Zoneamento Ecológico Econômico da Calha Norte, o município de Oriximiná conta com aproximadamente 5.100 agricultores familiares (Governo do Pará, 2010) que desenvolvem, em especial, o cultivo da mandioca, banana, melancia e o milho, num total de aproximadamente 727 km² de área (IBGE, 2006).

Quanto à pecuária, o município é um dos maiores criadores de gado bovino da Calha Norte, com a soma de um contingente, segundo a ADEPARA, de 143 mil bovinos e 763 bubalinos, distribuídos em 1.256 propriedades (ADEPARA, 2016). A soma dos pastos (limpos, sujos e em regeneração) resulta em uma área de aproximadamente 392 km², correspondente a 10% da área consolidada, situadas, principalmente no planalto, ao longo da vicinal denominada BEC, em propriedades particulares.

No que se refere aos PAEs Nhamundá e Cachoeiry, esses apresentam boa aptidão para desenvolver a agricultura familiar. Esses PAEs por possuírem ecossistemas muito frágeis, o desenvolvimento da agropecuária é limitado. Do total da área consolidada no município com o desenvolvimento da agropecuária, cerca de 50% apresenta áreas de boa aptidão para a agricultura e para a pecuária (Governo do Pará, 2011) (Figura 23).

Figura 23: Mapa de Uso e Aptidão da Agropecuária do Munícipio de Oriximiná.



Fonte: Governo do Pará, 2010

No município de Oriximiná, grande parte das propriedades que desenvolvem as atividades agropecuárias está localizadas em áreas de boa aptidão para o desenvolvimento de tais atividades. Esse foi um dos critérios adotados pelo Governo Federal para criar os programas de assentamentos, PA, PAC, PAE no município com objetivo de regularizar as áreas já ocupadas pelos pequenos produtores e com essa ação, incentivar a permanência

dessas culturas nas regiões correspondentes, promovendo as atividades agrícolas e pecuárias em áreas consolidadas com grande potencial produtivo, principalmente ao longo da vicinal BEC e no PA Cuminã Trombetas, PAC Monte Muriá, Iripixi, Itapecuru e Ananizal e no PAE Sapucuá Trombetas.

3.2 A Produção Camponesa no Furo Cachoeiry como Atividade Constituinte da Várzea como Lugar

O avanço das redes promovido pelo aumento de fluxos de informação, bens e serviços possibilitou a interligação entre o local e o global, que influencia na transformação que um dado lugar, em decorrência da grande influência de fatores externos, que o alcança por meio dos meios de comunicação e/ou transporte. Desse modo, o lugar passa integrar um circuito, exercendo sua função estrutural definida pelo processo de produção capitalista, de acordo com o papel que irá desempenhar dentro da cadeia produtiva na qual está inserido.

As redes também são responsáveis a promover a comunicação entre as escalas global e local. Segundo Santos (2014) as redes possibilitam o reconhecimento de três níveis de solidariedade: no nível mundial, no nível dos territórios dos Estados e no nível do local. Assim como as redes colocam essas totalidades em conexão, também evidencia a particularidade das mesmas: “As redes são um vínculo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2014b, p. 270).

Sendo o lugar, “nosso próximo”, experimentamos nesse espaço as relações de vizinhanças e proximidade, onde prevalecem as subjetividades e as relações de afetividade. Assim sendo, o entendimento das transformações ocorridas neste espaço, é preciso ir além da análise da racionalidade, uma vez que a subjetividade também incorpora as ações humanas, motivando suas atividades: “Uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua subjetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam” (SANTOS, 2014b, p. 315).

Essa natureza do Lugar lhe garante destaque na atualidade, deixando de ser simples instrumento de localização ou base física, ganhando expressão de uma construção sócioespacial, produzida a partir das relações entre os atores sociais e a base territorial utilizado como arena tanto para viver como para sobreviver:

> Um lugar não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiências renovadas, o que permite ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças

> e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2000, p. 114).

Assim, o lugar passa a se constituir o espaço do cotidiano de cada ator social que dele vive, percebe e o constrói socialmente, como expõe Carlos:

> São os lugares que o homem habita dentro da cidade que diz respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando significado dado pelo seu uso (CARLOS, 2007, p. 18).

A várzea amazônica, enquanto lugar do camponês amazônico, de suas relações de vizinhanças, da identidade ribeirinha e das formas de solidariedade religiosa, possibilita o entendimento da relação dialética entre o tradicional e o moderno de seu processo histórico. A mudança e a substituição na dinâmica comportamental das atividades e costumes do camponês amazônico, tais como: o uso do telefone celular, de alguns eletrodomésticos, da rabeta, convivem simultaneamente e dialeticamente com aspectos tradicionais tanto no que se refere às manifestações religiosas quanto no modo de vida (Figura 24).

Figura 24: Imagem que mostra o moderno e o tradicional dos meios de transporte utilizados pelos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Quanto às relações de vizinhança, de parentesco e o sentimento de pertencimento ao lugar, essas evidenciam o sentimento e a identidade ribeirinha ao lugar. A terra, a floresta e a água, integram os aspectos relevantes da relação entre o indivíduo e o lugar, pois são nesses

ambientes de várzea que os camponeses amazônicos desenvolvem suas atividades produtivas que garantem a sobrevivência das famílias.

> [...] os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a agua; a mão-de-obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, familiar, há uma divisão sexual de trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbólica com a natureza, através dos ciclos naturais, o que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais – que passam de geração a geração por via oral; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e para outros homens – mercadorias; os camponeses amazônicos participam de um mercado em rede; possuem clara noção de território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por fim, poder interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos de agente da comercialização (Witkpski, 2007, p. 163).

Segundo Witkoski (2007), a várzea amazônica tem como uma das características mais relevante a identidade de caboclos/ribeirinhos, ou melhor, dos camponeses amazônicos com o lugar. Deste modo, se faz necessário apontar as ocupações nas áreas de várzea como coletividade de parentes e/ou vizinhança relacionando com o lugar. Para fortalecer a importância do sentimento de lugar na várzea amazônica, a comunidade, enquanto agrupamento agrário e lugares onde são estabelecidas relações de vizinhanças e parentescos, fundadas na reciprocidade da cooperação e a solidariedade, pois a sobrevivência de uma unidade familiar está associada à unidade familiar do outro (CANTO, 2007; CRUZ, 2007).

Inúmeras são as demonstrações de reciprocidade de cooperação e de solidariedade praticadas nas comunidades de várzea na Amazônia, materializadas nas diferentes organizações sociais do cotidiano: entre famílias (vizinhos e parentes), na escola e nas práticas religiosas. A dinâmica de reciprocidade de cooperação e de solidariedade entre as famílias ocorrem na prática do *puxirum*[15], que é uma atividade coletiva – convocada ou espontânea, entre os vizinhos e/ou parentes para ajudar a desenvolver determinado trabalho que beneficiará um indivíduo, uma família e/ou a comunidade como um todo.

Essa prática não admite remuneração direta por parte do beneficiário, cabe a esse a obrigação moral de retribuir pela benfeitoria quando lhe for solicitado ajuda. Os camponeses amazônicos desenvolvem geralmente essa prática no campo da produção, como limpeza de uma área para o plantio de uma roça, colheita de determinado produto, intempérie pertinente da dimensão de uma enchente inesperada, entre outras.

---

[15]Segundo Canto (2007), essa modalidade de trabalho consiste, principalmente, na convocação ou espontaneidade de parentes e vizinhos que objetiva a ajudar a efetuar determinada atividade que beneficia diretamente uma família ou a comunidade como um todo, sem que haja remuneração direta de espécie, apenas a obrigação moral de ajudar o próximo quando for solicitado.

A considerável estrutura florestal da Amazônia proporciona múltiplos domínios paisagísticos e ecológicos, que caracterizam a região e reflete na diversidade do modo de vida dos camponeses amazônicos. Noda & Noda (1994) expõem que a floresta se revela como grande fonte de sobrevivência para as populações ribeirinhas, uma vez que nela os camponeses amazônicos encontram a matéria básica para a sua alimentação, construção de meio de transporte fluvial, moradia, artesanato e farmacopeia.

Pela natureza dispersa da formação da população amazônica, antes e depois da colonização europeia, o sistema econômico produtivo regional se fundamentou na extração de recursos naturais, animal e vegetal. Essa atividade econômica ocorre *"*Da simples coleta dos produtos nativos, da caça e da pesca. Da colheita de sementes silvestres, de frutos, de raízes e de casca de arvores. Do látex, dos óleos e das resinas" (Castro, 1969, p. 42). A apropriação dos recursos florestais é a base para a produção e reprodução do modo de vida do camponês amazônico.

A várzea amazônica, em sua maioria, representa indissociavelmente a unidade produtiva e a unidade familiar do camponês amazônico. Essa indissociabilidade ocorre pelo fato das de várzea assegurar tanto a moradia – lugar de sociabilidade da família, como o espaço de produção – local das estratégias de reprodução social e econômica, uma vez que as atividades econômicas desenvolvidas se fundamentam na agricultura familiar. Embora, observado há pouco tempo, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas em algumas das comunidades do Furo Cachoeiry, onde tais atividades possibilitam o afastamento do lugar – moradia e do lugar – produção, sem perda da identidade do indivíduo com o local em que ele reside.

Uma das características da agricultura familiar é que parte da produção agrícola se destina ao consumo direto da família, como meio de subsistência imediata, o excedente desta produção, sob forma de mercadoria, é comercializada. No caso da agricultura familiar, o excedente não está relacionado ao restante da produção, mas ao produto dos fatores de produção excedente utilizados. Segundo Martins (1975), no caso da várzea amazônica os fatores são: a mão-de-obra, a terra com sua fertilidade natural e os lagos com sua piscosidade, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstrata, da dominação política e das relações capitalistas de produção típica.

As comunidades ribeirinhas do Furo Cachoeiry são caracterizadas pela sua diversidade de produtos, tanto da agricultura quanto da extração vegetal e animal (pesca e caça) que os camponeses amazônicos desenvolvem, tanto para a subsistência das famílias quanto para comercialização. Dentre as experiências produtivas desenvolvidas pelos

camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry, as mais relevantes são: a pesca, o cultivo da juta, a produção de hortifrúti e pecuária de gado bovino.

3.2.1 O Extrativismo Animal (Pesca e Caça) no Furo Cachoeiry

O Baixo Amazonas apresenta um rico e complexo potencial em seu ambiente hidrológico. Este ambiente é constituído de inúmeros rios, igarapés, paranás, furos e lagos que proporciona excelente oportunidade de aproveitamento pesqueiro tanto para o camponês amazônico quanto para a população como um todo que habita a Amazônia. A diversidade da fauna aquática da Amazônia é a principal fonte de proteína animal na base alimentar da população amazônica, como disserta Castro:

> [...] A pesca rende muito mais muito mais e contribui para a dieta local com elementos mais ricos e variados. Sejam peixes de água doce, dos quais a Amazônia possui infinita variedade, sendo os mais comuns o pirarucu e o peixe-boi, sejam crustáceos ou moluscos, camarão, siri, aviús, caranguejos e ostras. Do que fazem abundante uso os nativos para a alimentação é a tartaruga, das quais consomem tanto a carne como os ovos (CASTRO, 1969, p. 46).

A sazonalidade das águas é o primeiro agente transformador da paisagem da várzea amazônica. No período da cheia (março a maio), apenas as partes mais altas da restinga ficam imunes as inundações, enquanto que, as terras mais baixas se transformam em grandes lagos, sinalizados tanto pelas copas das arvores mais altas e pelas esparsas casas dos camponeses amazônicos (Figura 25).

Figura 25: Imagem das terras mais baixas no período de cheia.

Fonte: arquivo pessoal da autora. 2018

No período da seca (outubro a dezembro), os grandes lagos reduzem de tamanho ou se transformam em áreas de gramíneas, arbustos e às vezes em canais que mal passam canoas de porte pequeno. Nesse período, os peixes se tornam vulneráveis aos efeitos da pesca, que por muitos e em especiais – os invasores dos lagos, é predatória. Outro fator de vulnerabilidade para os peixes é a queda de oxidação das águas, produzida pela putrefação de grandes quantidades de matérias orgânicas que possibilitam o chamado fenômeno da friagem, ocasionando a morte de muitos peixes.

Os dois fatores de vulnerabilidade dos peixes – a pesca predatória e o fenômeno da friagem, segundo os camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry, prejudicam e criam situação desconfortável para todos os comunitários. Entre os que mais inferem a pesca predatória estão as geleiras[16] vindas dos municípios vizinhos (Óbidos, Juruti e Santarém) e de outras comunidades ribeirinhas do próprio município de Oriximiná.

Os camponeses amazônicos das comunidades do Furo Cachoeiry praticam a pesca artesanal. Sua funcionalidade precisa e em consonância com a dinâmica do lugar tem atendido, ao longo dos anos aos interesses básicos tanto das comunidades como o mercado local. A invasão de geleiras tem ameaçado o equilíbrio da fauna aquática, o que ocasiona tensões entre esses atores (empresários e atravessadores) e os camponeses amazônicos que dependem da pesca para subsistência e complemento de renda. As tensões se acirram em ocorrência das invasões ocasionarem a diminuição da população de algumas espécies da fauna aquática, em especial o tambaqui *Colossoma Macropomum*, muito apreciado pelos camponeses amazônicos.

A utilização de métodos e técnicas está diretamente ligada aos interesses da pesca. Os camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry utilizam dois tipos de métodos: o método clássico, que objetiva o consumo doméstico, em outras palavras, a pesca de casa, como é chamada pelos camponeses; e o método moderno, que objetiva a venda para complementar a renda da família em conjunto com os produtos da agricultura familiar. O método moderno é chamado também de pesca de gelo, porque usa o gelo para conservar o peixe, após extrair as vísceras dos mesmos.

A prática da pesca de casa é desenvolvida pelos componentes das famílias dos camponeses amazônicos indistintamente do seu processo – com exceção às crianças menores de cinco anos. Quando os homens adultos partem para o lago, para realizarem a pesca de gelo, cabe à mulher e aos filhos mais velhos prover o pescado de casa. Essa atividade é

[16] Barcos de pesca equipados com caixas de gelos para conservar o pescado destinado à comercialização.

desenvolvida tanto no rio Amazonas como nos lagos menores (baixas) que se formam nos quintais das propriedades do Furo Cachoeiry.

No leito do Amazonas, a pescaria geralmente é desenvolvida em movimento, em oposição a desenvolvida no lago, que é comumente parada. Deste modo, as malhadeiras, em suas extremidades, são amarradas em arvores ou estacas fincadas, dependendo do interesse do camponês amazônico. Esse pode permanecer no lago, pescando com auxílio de caniço ou deslocar-se para a casa e desenvolver as demais atividades do seu cotidiano, como cuidar do gado, das galinhas, capinar, plantar, colher, entre muitas outras. Dado o tempo necessário, aproximadamente duas horas, o camponês amazônico retorna ao lago para verificar a malhadeira. Em caso de negativa do peixe ou quantidade inferior ao necessário, a malhadeira retorna para as águas. Caso ocorra do vizinho, por alguma razão, não obtenha o peixe, este é lembrado pelo outro. A prática da solidariedade é uma espécie de amalgama que garante a vida da comunidade, sem a realização desta atividade dificilmente os camponeses amazônicos conseguiriam se manter, enquanto uma unidade singular.

A pesca de gelo, como costumam denominar a prática de conservar o pescado destinado a comercialização, é parte de um processo de transformação da pesca artesanal reservada à comercialização que, outrora, tinha o sal como principal gênero de conservação do pescado. Essa transformação passa a ser sentida no Baixo Amazonas a partir da segunda metade do século XX, quando uma série de recursos técnicos modernizadores promoveram uma espécie de revolução na pesca, até então praticada pelos camponeses amazônicos. O surgimento e a banalização da malhadeira, em especial as pré-fabricadas, caixas de isopor, que permitiu a substituição do sal pelo gelo na conservação do pescado, representam uma parte significante desse processo de transformação na pesca.

Em muitos casos, a malhadeira substituiu o espinhel, a tarrafa e o arpão, ampliando a capacidade técnica do camponês amazônico na pesca. Um fator importante foi o melhoramento dos meios de transporte e capacidade de armazenamento, que possibilitou a pesca em lugares cada vez mais distante das propriedades dos camponeses. A aquisição do motor a diesel e a rabeta redimensionou o raio de ação dos camponeses amazônicos, que encurta as distancias.

Assim como a pesca, a caça é uma atividade de grande relevância para o camponês amazônico e sua família, por ser uma das provedoras de fonte de proteína. Entes as espécies caçadas que compõe a base alimentar da população das comunidades do Furo Cachoeiry

estão: o pato do mato *Cairina Moscata*, a capivara *Hidrochoerus Capivara*, o tracajá *Podocnemis Unifilis*, o mutum, o marreco e a tartaruga.

As técnicas de capturas das caças utilizadas pelos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry consistem em estratégias diversificadas que os mesmos adotam para a apropriação desses recursos naturais. Essas técnicas variam da tocaia à perseguição das presas com ajuda de cachorros. No entanto, os camponeses amazônicos das comunidades do furo têm preferência na utilização da armadilha que consiste num dispositivo de disparo fabricado a partir de canos de ferro ou com a própria espingarda, colocada numa determinada área, onde se estende uma corda ou um arame no caminho. Quando o animal aciona essa corda ou arame, o dispositivo é disparado.

Outra técnica de caça bastante utilizada pelos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry é a praticada através da canoa, que compreende a sua conduçãopara acessar os locais de caça, nos lagos e igapós. Essa técnica é importante para a captura de quelônios e aves, geralmente nos intervalos da pesca.

Vale ressaltar que os camponeses amazônicos praticam a caçada de duas modalidades. A primeira, considerada mais relevante, é a da “caça em grupo” que consiste na cooperação entre os camponeses que agem em conjunto nas emboscadas e o saldo da caça é distribuído de forma igualitária entre os mesmos. A segunda modalidade é a “caça individual” em que o caçador distribui parte da presa entre os parentes, que têm a obrigação em retribuir o “presente” em outro momento. A prática da partilha, por meio da doação da caça funciona como a doação do peixe, caso o saldo da pescaria seja negativo para alguns camponeses, pois garante ao camponês amazônico e sua família o suprimento de alimento em algumas ocasiões que a caçada for de insucesso.

O camponês amazônico aponta os seguintes fatores para o a obter sucesso na caçada: o número de homens envolvidos, o tipo de presa, a natureza do terreno e a aptidão e conhecimento individual. Castro (1997) expõe que a mobilidade dos saberes sobre os recursos naturais por parte de populações tradicionais, que vivem em áreas de várzeas ou terra firme, propicia a possibilidade de desenvolver produtos a partir do trabalho.

3.2.2 A Juta no Furo Cachoeiry

O cultivo da juta, no município de Oriximiná, teve início na década de 1940. Essa produção ganhou mais visibilidade após a instalação da Usina Prensadora, que possibilitou um salto da produtividade do município, para aproximadamente 3t por hectare. Para

desenvolver essa atividade, o camponês amazônico muitas vezes estava vinculado ao intermediário por laços que caracterizavam as relações de patronato, herança essa do período colonial, presente na Amazônia a década de 1960, quando a região passa a experimentar um novo arranjo de ocupação.

Durante o período de cultivo da juta, de 1950 a 1980, esta constituiu a base econômica do município de Oriximiná, uma vez que movimentava o comércio local e regional com seu processo pré-industrial (Transformação da juta em fibra). A transação da juta entre os produtores e os patrões, ou compadrios, acontecia por meio da venda ou troca (escambo) dos fardos de jutas por produtos, em especial, de subsistência como feijão, café, arroz, sal, açúcar, entre outros.

Nas comunidades do Furo Cachoeiry a produção da juta ocorria por financiamento, quando o empresário local financiava a família dos camponeses amazônicos que não tinham acesso aos créditos das casas bancárias. O dinheiro era destinado à produção do roçado e ao plantio da juta, que, como forma de fidelidade, os camponeses financiados só poderiam vender para o empresário local financiador.

O controle do sistema de aviamento ocorria por meio da realimentação constante das dívidas ao longo dos anos e da aparente prestação de financiamentos dos empresários locais e de seus financiados – camponeses amazônicos. Nessa lógica, o camponês amazônico não considerava o patrão como um explorador de seu trabalho e de seus companheiros, mas o tinha como um amigo a quem se devia favores e lealdade e que, para tanto, valia a confiança para apadrinhar um de seus filhos (Figura 26). Assim sendo, o patrão assumia a natureza de compadre, inclusive com a possibilidade de se apropriar do trabalho do afilhado e de seus frutos (CANTO, 2007).

Figura 26: Imagem de uma Família Camponesa Amazônica Produtora de Juta.

Fonte: Arquivo Pessoal do senhor João Augusto de Oliveira[17]

[17]João Augusto Figueiredo de Oliveira, nascido em 30/06/1936 no município de Oriximiná-PÁ, é advogado, escritor/cronista e colaborador de diversos jornais e revistas. É membro da Academia Paraense de Letras, Do

Na macrorregião do Baixo Amazonas, em especial nas comunidades do Furo Cachoeiry, o cultivo da juta ocorria em média por dois ou três anos, numa mesma área sem apresentar perdas significativas da produção. Após esse período, a área ficava em descanso, pelo mesmo período de sua produtividade ou era transformada em pasto para o gado. Além disso, ocorria, primeiramente, por meio do plantio que era feito com a utilização do lanço ou da semeadeira manual, denominada pelos camponeses de tico-tico. Essa era realizada em dois períodos: em setembro para ser colhida em dezembro ou janeiro, plantio da juta na lama usando o lanço e em novembro para ser colhida em março ou abril, plantio da juta por semeadura, utilizando máquina manual tico-tico.

Após o camponês amazônico plantar a juta, realizava a capina que era efetivada em dois momentos: o primeiro com aproximadamente 30 dias plantio e o segundo, depois de 45 dias depois do plantio. Essa prática servia para eliminar ervas invasoras, manter o bom desenvolvimento do roçado e facilitar a colheita. Em sequência, o camponês amazônico executava o desbaste, que consistia na eliminação das plantas em excesso, selecionando as plantas e eliminando as menos robustas por cova. O desbaste ocorria em conciliação com a primeira capina.

Dando sequência à produção da juta, o camponês amazônico realizava a eliminação das lagartas (*Agrotis ypsilon* e *Spodoptera frugiperda*), o carieiro (*Acromyrney laticeph nigricetosus*) e a doença mancha preta causada por fungos que agiam no caule, folha e semente, ocasionando a necrose das plantas. Passados 135 dias do plantio, a juta obtinha fibra sedosa, brilhante, flexível e de fácil separação da casaca, estando pronta para o corte ou colheita. Realizada a colheita/corte da juta, o camponês amazônico reunia as hastes em feixes de dou a três palmos de diâmetro, deixando as folhas expostas ao sol para a secagem e perda das mesmas (CANTO, 2007).

A etapa posterior a colheita/corte é a secagem das folhas. A juta entra no período de maceração, onde o camponês amazônico deposita os feixes de seis a oitos dias em água parada e mais doze a vinte dias em água corrente para adentrar no seu processo de desfilamento e lavagem. Essa etapa era uma das mais difíceis do processo produtivo da juta, pois o camponês permanecia a maior parte do tempo com a água pela cintura. Tais condições

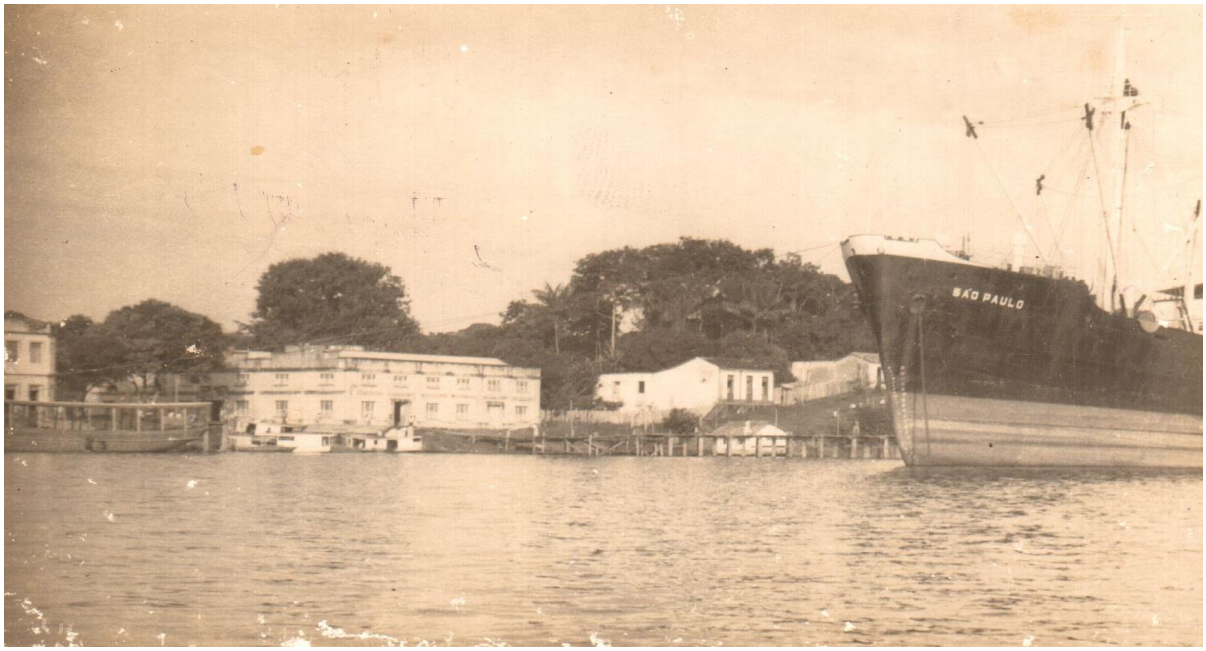
---

Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Academia Paraense de Jornalismo. Foi prefeito do município de nascimento de 1963 a 1966, deputado estadual do Pará por dois mandatos, deputado federal do Pará (1986) e senador suplente de 1995 a 2003.

de trabalho ocasionavam problemas de saúde (resfriados, atrites e reumatismos) e envelhecimento precoce dos camponeses amazônicos.

Depois da lavagem, a juta seguia para a secagem nos varais sob o sol. Esses eram construídos de vara de madeira da floresta, geralmente próximo das casas para facilitar seus cuidados frente às chuvas. O período de secagem variava de dois a quatro dias ao sol. Devidamente seca, a juta era manualmente reunida em fardos de 30 a 50 kg para serem, posteriormente, comercializadas com os patrões ou compadrios ou comercializadas diretamente na usina de prensadora, no núcleo urbano do município como retrata a figura 27:

Figura 27: Imagem do prédio da Usina Prensadora de Juta.



Fonte: Arquivo Pessoal do senhor João Augusto de Oliveira.

Nas comunidades do Furo Cachoeiry, o declínio da juticultura ocorreu conjuntamente com o declínio da juta em toda a região amazônica. Desta forma, as unidades familiares dessas comunidades abandonaram paulatinamente essa atividade produtiva, que, segundo os próprios camponeses amazônicos, foi de certa forma positiva para a economia local. Das famílias camponesas visitadas no campo, 90% lembram saudosas do trabalho com a juta, que apesar de fatigante e da exploração que era exercida pelos “patrões”, certamente voltariam a desenvolver essa atividade, caso a juta tivesse a mesma aceitação de outrora no mercado.

Esse tipo de sentimento, ao nosso olhar, pode ser reflexo da falta de perspectiva em que se encontra o lugar, em decorrência da expectativa desenvolvimentista que de uma forma ou de outra, atualmente manifesta-se nas comunidades do furo, assim como em toda a Amazônia. Deste modo, o declínio da juta simultaneamente com o declínio da pesca artesanal,

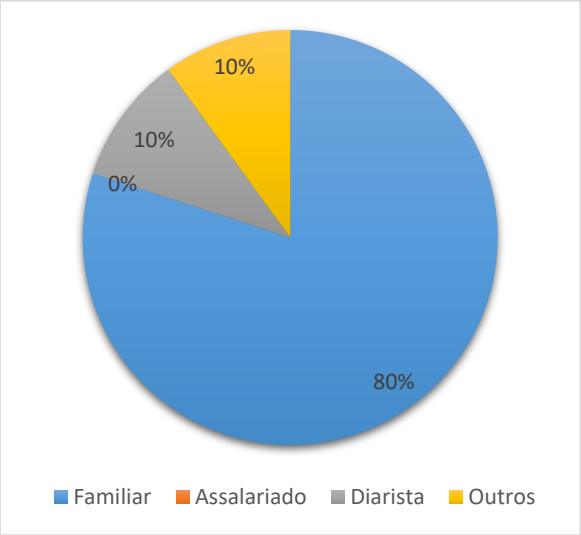
as duas atividades que tradicionalmente eram as principais geradoras de renda e utilizava seu conhecimento sem adotar características predatórias, ou seja, respeitava o ciclo da reprodução das espécies e, assim, garantia seus estoques gradativamente.

3.2.3 A Agricultura e a Pecuária no Furo Cachoeiry

Na produção agrícola brasileira, a agricultura familiar sempre esteve em destaque, uma vez que é a principal fonte geradora da produção de alimentos, oferta de emprego e ocupação no meio rural. Essa atividade apresenta inúmeras vantagens para o desenvolvimento do país, visto que as unidades de produção familiar atendem com mais apreço aos interesses sociais e econômicos, além de proporciona a preservação do meio ambiente graças à relação harmônica estabelecida com a natureza.

Na Amazônia, a agricultura familiar apresenta-se como uma importante forma de organização da produção agrícola onde são associados família, produção e trabalho nos ambientes de várzea – terra, floresta e água (Gráfico 5). Os camponeses amazônicos adotam critérios para direcionar as decisões referentes à atividade agrícola na agricultura familiar que não objetive apenas à rentabilidade, mas sim, que atenda, primeiramente, às necessidades básicas da unidade familiar. Uma das principais características do camponês amazônico é a pluralidade de atividades produtivas, essenciais para complementar sua renda e suas necessidades de sobrevivências.

Gráfico 5: Mão de Obra Empregada na Atividade agrícola.



Fonte: Trabalho de Campo, 2018-2019. Elaboração: SILVA, 2019.

Os camponeses amazônicos utilizam a área ao redor de suas casas, denominada de quintais ou sítios, para cultivar árvores frutíferas, grão, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais e criação de animais de porte pequeno. A produção desenvolvida nesses locais tem como objetivo complementar as produções desenvolvidas em outras áreas da propriedade como a roça, a criação de animais de grande porte – o gado bovino e o extrativismo vegetal e animal – caça e pesca.

Para além das características apontadas, destaca-se ainda na área dos quintais, o terreiro, que são locais limpos próximos a casa, como demonstra a figura 28. O camponês amazônico utiliza esse espaço para alimentar os animais de pequeno porte e como área de lazer em eventuais comemorações entre os familiares. Entre os sistemas agrícolas, os quintais são os que mais se destacam, em decorrência de sua produção ser constante e mais intensiva o que proporciona diversidade de produtos em diferentes quantidades em uma área menor que complementa a necessidade de subsistência e a renda do camponês amazônico e sua família.

Figura 28: Imagens do sítio ou quintal na Comunidade São José – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

A paisagem dos quintais das áreas de várzea está diretamente ligada à sazonalidade das águas, que modificam a mesma em detrimento das mudanças ambientais que seguem as estações hidrológicas da região (enchente, cheia, vazante e seca). A mudança na paisagem se inicia com a subida das águas, que tem seu começo no mês de novembro, coincidindo com o início do período chuvoso na Amazônia e atinge seu nível máximo, no mês de maio. No período que os quintais ficam submersos pelas águas da cheia, as plantas herbáceas, que não resistem, definham e morrem, ficando apenas as de médio e alto porte.

Ainda ocorre a proliferação de macrófitas aquáticas e outros matérias, como tronco de árvores, trazidos pelas águas e que ficam na frente das casas e muitas vezes, danificam as embarcações dos camponeses amazônicos (Figura 29 e 29a).

Figura 29: Imagem da formação de macrófiras aquáticas na cheia, Comunidade Santo Antônio – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo da autora. SILVA, 2019.

Figura 29a: Imagem de tronco de árvore na frente das casas e preso em uma embarcação na comunidade Santo Antônio – Furo Cachoeiry**.**

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019

Os camponeses amazônicos constroem suas pontes de madeira e/ou usam tronco de árvores que ficam submersos na água, esta estrutura de engenharia primitiva serve para acessar as casas umas nas outras ou a casa do camponês aos locais de higiene ou ainda, às instalações dos animais e canteiros suspensos, como pode ser constatado na figura 29c:

Figura 29b: Imagem da ponte que liga o porto a casa do camponês amazônico Comunidade Santo Antônio – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal de autora. SILVA, 2019.

Essas particularidades na paisagem da várzea amazônica ocasionadas pela sazonalidade das águas do Amazonas fazem com que os camponeses amazônicos desenvolvam estratégias para praticar a agricultura tanto no período da seca quanto no período de cheia. Uma dessas estratégias é a técnica de canteiros suspensos ou jiraus, construídos na forma de palafitas (Figura 30).

Figura 30: Imagem da horta suspensa na forma de jirau na Comunidade São Luiz – Furo Cachoeiry.

Fonte: CASSIA, 2011.

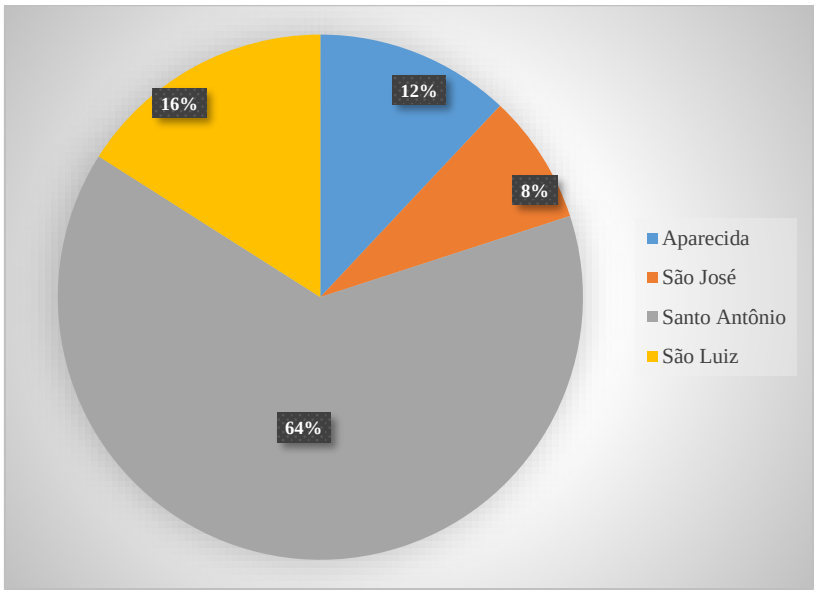
Assim, como o período de cheia interfere na produção varzeira, esse período também vai interferir diretamente nesta produção. Essa interferência ocasiona determinados problemas para os camponeses amazônicos, refletindo de formar significativa na sua condição

socioeconômica. O fato de não utilizarem sistema moderno de engenharia, como a irrigação, suas atividades agrícolas ficam dependente das chuvas, que, quando demoram a acontecer, provocam a perda parcial ou total da produção.

Muitos camponeses amazônicos mantêm as suas atividades agrícolas no período de seca fazendo a irrigação manual: carregam água do rio Amazonas em baldes feitos de cuias raspadas, latas ou vasilhas de plástico, por uma distância que, nessa época do ano, chega a mais de 250m da casa e, consequentemente, das hortas. Para facilitar o monitoramento da produção, os camponeses amazônicos constroem os canteiros/jiraus suspensos e demais estruturas produtivas próximos às suas casas. Essas estruturas podem ocupar alguns metros quadrados do chão, no período de seca, no entanto, à medida que se aproxima o período de enchente, mantêm-se apenas os produtos cultivados em canteiros/jiraus suspensos.

A produção das hortas é essencialmente de domínio das mulheres, muito embora os homens participem de todo o processo, principalmente, no que eles apontam como serviço pesado: construção dos canteiros, preenchimento dos canteiros com esterco e carregar água do rio Amazonas para irrigar a produção no período de seca. Parte significativa do terreiro é ocupada pelas hortas. Localmente, esse é o espaço do entorno da casa do camponês amazônico, onde também são cultivadas algumas plantas[18].Entre as comunidades do furo que ainda possuem famílias que ainda produzem hortifrúti, a Comunidade Santo Antônio é a que mais concentra essas famílias seguida da comunidade São Luiz (Gráfico 6).

Gráfico 6: Distribuição das Famílias Produtoras por Comunidades.



Fonte: Coleta realizada pelos autores juntos aos produtores ribeirinho, 2018. Org.**:** SILVA, 2019.

[18] Nas comunidades do Furo Cachoeiry, as plantas compreendem as arvores frutíferas naturais e introduzidas, além dos vegetais que são cultivados para uso medicinais.

É importante ressaltar que essas duas comunidades são as mais distantes do núcleo urbano do município.

Junto ao processo de concentração dessa produção agrícola, na comunidade Santo Antônio, segue a ocorrência de um novo evento nesta comunidade, a prática de pedir coisas (de gêneros alimentícios a vestuários). Nesta comunidade, recentemente, moradores embarcados em pequenas canoas e/ou rabetas abordam os passageiros das grandes embarcações que utilizam o furo como via de acesso ao rio Amazonas, para pedir gêneros de necessidades básicas.

A figura 31 abaixo mostra os moradores da comunidade em pequenas embarcações em um momento de investida frustrada de esmolar junto a uma grande embarcação em sua rota Manaus/Oriximiná.

Figura 31: Imagem dos populares esmoleiros da Comunidade Santo Antônio – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

Esse evento é tão novo e pouquíssimo aceito na comunidade e os populares que o praticam sentem tamanho constrangimento, como podemos observar na figura 32. Nela, um

dos componentes da pequena embarcação se arremessa na água, ao perceber que estava sendo fotografado por passageiros da embarcação abordada.

Figura 32: Imagem dos populares da Comunidade Santa Antônio em abordagem constrangida a uma embarcação.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2019.

Dentre as espécies de hortaliças cultivadas pelos camponeses amazônicos do Furo Cachoeiry estão: alface *Lactuca Sativa*, couve *Brassica Oleracea*, cebolinha *Allium Fistolosum*, coentro *Coriandrum Sativum*, chicória *Cichorium Endívia*, entre outros utilizados tanto para a subsistência das famílias quanto para complementar a renda da mesma com a comercialização dos produtos. Depois da juta, a produção de hortifrúti foi a atividade agrícola que mais fomentou a economia das comunidades do Furo Cachoeiry.

Sobre a quantificação da produção ribeirinha do Furo Cachoeiry, as fichas de controle de entrega de produto utilizada pelo poder público municipal como forma de organização administrativa possibilitaram a elaboração do Quadro 6:

Quadro 6: Quantidade de hortifrúti comercializados na Feira do Produtor Rural.

Comunidades	Produtos	2000-2008			2009-2017		
		Em unid. de maço	Em unid. de produto	Em kg de produto	Em unid. de maço	Em unid. de produto	Em kg de produto
Aparecida	Cheiro-verde, couve, pepino, abobora, pimenta, feijãozinho, melancia, pau de cana, melão, coentro, macaxeira, cana, jambo, mamão, pimentão.	285	530	-	3.034	2.723	2.630
São José	Cebola, alface, feijão, coentro, maxixe, jambuí, couve, abobora, quiabo, cheiro-verde, pimentão.	-	-	-	6.603	1.925	148

Santo Antônio	Cheiro-verde, couve, alface, maxixe, pimentão, quiabo, cebola, pepino, limão, cebolinha, coentro, feijão, jambuí, feijãozinho, abobora, tomate, pimenta, salsa, chicória, banana.	2.912	3.035	1.039	3.478	2.403	185
São Luiz	Cheiro-verde, couve, alface, maxixe, pimentão, quiabo, cebola, pepino, limão, cebolinha, coentro, feijão, jambuí, feijãozinho, abobora, tomate, pimenta.	1.731	3.629	-	6.391	258	36
Total		4.928	7.194	1.039	16.028	4.906	2.999

Fonte: Ficha de controle de entrega de produtos da administração da feira do Produtor Rural, 2018.Org.: SILVA, 2019.

Parte dessa produção é vendida, atualmente, na Feira do Produtor Rural, em supermercados, em carrinho de ambulante, entre outros, na cidade de Oriximiná e também abastece a feirinha da Company Town Porto Trombetas. O camponês amazônico agrupa os produtos em maços de unidades, ainda em sua propriedade para serem vendidos direto ao consumidor ou entregue aos atravessadores, como retrata a figura 33:

Figura 33: Imagem do camponês amazônico agrupando a produção em maços, na Comunidade de Santo Antônio – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

A produção é transportada em isopores sem tampas ou em bacias de alumínios, nas toldas das pequenas e medias embarcações, até seu destino final, como ilustra a figura 34:

Figura 34: Imagem de uma embarcação de médio porte no Porto de Oriximiná, com a produção de hortaliças das comunidades do Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Outra atividade significativa, do ponto de vista econômico, é a criação extensiva do gado bovino. Esta atividade é uma das mais antigas desenvolvidas no Baixo Amazonas e, apesar do período de cheia, o camponês amazônico supera com destreza a imposição das águas por meio de técnicas aprimoradas ao longo do tempo. Dentre essas técnicas, destaca-se a prática da maromba. Nas comunidades do Furo Cachoeiry encontramos basicamente dois tipos de pecuária extensiva: a pequena e a média.

Segundo a ADEPARÁ (2019), o pequeno pecuarista reside e dispõe, ou cuida, de glebas rurais inferiores a 50 ha, operando-a por meio do trabalho pessoal e familiar. Quanto à definição do médio pecuarista, este é proprietário rural, posseiro, arrendatário ou parceiro que obtém, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual proveniente da atividade agropecuária e que possua renda bruta anual de até R$1,6 milhões de reais.

É comum nas comunidades do Furo Cachoeiry que algumas unidades familiares qualifiquem suas criações como uma espécie de poupança, que, na linguagem dos camponeses, é denominada de gadinho. Para os camponeses do furo, a posse do gado é uma garantia de renda para futuras situações de necessidade, como em casos de doenças, viagens ou uma dívida inadiável, como exemplifica a figura 35:

Figura 35: Imagem do “gadinho” como forma de poupança e doação para os santos de devoção

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018

Outra destinação do “gadinho” é a doação que os camponeses amazônicos ofertam para os padroeiros das comunidades – Nossa Senhora Aparecida, São José, Santo Antônio e São Luiz. Dentre os quatro padroeiros, quem mais recebe doação e que tem uma das maiores festas religiosas da zona rural de Oriximiná, é o Santo Antônio do Cachoeiry, que está retratado na figura 36:

Figura 36: Imagem do círio de Santo Antônio do Furo Cachoeiry

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018

Com relação à pecuária, os camponeses do furo praticam também o sistema de "sociedade", que consiste em um camponês amazônico receber um determinado número de reses para criar e depois de um ou dois anos, o produto resultante da reprodução dos animais entregue será dividido igualmente entre os sócios. Os animais que deram início à sociedade (denominados de capital), em acordo, retornam ao se dono ou permanecem na propriedade para dar prosseguimento à sociedade estabelecida.

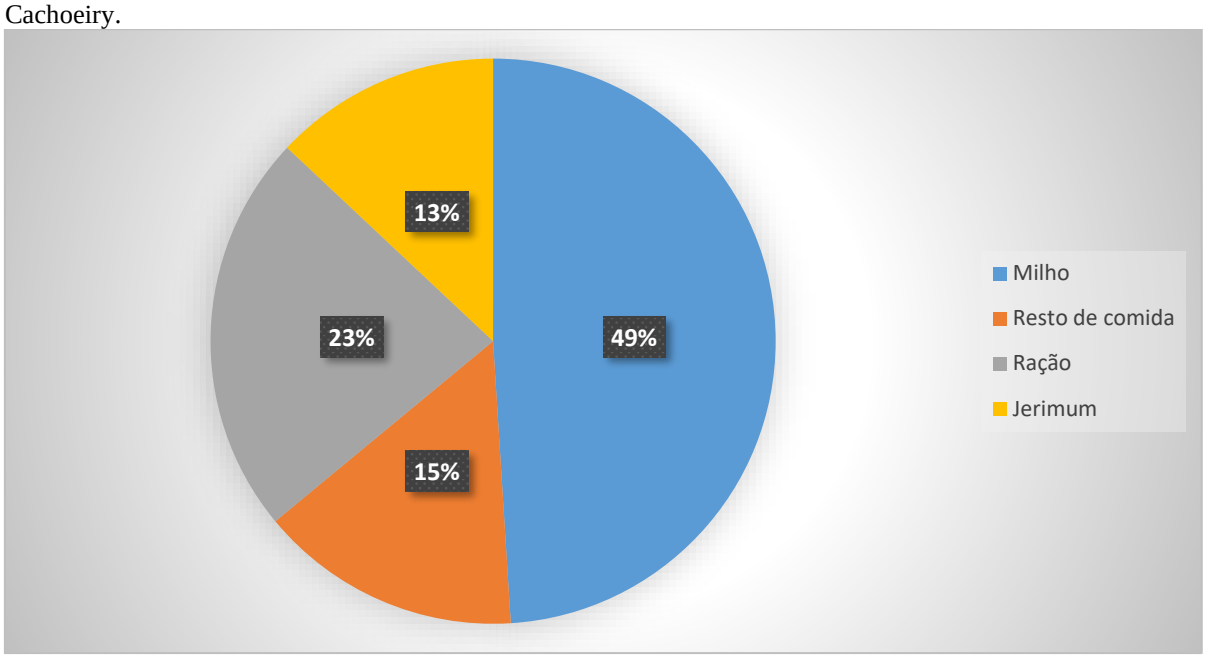
Seguindo a lógica econômica das lavouras, a criação de animais é voltada, primeiramente, para atender a necessidade de subsistência da unidade familiar, destinando apenas o excedente para a comercialização nas comunidades próximas ou na cidade de Oriximiná. Os animais de pequeno porte como a galinha, o parto, o porco e o carneiro são criados nos terreiros, próximos da cozinha e, geralmente, sob a responsabilidade da mulher e dos filhos menores. Ao final do dia, estes ficam encarregados de recolher esses animais a abrigos que os protegem contra possíveis predadores, como o sucurijú (a sucuri – *Eunectes murinos*), especialmente no período de cheia (Figura 37).

Figura 37: Imagem da criação de animais de pequeno porte nas Comunidades Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, respectivamente – Furo Cachoeiry.

Fonte: arquivo pessoal da autora. SILVA, 2018.

Os camponeses amazônicos utilizam, principalmente, os produtos da sua própria produção agrícola para alimentarem as aves, suínos e caprinos e complementam a alimentação desses com o resto de alimentos não consumidos pelas famílias. O principal produto da alimentação desses animais de pequenos portes é o milho, além do jerimum, da melancia e da ração comprada nos núcleos urbanos próximos do furo, como demonstra o Gráfico 7:

Gráfico 7: Produtos utilizados na alimentação dos animais de pequeno porte nas comunidades do Furo Cachoeiry.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. SILVA, 2018-2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre a constituição da várzea como lugar do camponês amazônico consiste em compreender as relações cotidianas sociais e de produção agrícola dinamizada neste espaço, para isso, coloca-se a necessidade de entender o processo histórico e as adversidades para a realização do projeto de autonomia e organização camponesa nas áreas de várzea.

A produção/construção da várzea, enquanto espaço social com múltiplos significados e enfrentamento, fundamenta-se em evidenciar os atores sociais e políticos que participam direta ou indiretamente deste processo. Outro elemento relevante nesse processo são as divergências entre as relações estabelecidas nesse espaço social.

Sendo o lugar o "nosso próximo", nesse espaço experimentamos as relações de vizinhança e/ou proximidade prevalecendo as subjetividades e as relações de afetividade. É o lugar a oportunidade e também o deposito final dos eventos onde, a articulação e a sobreposição do local e do global o que possibilita que essas escalas se exteriorizem como uma das especificidades do atual período técnico-científico e informacional, devido a rapidez da informação e da fluidez a comunicação (SANTOS, 2014a; SANTOS, 2014b).

A globalização da economia não proporcionou a homogeneização dos lugares, apenas possibilita reforçar a diferenciação e as especificidades locais, sem desassociar-se da ordem global. O efeito desta particularidade da globalização propiciou as áreas da várzea amazônica destaque econômico nacional e internacionalmente, do início da colonização europeia até a implementação do projeto desenvolvimentista do Governo Federal, a partir da década de 1960.

As ações dessas políticas desenvolvimentistas alteraram consideravelmente o "modo de vida da população da Amazônia", que ocasionou significativas perdas na cultura, na tradição, na memória social, na forma de articulação com a natureza, nas práticas de sobrevivência social, entre outras mais (LOUREIRO, 2014). Uma das principais ações dessas políticas foi a abertura de grandes rodovias como a Transamazônica e a Brasília-Acre que objetivaram a integração da Amazônia as demais regiões do Brasil.

A abertura dessas grandes rodovias na Amazônia sinaliza o "padrão linear" de ocupação regional, a partir da década de 1960. Desse modo, a Amazônia passou a contar com um sistema de integração terrestre e fluvial do território que possibilitou a criação de eixos de transportes e infraestrutura, que ocasionou a concentração de investimentos privados e públicos, que a posteriori, definiram o macrozoneamento da região (BECKER, 2007).

As alterações na configuração da ocupação da Amazônia ocasionaram mudanças na economia de várzea. Economia está fundamentada no extrativismo vegetal e animal, na agricultura familiar e na pecuária. Essas alterações ocorreram tanto nas relações comerciais da economia extrativa tradicional, que ocasionou o fim do sistema de aviamento, na década de 1960 como na a inserção de novas atividades produtiva, no caso a juticultura, em 1930. A juticultura estimulou a economia da várzea, pois houve um aumento significativo da renda de sua população, em especial, no início desta atividade (BENATTI, 2005).

Com a desvalorização da juta no mercado, no início da década de 1970, frente à fibra sintética e o fim de sua produção, no final desta mesma década, os camponeses amazônicos do Cachoeiry migraram desta atividade, como principal fonte de renda, para a produção de hortifrúti. Neste momento, mesmo com as mínimas condições de infraestrutura para comercializar parte sua produção na feira improvisada, na lateral do antigo prédio do mercado de carne, em Oriximiná, o camponês amazônico se sentia motivado a produzir, pois grande parte de sua produção tinha comprador certo.

Além dos entraves no escoamento da produção, o camponês amazônico do furo enfrenta cotidianamente todas as particularidades naturais da várzea amazônica. A sazonalidade das águas do Amazonas traz a fertilidade para os solos da várzea, mas a subida dessas águas também traz adversidades que vão da instabilidade na estrutura física dos meios de produção (em especial, os canteiros suspensos) ao risco de morte por ataque de animais peçonhentos e carnívoros.

No entanto, a produção de hortifrúti no furo Cachoeiry, nas últimas décadas, decresceu em quantidade, como consequência de adversidades no escoamento desta produção. O acordo estabelecido entre o primeiro atravessador a negociar com os produtores do furo motivou a maioria deste a desenvolver o cultivo do hortifrúti, uma vez que a produção era monetizada no ato da retirada, na propriedade do camponês amazônico. O excedente desta produção era ainda comercializado, pelo próprio produtor, na feira improvisada na cidade Oriximiná e ainda vendida para cidades vizinhas.

A provocação em produzir com comprador efetivo, estimulou os populares das quatro comunidades do furo a se especializarem na produção de hortifrúti e, com isso, o Cachoeiry ganhou lugar de destaque nesta produção na cidade de Oriximiná e região. Essa atividade produtiva garantiu e/ou complementou a renda de grande parte das famílias, nas quatro comunidades que constituem o furo. Porém, com as modificações na relação de venda entre os camponeses amazônicos do furo e os atravessadores que se sucederam ao senhor Sarubi, bem como, posteriormente, com a construção do prédio do produtor rural, em 2008, cujo

processo licitatório de seus boxes excluiu grande parte dos produtores, estes sentem-se frustrados em continuar desenvolvendo esta atividade.

Assim, das quatro comunidades do Cachoeiry, a que apresenta mais famílias que ainda cultivam o hortifrúti é a comunidade de Santo Antônio, seguida da comunidade São Luiz. Essas duas comunidades são as mais distantes da cidade, com tempo de viagem, em embarcação pequena, variando de 1h20min a 4h. Outra particularidade dessas comunidades é a concentração do maior número de famílias residentes.

Além disso, é no intervalo espacial da comunidade de Santo Antônio que, recentemente, tem ocorrido o evento de moradores pedintes. Estes usam suas embarcações de pequeno porte (rabetas e/ou canoas) para acompanharem as embarcações de grande porte, sobretudo, quando estes baixam de Manaus para Oriximiná, com a intenção de que os passageiros lhes joguem mantimentos ou roupas usadas.

Nas duas comunidades mais próximas da cidade, Nossa Senhora Aparecida e São José, as poucas famílias que ainda residem têm como principal fonte geradora de renda os benefícios do governo, como aposentadoria/Bolsa Família, a pesca comercial e/ou o desenvolvimento da pecuária ou arrendamento de seus campos a pecuaristas, no período de seca. Além de um quantitativo menor de famílias residindo nessas duas comunidades, é o mínimo destas que ainda desenvolve o cultivo de hortifrúti para fins comerciais.

Ainda que, a construção do prédio da feira do produtor rural tenha sido pensada para beneficiar o escoamento da produção do pequeno produtor, varzeiro ou do planalto, esta política pública perdeu sua funcionalidade quando, no ano seguinte de sua inauguração, sofreu processo licitatório. Esse desvio de função ocorreu, pois, o poder público municipal não pensou na estruturação das comunidades rurais do município, para oportunizar estas no processo licitatório do uso público dos espaços do prédio edificado.

Atualmente, uma política de fomento para o cultivo de hortifrúti no Cachoeiry é o PRONAF e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, essas políticas públicas necessitam de uma organização que ainda não é a realidade da maioria dos camponeses amazônicos do furo. Embora o Furo Cachoeiry seja um PAE, nem todos os residentes deste aderiram a esta forma de gerência e, com isso, não possuem as principais diretrizes de adesão a estes programas governamentais.

Isso posto, corrobora a hipótese que a produção camponesa, em especial o cultivo do hortifrúti no Furo Cachoeiry, apresenta-se como um dos principais agentes constituintes da várzea como o lugar, enquanto espaço vivido do camponês amazônico, onde as experiências

são renovadas, permitindo tanto a reavaliação das heranças quanto o questionamento sobre o presente e o futuro (SANTOS, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEAUD, M. **A arte da tese:** como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Tradução de Gloria de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BENATTI, J. H. (Org.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea:** análise para elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

BOLLE, W. **A travessia pioneira da Amazônia:** Francisco de Orellana, 1541-1542. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMELKA, M. (Org.). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL, Senado Federa. **Lei nº 11.324, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rural2004). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: http://ww.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: setembro de 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Na luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos. Ministério do Desenvolvimento Agrário**. / FALCÓN, M. L. O.; NORONHA, G. S.; LION, P. B.; SILVA, J. A. S. (Org.). 1ª. ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Relatório Assentamentos de Trabalhadores (as) Rurais – Número Oficiais.** Diretoria de Obtenção de Terras e Implementação de Projetos de Assentamentos – DT. Disponível em http://ww.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: outubro de 2019.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, J. A.L. **Terras caídas e consequências sociais:** Costa do Miracauera, Paraná da Trindade, município de Itacoatiara – AM [dissertação]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; 2006.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro:** pão e aço. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

CASTRO, E**. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: CASTRO, E.; PINTON, F (Org.). As faces do tropico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento sustentável e meio ambiente. São Paulo: CEJUP, 1997.

CASTRO, A. P.; SILVA, S. C. P.; PEREIRA, H. S.; FRAXE, T, J. P.; SANTIAGO, J. L. **A agricultura familiar:** principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: ADUA, 2007.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista**. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. A questão agraria: Werber, Engels, Lênin, Kaustsky, Chayonov, Stalin. Trad. E. A. Malagodi, S. Brisolla e J. B. S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA SILVA, R. G; CONCEICAO, F. S. **Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira:** transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. GEOGRAPHIA (UFF), v. 19, p. 54-72, 2017. Disponível em:https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13819

COSTA SILVA, R. G. **Espaço, sociedade e natureza em Rondônia**. Revista Geoamazônia, v. 1, p. 144-165, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17551/2358-1778/geoamazonia.n2v1p144-165.

CRUZ, M. J. M. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia:** um estudo da organização da produção camponesa no município de Careiro da Várzea/AM. São Paulo: Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1999.

CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2007.

FERNANDES, B. M. **Especialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Gumanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRANCO, M. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FRAXE, T, J, P. **Homens Anfíbios:** uma etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

GENTIL, J. M. L. **A juta na agricultura de várzea na área de Santarém Médio Amazonas**. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropol. Belém, v. 4, n. 2, 1988.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOBBI, W. A. O.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões sobre o trabalho de campo. In: PAMARES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. 1ª ed. Uberlândia-MG: Assis Editora, 2009, v. 0, p. 486-508.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10ª ed. Rio de Janeiro: Redcord, 2007.

GUERRA, A. T, **Geografia do Brasil: grande região Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.IBGE. Censo demográfico, 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

IRIONDO, M. H. **Geomorfologia da planície amazônica**. In: Simpósio do Quaternário do Brasil, 4 Anais... p. 323-348, 1982.

JUNK, W. J. **General aspects of floodplain ecology with spicial reference to Amazonian floodplains**. In: Ecological studes. The Central Amazon floodplain. Ed. Espringer. v. 126, 1997.

LEFÈBVER, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática,1993.

_____ . **Lógica formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. **Várzeas da Amazônia Brasileira:** principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP/Serviço de Documentação e Informação, 1994.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI:** novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** estado, homem, natureza. 3ª. ed. Belém, Pa: Cultura Brasil, 2014.

MATOS, J. A.; CURSINO, A. M. S. **Caracterização geomorfológica das "terras caídas" em área de várzea na comunidade Miracauera, Careiro da Várzea-AM**. In: Revista Geonorte, Edição Especial, V. I, N, 4, p. 515-525, 2012.

MARTINS, J, S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

MARRADI, A. **Método como arte**. Papers 67, p. 107-127, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5º. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MENEZES, C. R.; MONTEIRO, M. A.; GALVÃO, I. M. F. (Ed. Técnicos). **Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v. XXX.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005, Cartilha.

MCGRATH, D. G., et al. 1991. **Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais da várzea do Baixo Amazonas**. Seminário, Núcleos de Altos Estudos Amazônicos: papers do NAEA n.04. Universidade Federal do Pará, Belém. Não publicado. 36 p.

MONTEIRO, S. T. **Anotações por uma história rural do médio Amazonas**. Manaus: EMATER-AM, 1981. 96 p.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**: Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MORAN, E. F. **Adaptação humana:** uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: USP,1994. (Col. Ponta).

NEVES, D. P. **Os Ribeirinhos-Agricultores da Várzea:** forma de enquadramento institucional. Novos Cadernos NAEA, V. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009, ISSN 1516-6481

NODA, H; NODA, S. N. **Produção Agropecuária.** In: Ibama (ed). Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar de educação ambienta. Brasília: MMA/IBAMA, 1994. p. 129-155.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social:** introdução as suas técnicas. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. p. 111-119.

OLIVEIRA, D. R. **Metodologia de Extensão Rural**. 2009. Disponível em: https://docplayer.com.br/11071454-Metodologia-de-extensao-rural.html. Acesso em 12 Out. 2019.

OLIVEIRA JR, P. H. B. **Ribeirinhos e roceiros:** gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PÁ. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1991.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal - Oriximiná**. 2011.

PARKER, E. P. **The Amazon Caboclo:** Na Introduction na Overview. In: PARKER, E. P. The amazona Caboclo: Historical and Contemporary Pespectives Studies in Third World Societies Publication Series, vol. 29. Williamsburg: EUA, 1985.

PAULINO, C. L. **Planejamento e Gestão Urbana:** Um Estudo Sobre a Efetividade do Plano Diretor em Oriximiná-PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia / UNIR, Porto Velho, 2015.

PEREIRA, H. P. **A dinâmica socioambiental da Várzeas do rio Solimões-Amazonas**. In: Comunidade ribeirinhas amazônicas – modo de vida e uso dos recursos naturais. Organizadores: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. Manaus: EDUA, 2007.

PORRO, A**. O povo das águas:** ensaio de etno-história amazônica. 2ª ed. ver. e atualizada. Manaus: EDUA, 2017.

RUIZ, J. A. **Metodologia Cientifica:** guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1980.

_____. **Percepções geográficas:** educação, sociedade e maio ambiente na Amazônia. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

SANTOS, A. M. de S**. Aritapera:** uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica (Santarém-PÁ). Bol. Mus. Pará Emilio Goeldi, sér. Antropol., Belém, n. 83, 1982.

SANTOS, M**. Metamorfoses do espaço habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Em colaboração com Denise Elias. 6ª ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed. 3. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999 a. 500f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Capinas.

SILVA, M. G. S. **O Espaço Ribeirinho.** São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, C. N. **Ocupação humana e modo de vida na Amazônia.** Revista Vivencia. Natal: UFRN/CCHLA, 2008.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês:** conceituação e desconceituação. Estudos CEBRAP, nº 26, Editora Vozes, 1980.

SILVEIRA, S. A. **Em Busca do País do Ouro:** Sonhos e Itinerários. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SIOLI, H. **Studies in amazonian Waters**. Atas do Simposio sobre a Biota Amazônica, Limnologia, v. 3, p. 9-50, 1967.

SIOLI, H. **Tropical river:** the Amazon. In: Whitton, B.A (ed.). River ecology. Berkeley, 1975U.S. Press, p. 461-487.

SIOLI, H. **Amazônia:** fundamentos da ecologia da maior região de floresta tropical. Petrópolis: Vozes, 1985.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SOUZA, M. L. de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio Espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVARES, J. W. **Inventário Cultural Social, Político e Econômico do Município de Oriximiná.** Oriximiná: Gráfica e Editora Andrade, 2006.

TEIXEIRA, P.; BRASIL, M.; RIVAS, A. **Produzir e viver na Amazônia:** estudo sócio demográfico de comunidades do Médio Solimões. Manaus: EDUA, 2007.

TRINDADE JR, C. S da; SILVA, M. A. P. da; AMARAL, M. D. B**. Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia**. In: TRINDADE JR, C. S da; TAVARES, M. G. C. (Org.). Cidades Ribeirinhas: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Serie: Amazônia: a terra e o homem).

ANEXOS -
FORMULÁRIO DE PESQUISA

DATA: ___/___/___

1. IDENTIFICAÇÃO DO CAMPONÊS AMAZÔNICO CHEFE DA FAMÍLIA:

a) Nome completo e apelido (Agrado como é conhecido):
_____

b) Endereço/Comunidade: _____

c) Contato: ____ - _____

d) E-mail: _____

e) Quantos anos a (o) Sr. (a) tem? ( ) até 14; ( ) de 15 a 17; ( ) de 18 a 25; ( ) de 26 a 45; ( ) de 45 a 60; ( ) + de 60 anos.

f) Qual é o seu estado civil: ( ) Solteiro (a); ( ) Casado (a); ( ) Separado (a); ( ) Viúvo (a); Outros:_____

g) Quantas pessoas moram/dependem do (a) Sr. (a)?
_____

g.1) Quantos trabalham na propriedade?

h) Qual o seu grau de instrução? ( ) não letrado; ( ) alfabetizado; ( ) Fundamental incompleto; ( ) Fundamental completo; ( ) Médio incompleto; ( ) Médio completo; ( ) Nível Superior.

i) Qual é a principal fonte de renda mensal da família? ( ) produção familiar; ( ) remuneração salarial; ( ) prestação de serviço; ( ) mercado informal; benefício do governo ( ) Aposentadoria; ( ) Bolsa Família.

j) O que lhe motiva a permanecer atuando na atividade rural?
_____
_____

1.2 Composição da Família:

	Primeiro Nome	Idade	Sexo	Relação de Parentesco com o Chefe da Família	Escolaridade	Ocupação/Trabalho	Nascimento/UF
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

1.3 Fluxo Migratório dos Componentes da Família:

Estado	Município	Zona		Tempo	Ano/Saída	Ocupação/Trabalho
		Urbana	Rural			

2. POPRIEDADE

a) Nome: _____

b) Tamanho total (ha): _____ Pasto (ha):_____ Sitio/Quintal (ha): _____ Floresta (ha): _____

c) Qual a origem da propriedade? ( ) Compra; ( ) Herança; ( ) Doação; ( ) Beneficiário do assentamento.

d) A quanto tempo mora na propriedade (anos)? _____

2.1 Recurso Hídrico

a) Forma pequenos lagos (baixa) na propriedade? _____ Quantos? _____

a.1) Ficam represados peixes nesses pequenos lagos? _____ Em caso de "sim", é utilizado somente para alimentação da família ( ); somente para comercialização ( ); para os dois ( )

b) Quais as principais utilizações da água do furo?

_____

_____

_____

_____

3. ATIVIDADES PRODUTIVAS, TECNOLOGIAS E COMERCIALIZAÇÃO

a) Uso do solo para as atividades produtivas desenvolvidas (a classificação seguiu a ordem do retorno financeiro)

Tipo de Uso	Como é feito o manejo do solo (period. queimada, plantio)?	Área ocupada na produção (ha)	Produção /Safra	Quant. de Animais?	Principais Compradores (atravessador, feira, merc. muni. Supermercados)	Tipo de Venda (in natura, beneficiada)	Transp. (quem realiza?)	Lucro Estimado por Safra
Horticultura								
Alface								
Berinjela								
Couve								
Chuchu								
Maxixe								
Pepino								
Quiabo								
Salsa								
Feijãozinho								
Melão								
Melancia								
Culturas Perenes								
Laranja								
Manga								
Banana								
Mamão								
Culturas Anuais								
Feijão								
Milho								
Cana-de-Açúcar								
Mandioca								

Abacaxi								
Pasto								
Gado de Corte								
Gado de Leite								
Suíno								
Caprino								
Ovino								
aves								

b) O que motiva a desenvolver essas culturas?

_____

_____

_____

c) A quanto tempo desenvolve estas culturas?

_____

d) O (A) senhor (a) trabalhou com a juta? _____. Em caso de afirmativa, voltaria a cultivar a juta e por quê?

_____

e) Qual a mão de obra ocupada nas atividades produtivas? Familiar ( ); Assalariado ( ); Diarista ( ); Outros: _____

f) Como é dividida as atividades entre os membros da família (mulher, jovens e crianças)?

_____

_____

_____

g) O (A) senhor (a) pratica a pesca? _____. Em caso de afirmativa, qual o destino do pescado?

_____

h) Qual a frequência que pratica a pesca?

_____

3.1 DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (AGROTÓXICO)

a) Têm problemas na sua produção (praga, perda por conta das terras caídas, outros? Em caso de afirmativa, quais são ações desenvolvidas para minimizar os problemas?

_____

_____

_____

b) Utiliza defensivos agrícolas em alguma atividade produtiva que desenvolve? _____. Em caso de afirmativa, quais?

_____

c) Utiliza EPI? _____ Por quê?

_____

_____

d) Em caso afirmativo para a utilização de UPI, qual o destino das embalagens deste produto?

_____

_____

_____

3.2 INSUMOS DA PRODUÇÃO

a) Qual a origem das sementes?

_____

b) Estoca sementes crioulas? _____. Por quê?

_____

b.1) Em caso afirmativo para o estoque de sementes crioulas, têm a prática da troca dessas sementes com outros camponeses amazônicos? _____. Por quê?

_____

_____

_____

c) Utiliza algum tipo de adubo ou fertilizante? _____. Em caso afirmativo, qual (químico, orgânico)? _____

d) Utiliza equipamentos tecnológicos na produção (trator, grade, ...)? _____

d.1) Em caso afirmativa para o uso de equipamentos, em quais atividades e com qual frequência?

_____

_____

d.2) Esses equipamentos pertencem a quem? Próprio ( ); Associação ( ) _____ Particular ( ) _____

4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

a) O (A) senhor (a) faz a venda ou a compra de produtos/insumos:

( ) Individual ( ) Coletivamente

b) O (A) senhor (a) ou algum dos familiares seu participa de alguma associação, cooperativa ou é participante ativo de igreja? _____ Em caso afirmativo a participação, qual é a instituição? _____

c) O (A) senhor (a) e sua família participam nos eventos culturais que reúne toda a sua comunidade? _____ Em caso afirmativo para a participação, descreva:_____

_____

_____

_____

ATER E POLÍTICAS PÚBLICAS

a) Atualmente quais os principais problemas enfrentados para produzir na propriedade? (Obs.: Classificar em ordem de importância)

_____

_____

_____

b) Quais suas sugestões para as possíveis soluções dos problemas apontados?

_____

_____

_____

c) Já fez algum tipo de financiamento? Em caso afirmativo para financiamento, qual e para qual objetivo?

_____
_____

c.1) Em caso negativo, o (a) senhor (a) tem a pretensão de vim a fazer, algum dia, um financiamento? Em caso afirmativo para a pretensão, para qual objetivo faria?

_____
_____

d) Participa de algum Programa do Governo Federal (PAA, PNAE, Pronaf, Bolsa Família, outros)? _____. Por quê?

_____
_____

e) Recebe Ater de alguma instituição privada ou pública? _____. Em caso afirmativo, qual?

_____

f) Em caso afirmativo para o recebimento do Ater, qual a periodicidade das visitas?

_____
_____

g) Participa de algum programa ofertado pela instituição do Ater? Em caso afirmativo da participação, em qual programa e descreva-o:

_____
_____
_____

h) O (A) senhor (a) considera o Ater suficiente para atender as demandas na propriedade? Por quê?

_____
_____

h.1) Em caso negativo para a demanda, qual seria a sua sugestão para melhorar?

_____
_____

Declaro para os devidos fins que as informações acima são verdadeiras.

_____

Assinatura